

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO**

**RAQUEL PADILHA DA SILVA**

**A CIDADE DE PAPEL:  
A EPIDEMIA DE PESTE BUBÔNICA E AS CRÍTICAS EM TORNO DA SAÚDE  
PÚBLICA NA CIDADE DO RIO GRANDE (1903-1904)**

**Prof. Dr. Moacyr Flores  
Orientador**

**Porto Alegre  
Março/2009**

**RAQUEL PADILHA DA SILVA**

**A CIDADE DE PAPEL:  
A EPIDEMIA DE PESTE BUBÔNICA E AS CRÍTICAS EM TORNO DA SAÚDE  
PÚBLICA NA CIDADE DO RIO GRANDE (1903-1904)**

Tese defendida no Programa de Pós-graduação em História das Sociedades Ibero-americanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e final para a aprovação no doutorado em História, sob a orientação do Prof. Dr. Moacyr Flores. Linha de pesquisa: Sociedade, imigração e urbanização.

**Porto Alegre  
Março/ 2009**

***“De onde vem a preocupação com a saúde e o bem-estar de grupos de cidadãos?” (ROSEN, 1994: 21).***

***DEDICATÓRIA IN MEMÓRIAM***

**A minha mãe Silvia Padilha, que comemorou comigo o ingresso no doutorado, mas não chegou a ver a conclusão do trabalho.**

## **AGRADECIMENTOS**

Ao término de um trabalho tão extenso, quanto uma tese de doutorado, são muitos os agradecimentos:

À CAPES pela bolsa. Sem ela, a realização desse trabalho seria muito difícil.

À coordenação e professores do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS. Em especial aos funcionários Carla Helena Pereira e Davi.

Ao meu orientador Prof. Dr. Moacyr Flores pela orientação, dedicação e estímulo.

À minha família: meu pai, José Alves, meus irmãos Cíntia e Rafael, minha cunhada Priscila pelo apoio. Em especial ao meu marido Jackson e ao meu filho Bruno por entenderem as ausências. Filho, a mamãe já pode te ajudar a montar “quebra cabeças” agora.

Enfim, a todos os amigos que acompanharam esse longo processo, o meu muito obrigado.

## RESUMO

Na presente tese foi analisada a postura do governo municipal do Rio Grande e do Estado frente às incisivas críticas do jornal “Echo do Sul” ao descaso dos poderes públicos para com a necessidade de implantação das políticas de higiene e saúde, em meio à epidemia de peste bubônica que assolou a cidade entre os anos de 1903-1904. Notou-se que o processo de higienização da cidade do Rio Grande, que por força de leis e pela necessidade diante da crise, somente se desenvolveu em fins de 1905. Essa iniciativa das autoridades públicas, muito incentivada pelo jornal “Echo do Sul”, não apenas foi um instrumento para combater as epidemias, mas principalmente, uma força remodeladora do modo de vida da população rio-grandina. **Portanto, buscou-se nessa temática compreender as posturas do governo e da imprensa frente à crise endêmica, como também a transformação social e cultural da população rio-grandina.**

## **ABSTRACT**

This thesis has examined the attitude of the municipal government of Rio Grande and the front of the incisive criticism of "Echo do Sul" to the neglect of the public to the need for implementation of policies on health and hygiene, in the midst of the epidemic bubonic plague that struck the city between the years of 1903-1904. It was noted that the process of cleaning the city of Rio Grande, which by virtue of laws and the need before the crisis, has developed only at the end of 1905. This initiative of public authorities, very encouraged by the newspaper "Echo do Sul", was not only a tool to combat the epidemic, but mainly, a force refurbished the way of life of the rio-grandina. So we tried to understand this issue positions of government and the press before the crisis endemic, as well as social and cultural transformation of the rio-grandina.

## SUMÁRIO

<b>ÍNDICE DE ABREVIATURAS</b>	<b>9</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>I CAPÍTULO: PESTE E PESTOSOS NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL</b>	<b>19</b>
<b>1.1 A SAÚDE PÚBLICA: UMA DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA</b>	<b>21</b>
<b>1.2 A PESTE BUBÔNICA: SINTOMAS, DIAGNÓSTICOS E HISTÓRIA</b>	<b>31</b>
<b>II CAPÍTULO: O POSITIVISMO POLÍTICO E A CONSTITUIÇÃO DE 1891 – REFLEXOS SOBRE A SAÚDE PÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL</b>	<b>59</b>
<b>2.1 REFLEXOS DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL NA SAÚDE PÚBLICA</b>	<b>777</b>
<b>2.2 A CIDADE DO RIO GRANDE E AS EPIDEMIAS</b>	<b>83</b>
<b>III CAPÍTULO: RELATÓRIOS ANUAIS E A VISÃO OFICIAL: HIGIENE E SAÚDE PÚBLICA NO RIO GRANDE</b>	<b>89</b>
<b>3.1 SAÚDE PÚBLICA NO RIO GRANDE NA PRIMEIRA DÉCADA NO SÉCULO XX</b>	<b>92</b>
<b>3.2 SAÚDE PÚBLICA NO RIO GRANDE NA SEGUNDA DÉCADA NO SÉCULO XX</b>	<b>109</b>
<b>3.3 SAÚDE PÚBLICA NO RIO GRANDE NA TERCEIRA DÉCADA NO SÉCULO XX</b>	<b>126</b>
<b>IV CAPÍTULO: A SAÚDE PÚBLICA NAS PÁGINAS DO ECHO DO SUL DAS CRÍTICAS ÀS PROPOSTAS</b>	<b>152</b>
<b>4.1 1903 - O ECHO DO SUL E AS CRÍTICAS AO GOVERNO PELA FALTA DE INTERFERÊNCIA NO ÂMBITO PÚBLICO</b>	<b>154</b>
<b>4.2 1904 - O ANO EM QUE A PESTE BUBÔNICA DIVIDIU ESPAÇO COM A VACINAÇÃO OBRIGATÓRIA</b>	<b>177</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>200</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:</b>	<b>204</b>



## **ÍNDICE DE ABREVIATURAS**

**Jornal O Echo do Sul – ECS**

**Relatório da Câmara Municipal da Cidade do Rio Grande – RCM**

**Departamento Geral de Saúde Pública- DGSP**

## INTRODUÇÃO

No final do século XIX e no início do século XX o Brasil entrou na modernidade. A qual, no presente trabalho, foi vista como sugeriu Mara Regina Nascimento (1998), não como avanço tecnológico, mas de uma forma mais abrangente que denominou um novo modo de vida e de civilização. Também citado por Baudrillard, como uma prática típica do Ocidente, sendo seus principais elementos o pensamento linear, racional e as dicotomias entre magia e religião; razão e sentimento; homem e natureza, tradição e modernidade.

O mundo, o cotidiano das pessoas envolvidas nesse processo, passa a ter uma outra velocidade: as descobertas científicas, principalmente no ramo da medicina e da química, introdução de normas de higiene vão promover mudanças no dia-dia.

Essas mudanças, no que tocou a saúde pública e higiene começaram na Europa no início do século XIX: Paris em 1804 foi remodelada - suas ruas centrais cederam lugar a grandes avenidas arborizadas, com Boulevares e muito espaço para a circulação urbana. No Brasil, essas mudanças chegaram mais tardiamente, mas nem por isso causam menos barulho.

Bem verdade, que no caso brasileiro as mudanças higiênicas não estavam associadas inicialmente com a questão da melhoria da qualidade de vida, mas ao fator econômico: atendendo as exigências do mercado internacional, o país trocou a mão de obra escrava por assalariada, empregada principalmente nas lavouras de café na cidade de São Paulo. O historiador José Murilo de CARVALHO (1987) relata que a cidade do Rio de Janeiro teve durante na primeira década republicana, seu

período mais turbulento de existência: mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais que já estavam sendo amadurecidas há tempos, precipitaram-se com a mudança do regime político, mudando a vida da cidade<sup>1</sup>:

- A primeira mudança foi demográfica/étnica: a população aumentou, atraindo além dos imigrantes, os migrantes provenientes da região cafeeira e os ex-escravos que a partir de então procuravam espaço no mercado de trabalho.

- A segunda mudança gerada foi um desequilíbrio entre os sexos: a predominância do sexo masculino (que chegava a cidade em busca de trabalho) refletiu no número de casamentos: em 1890, o número de homens brancos casados era de 26%, e o número de homens negros casados era de 12,5%. Esses números mostram como era pequeno o número de famílias regularizadas.

- O terceiro fator foi o aumento demográfico: o rápido crescimento populacional, gerando um acúmulo de pessoas mal remuneradas ou sem trabalho fixo: para se ter uma idéia do montante, empregados domésticos, jornaleiros e trabalhadores em ocupações pouco definidas chegavam a marca de cem mil em 1890. Esse número dobrou em 1906. No início do século vinte, a cidade do Rio de Janeiro tinha duzentas mil pessoas que percorriam a tênue fronteira entre o lícito e o ilícito, a ordem e a desordem:

Anote-se ainda o impacto do crescimento populacional acelerado sobre as condições de vida, com as conseqüentes pressões sobre a administração municipal. Agravaram-se muito os problemas de habitação, tanto em termos de quantidade quanto de qualidade... A sociedade solicitava à Inspetoria de Higiene que fosse mais cautelosa ao mandar fechar habitações, pelas conseqüências que a medida poderia acarretar. Os velhos problemas de abastecimento de água, de saneamento e higiene viram-se agravados de maneira dramática no início da República com o mais violento surto de

---

<sup>1</sup> As questões que motivaram a Revolta da Vacina serão tratadas no primeiro capítulo.

epidemias da história da cidade (CARVALHO: 1987 p. 18,19).

População que na grande maioria das vezes, vivia em cortiços, casas pequenas, mal arejadas, (geralmente todos dormiam em um mesmo cômodo), sem sistema de água e esgoto, não tinham acesso à instrução, alimentavam-se mal e quando adoeciam não possuíam recursos para procurar um médico. Essa forma de viver, que beirava a insalubridade era o prato predileto das doenças e epidemias que assolavam as cidades como a varíola, febre amarela, malária e tuberculose.

Foram justamente essas questões urbano/sociais que desencadearam o principal conflito urbano do início do século XX: a Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro, uma vez que:

A resistência da população à derrubada dos cortiços e a Revolta do Rio de Janeiro contra a vacinação obrigatória em 1904 fizeram parte das questões nas quais os positivistas ortodoxos procuraram intervir teoricamente, mas nem sempre houve concordância com as medidas adotadas pelos positivistas que não eram membro do apostolado (WEBER: 1999, p.89)

Para a historiadora, essa postura dos membros do apostolado era resultado da incompreensão dos possíveis benefícios dessa reforma para a sociedade. Ao contrário, eram entendidas como uma afronta às liberdades individuais, uma vez que cada pessoa teria a liberdade de optar por ser ou não vacinada.

Organizar o aparato de higiene e saúde pública não era tarefa fácil e ficou mais árdua se associada à epidemia de peste bubônica que chegou ao Brasil em 1899. Para se erradicar a doença, transmitida pela pulga do rato, era necessário muito mais do que limpar e desinfetar a cidade: teria que mexer nos cortiços, um dos principais focos da doença, e dessa forma desalojar um número significativo de pessoas que habitavam em moradias insalubres. Mas se as doenças, as epidemias, a falta de saneamento nas cidades eram iguais em todo o país, a forma de

tratamento dessas questões e a visão dos administradores públicos sobre os saberes médicos diferiam no Rio Grande do Sul.

Pode-se perceber, no entanto, que o Estado do Rio Grande do Sul se apresenta como uma exceção na medida em que não foram realizadas mudanças significativas na Saúde Pública. O que chama a atenção, justamente, as permanências provenientes do pensamento político positivista que dirigia as ações dos líderes do governo.

Sendo assim, a presente pesquisa ateve-se ao período que se seguiu ao fim do governo de Júlio de Castilhos e solidificação da “era” de Borges de Medeiros, ou seja, os anos de 1902-1928. No entanto, o nosso foco central foram os anos de 1903 a 1904, período de forte crise na cidade do Rio Grande, devido a duas grandes epidemias de peste bubônica. Portanto, analisamos a posição do governo diante da necessidade de implementação de políticas públicas de higiene e saúde para o município em comparação com a crítica proferida pelo jornal “ECS” ao problema no mesmo período. Almejou-se a partir do entrecruzamento dessas fontes perceber porquê o governo em seus relatórios da “Câmara Municipal” negava o problema da saúde pública e da própria existência da epidemia. Por fim, por que o jornal se posicionou primeiro criticamente e após de forma condescendente ao problema da saúde e higiene pública em Rio Grande? O jornal teria tido uma posição altruísta frente à crise ou utilizara-se da convulsão social para realizar seus embates políticos?

A crise endêmica na cidade, em muito propiciada pelo Porto que servia de entrada das doenças, dizimou grande parte da população da cidade e chegou às portas da capital Porto Alegre. As preocupações do governo municipal com a higiene

dos estabelecimentos e moradias aparecem nos relatórios da Câmara, os quais solicitaram verbas para a reforma do Mercado Público em 1902. Nos relatórios do ano seguinte apareceu a preocupação com a inspeção pela intendência das moradias, principalmente dos cortiços, que tivessem sido desocupadas.

Nesse processo, a imprensa participou ativamente da campanha pela higienização da cidade, incentivando comerciantes a pintarem suas lojas, passando regras de higiene e denunciando o número de mortos pela peste. Dessa forma, diante do movimento do governo para as melhorias da higiene e saúde na cidade do Rio Grande, seria natural que frente à epidemia da peste bubônica o governo tivesse se posicionado como um combatente do problema, no entanto, o que vemos na documentação, nos relatórios e nos jornais, é justamente o contrário, é a negação da crise endêmica por parte das autoridades públicas. Em plena crise da doença, não apenas da peste, como também da tuberculose crescente na cidade, além da varíola, vemos no relatório de 1904, o intendente Capitão Carlos Augusto Ferreira de Assumpção demonstrando os “bons” resultados do serviço de Assistência Pública. Por que o governo se dedicou em negar a existência de um problema que dizimava a população da cidade? Esse questionamento somado aos citados anteriormente dirigiram nossa pesquisa.

Para o prosseguimento desse trabalho, na presente tese, como método e teoria para o trabalho com o jornal “Echo do Sul” e os relatórios da Câmara Municipal do Rio Grande optou-se pelo Agendamento ou *Agenda-setting theory*, conforme o original, em inglês. Essa teoria formulada na década de 1970, por Maxwell MACCOMBS e Donald SHAW (1972), inspirada nos trabalhos de Walter LIPPMANN, produzidos nos anos de 1922, auxiliou, nesse processo de análise, a

compreender que a imprensa, no caso, o jornal, não determina como as pessoas devem pensar, mas agenda a opinião pública, ou seja, coloca em destaque os assuntos que os leitores devem ter em mente.

Em suas idéias básicas, a teoria do Agendamento propõe, ainda sob forte influência do pensamento de LIPPMANN, que as pessoas vivem em um pseudo-ambiente e por isso não respondem diretamente aos acontecimentos reais, mas sim as construções e representações deles na mídia. Dessa forma, todo o tipo de mídia, fosse imprensa ou outros, teria o importante papel como fornecedora e geradora das imagens do pseudo-ambiente nos quais as pessoas viveriam.

A maior contribuição dessa teoria para o presente trabalho é a compreensão de que ela explica a correspondência entre a quantidade e ênfase na cobertura de um evento pela imprensa e a importância do mesmo para os leitores. Conforme discorreu-se no último capítulo, os diálogos, entre a imprensa e o governo, demonstram que esta correspondência ocorria repetidamente.

Considerando que a função do agendamento dentro do jornal tem um processo de três níveis:

1. Agenda Midiática – são questões discutidas na mídia de forma organizada e total (todas as sessões do veículo se voltam para a discussão do tema);
2. Agenda Pública ou da Sociedade Civil – é o conjunto de questões discutidas no jornal e que possuem relevância para o público leitor;
3. Agenda de Políticas Públicas – são questões que diante de sua importância para os gestores públicos estabelecem um diálogo entre imprensa e governo.

No caso específico, que se trata aqui, do jornal “ECS” pode-se perceber que os três níveis foram atingidos, pois ele apresentava uma ordem nos assuntos que de forma sazonal traziam a cena os problemas da Saúde Pública municipal e estadual enfrentados naquele momento. Também, que sua agenda era formada pelo conjunto de questões, nesse caso as epidemias, que assolavam diretamente a vida dos cidadãos rio-grandinos e por fim, apresentava possíveis soluções para os problemas e criticava os líderes por sua omissão diante da crise na Saúde Pública do Rio Grande, assim, não apenas atraía a atenção dos órgãos públicos, como também estabelecia um diálogo entre governo e sociedade, conforme procurou-se demonstrar nos terceiro e quarto capítulos dessa tese.

Dessa forma, o primeiro capítulo trouxe um panorama das pandemias de peste bubônica. A partir do surgimento dos primeiros casos na antiguidade, passando pela epidemia que assolou a Europa dizimando um terço de sua população durante a idade média, até o seu último grande ciclo no final do século XIX, quando já era conhecida a cura.

Também foi traçada uma discussão historiográfica e um histórico sobre a doença e a saúde pública no Brasil. Quando se observa o estado sanitário das cidades, que em sua maioria não possuíam canalização de água e que os esgotos corriam a céu aberto, além de que a grande maioria da população não possuía uma alimentação equilibrada e morava em locais inadequados, entende-se porque as doenças epidêmicas grassavam fazendo milhares de vítimas, principalmente nos períodos mais quentes. Observando que o precário estado sanitário estava gerando prejuízos em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, os administradores públicos passaram a implementar políticas de urbanização e sanitização, o que não ocorreu



em nosso Estado.

No segundo capítulo foi trabalhada a forma de como o governo gaúcho, trabalhava com as questões de saúde pública. O PRR (Partido Republicano Rio-Grandense) que governou o Estado por praticamente quarenta anos, não via a saúde pública como prioridade. Inspirado nos preceitos de Augusto Comte, os positivistas pregavam que a manutenção da ordem e o saneamento do orçamento público eram indispensáveis para uma boa administração.

Também prezavam as liberdades individuais, desde que essas não comprometessem a ordem pública. O respeito ao livre-arbítrio foi a marca da Constituição Estadual de 1891: nela, o estado não reconhecia diplomas acadêmicos e qualquer pessoa que se habilitasse (habilitar, significava pagar o imposto profissional) poderia exercer qualquer profissão dentro do território estadual. Essa premissa constitucional fez com que pessoas que sequer freqüentaram cursos e que possuíam conhecimentos rudimentares sobre as artes da cura fossem habilitados a clinicar.

Se fosse levado em consideração que grande maioria da população não tinha condições financeiras para arcar com as custas de um tratamento médico oficial, esses profissionais com práticas de cura alternativas (que trabalhavam com rezas, chás e ervas) acabavam sendo a opção de cura. Dessa forma, só iam procurar os médicos diplomados quando todas as demais opções haviam se mostrado nulas, e a doença já se encontrava em estágio avançado, o que agravava a questão sanitária.

O terceiro capítulo centrou-se na análise de como o município tratou a questão da saúde pública e dos melhoramentos urbanos indispensáveis a essa

questão. Procurou-se estabelecer uma relação entre as políticas públicas municipais e um contexto maior, o projeto político castilhistas, inspirado no positivismo. Para isso analisou-se os Relatórios da Câmara Municipal (RCM) entre os anos de 1902 e 1928.

Embora fosse sabido que a peste bubônica chegou ao município de Rio Grande em 1900, os RCM desses dois primeiros anos não estavam disponíveis<sup>2</sup>. Fato que não alterou o encaminhamento da tese, uma vez que a análise do conjunto ou série dos RCM dos anos de 1902 até 1928 possibilitou que fosse traçado um panorama do encaminhamento da saúde pública pela municipalidade.

O quarto e último capítulo fez um contraponto com o terceiro: analisou-se a mesma questão por outro viés, ou seja através das páginas de um jornal. O Echo do Sul, jornal que circulou por oitenta anos, tinha uma visão diferente sobre a importância da salubridade pública e mostrou essa divergência em suas reportagens. Então o questionamento entabulado foi verificar se o periódico possuía outra visão sobre essa questão ou estava se utilizando de uma deficiência da municipalidade para mostrar sua oposição à política municipal, e conseqüentemente estadual.

---

<sup>2</sup> Todos os RCM, assim como o jornal ECS foram pesquisados na Biblioteca Rio-Grandense, no município de Rio Grande. O arquivo da prefeitura, por se encontrar em fase de organização e restauro não estava aberto ao público.

## I CAPÍTULO: PESTE E PESTOSOS NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

Carlos Gonçalves<sup>3</sup> era um cidadão português, natural de Coimbra. Imigrante assim como milhares que chegaram ao Brasil ao longo do século XIX, em busca de melhores condições de vida. Estabelecido na cidade de Rio Grande, trabalhava há seis anos em uma sapataria no centro da cidade. Tinha 36 anos, uma vida simples como tantos outros trabalhadores e provavelmente sua morte não se tornaria matéria de jornal durante três dias consecutivos se não fosse por um porém: Carlos Gonçalves faleceu de peste bubônica, em 21 de março de 1904, contraída provavelmente em seu local de serviço.<sup>4</sup>

Mesmo sendo a Peste Bubônica uma conhecida da cidade, entre os anos de 1903 e 1904 fez número considerável de vítimas na região. Embora no início do século XX a doença ainda assustasse, tanto pelo estigma que carregava desde a Idade Média quanto pela quantidade que matou na Europa, assim como pela aparência dos infectados, o que chama a atenção nos casos ocorridos em Rio Grande são basicamente três fatores: **o primeiro** é que já existia no mercado a cura para a doença – o soro **Serum Yersim**; **o segundo** é que o soro já era fabricado no Brasil, no Instituto Butantã em São Paulo e no Instituto Manguinhos no Rio de Janeiro, desde 1901. Nas localidades onde os casos fossem relatados ao Departamento Geral de Saúde Pública (DGSP), o município receberia gratuitamente o soro; **o terceiro** motivo, na realidade ajuda a explicar os demais: a filosofia política

---

<sup>3</sup> Todos os dados referentes foram retirados das matérias do jornal Echo do Sul entre os dias 21 a 23 de março de 1904.

<sup>4</sup> O jornal sugere-se que a contaminação tenha ocorrido no local de trabalho uma vez que a sapataria onde Carlos Gonçalves trabalhava situava-se na Rua Benjamim Constant, que fica próxima a Rua 20 de fevereiro, local onde também foram encontrados casos de peste bubônica.

adotada no Estado e seu relacionamento com as artes de curar.

Inspirada no positivismo, as autoridades políticas não tinham a saúde pública como prioridade. Pautavam sua administração pela ausência de dívidas e obedeciam cegamente aos preceitos do partido.<sup>5</sup> Com o intuito de preservação das liberdades públicas projetavam a política estadual de forma a conceder autonomia aos municípios. No entanto, essa liberdade era imposta autoritariamente, pois os intendentes municipais não tinham independência para intervir na sociedade local, resolvendo por exemplo, questões referentes à saúde pública.

Desta forma, a municipalidade optou por não tratar os casos como epidemia, limitou-se a abrir o hospital de isolamento, e não comunicou oficialmente às autoridades estaduais os acontecimentos. A doença nem chegou a receber uma rubrica específica na descrição dos óbitos no Relatório Anual apresentado a Câmara de Vereadores do Município nos anos de 1903 e 1904. O governo em níveis estadual e municipal ao invés de investir em políticas de saneamento, para resolver o problema da crise epidêmica preferiu centrar-se na construção de hospitais de isolamento, com vistas a retirar o doente do convívio social, com o intuito de refrear o avanço das doenças. O que de fato não ocorria, pois, os focos de contaminação não eram exterminados.

A forma como foi vista a doença na cidade do Rio Grande foi o reflexo da administração de orientação positivista que regeu o governo do Estado até 1929, na qual a saúde pública não representou prioridade. Mas, antes se faz necessário tecer alguns comentários sobre essa questão, mais especificamente sobre a forma como foi tratada.

---

<sup>5</sup> As questões relacionadas à filosofia positivista e a política adotada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul são trabalhados no segundo capítulo.

Sendo assim, o objetivo desse capítulo foi analisar o processo de tratamento da Saúde Pública no Rio Grande do Sul, ou seja, como os melhoramentos urbanos foram tratados em comparação com a Capital Federal e o Estado de São Paulo, o panorama das epidemias de peste bubônica que assolaram o Estado entre 1903 e 1904 e como a sociedade civil e política reagiram às conseqüências dessa crise, conforme discutiremos a seguir.

### **1.1 A SAÚDE PÚBLICA: UMA DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA**

A doença sempre acompanhou o homem<sup>6</sup> ao longo dos tempos. Segundo o médico e escritor Moacyr SCLIAR:

para a maior parte das doenças sempre foi difícil estabelecer **relações de causa e efeito**; é um tipo de raciocínio que depende do grau de desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Privados destes recursos, os povos primitivos explicavam a doença dentro de uma concepção mágica do mundo: o doente é vítima de demônios malignos, mobilizados talvez por um inimigo... O homem que se sente vítima deixa-se definhar até morrer (1987, p. 10).<sup>7</sup>

Essas relações de causa e efeito, citadas pelo autor, não estavam claras para os ideólogos do Rio Grande do Sul, que imbuídos pelo pensamento positivista, não viam o sanitarismo como alvo para a modernização e a normatização do Estado. A Saúde Pública e a moral política do Estado, na ideologia seguida pelos próceres estaduais, dependiam do enxugamento do orçamento de forma a exterminar as

---

<sup>6</sup>Segundo Moacyr SCLIAR “pesquisas paleontológicas revelam achados paleontológicos em antiqüíssimos restos fósseis e nas múmias egípcias: seqüelas traumáticas, evidências de doenças infecciosas e parasitárias. O faraó Ramsés V teve varíola. O fêmur do pithecanthropus erectus encontrado em Java (1881) Por Eugene Dubois mostrava uma exostose patológica [proliferação óssea na superfície de um osso]” (1987, p. 10).

<sup>7</sup> Os negritos foram colocados no meio das citações com o objetivo de salientar e evidenciar a idéias em destaque.

dívidas estatais, assim como, da moralização política da sociedade.

Pensando desta forma, até atingir o atual estágio de desenvolvimento da medicina, as artes da cura passaram por etapas diversas: primeiro a doença era algo mágico<sup>8</sup>; na antiguidade passou a ser “objeto de clivagem” (SCLIAR: 1987, p. 15) e os responsáveis por cuidar das almas, fossem eles sacerdotes, feiticeiros ou xamãs, formavam uma categoria à parte.

Entretanto, este sistema não foi permanente e uma nova forma de conhecimento surgiu: o empírico. Iniciada com Hipócrates e posteriormente com Galeno, o que prevalecia era a observação clínica sobre a doença, mas não existia a experimentação.

Embora Moacyr SCLIAR entenda que neste período ainda não exista a saúde pública, por não haver o sentido de público como existe na atualidade, também pelo fato de que a sociedade não se encontrava suficientemente organizada (era excludente e as barreiras entre as classes eram grandes o suficiente para impedir o progresso). Para Jorge ROSEN (1994) pesquisador norte americano que não compartilha desta idéia, a tentativa de bem-estar da população sempre esteve presente, ao longo dos tempos, ainda que de forma rudimentar. Mas, a moderna saúde pública, ou o que se entende como condições mínimas de bem-estar, alimentação e moradia, surgiu na Inglaterra, por ser esse país o pioneiro na industrialização, sendo necessários cada vez mais braços para impulsionar as crescentes fábricas.

O processo de industrialização inglês trazia o trabalhador para dentro das

---

<sup>8</sup> Moacyr SCLIAR em sua obra “Do Mágico ao Social” (1987) divide a trajetória da saúde pública em três fases, ou como denomina o autor “olhares”. São eles: o mágico, o empírico e o social.

fábricas, surgindo, assim, uma necessidade de organização social para a promoção da saúde, uma vez que sua falta acarretaria menor produção (CF. ROSEN: 1994). Conseqüentemente, com a força de trabalho transformada em mercadoria, doença era sinônimo de prejuízo. O impacto desse novo processo industrial, extremamente rentável, ultrapassou os limites da Europa, disseminando-se por todo o mundo ocidental.

Pesquisar sobre saúde pública é como percorrer os fios de uma colcha de retalhos: vários itens estão relacionados e devem ser pesquisados concomitantemente, uma vez que,

**pobreza e doença estão ligadas por nutrição, habitação e vestuário inadequados, ligados, por sua vez, a salários baixos e falta de educação. A importância de fatores econômicos, sociais e políticos na determinação do nível sanitário de um povo tornam impiedosa a criação de um programa nacional (LOPES: 1993, p. 342)(grifo nosso).**

Os fatores políticos e econômicos citados pelo autor seriam as causas das más condições de vida da população, no entanto no Brasil pode-se perceber que doença e a pobreza foram tratadas nos âmbitos públicos e privados como uma questão conceitual. Vê-se que o cerne dos debates entre o governo e os jornais na cidade do Rio Grande era a concentração das tarefas e os limites de uso do poder Estatal. Pois, enquanto o primeiro defendia a não intervenção pela exaltação das liberdades públicas, o segundo contestava essa postura, afirmando que somente através da intervenção no âmbito público e privado a sociedade poderia alcançar um alto nível de sanitização, até chegar a total erradicação das doenças. Conforme analisamos no terceiro e quarto capítulos, percebamos que a erradicação das doenças para o jornal ECS era o princípio basilar para a modernização e

melhoramentos urbanos.

É esse entrelaçamento de fios, ou de fatores, que vão dar forma a saúde pública no Brasil, durante o final do Império e nos primeiros anos da República. O que ocorreu nas cidades brasileiras é que essas foram construídas sem a mínima organização higiênica. Com o incremento populacional, que iniciou com a vinda da família Real e grande parte da burocracia portuguesa em 1808 só aumentou a insalubridade. A situação continuou com as frentes imigratórias, e, no final do século com os ex-escravos que vinham para os centros urbanos em busca de empregos. As cidades cresceram muito rapidamente nesse ínterim, sem organização dos serviços de água, esgotos, lixo, saúde e limpeza urbana.

Somem-se a estes quadros, trabalhadores mal remunerados e sem as mínimas condições de saúde e higiene, os resultados foram moléstias como febre amarela, varíola, tifo, febre tifóide, tuberculose e sífilis se propagando com extrema facilidade. Como não foram tratadas adequadamente, nem pelas esferas governamentais que não tinham interesse, nem pela população que não dispunha de condições financeiras para custear honorários médicos e o tratamento, essas doenças rapidamente transformaram-se em epidemias.

Mas aonde residia essa população carente que mais necessitava da implantação de um projeto de higiene e saúde pública? Os cortiços, como eram popularmente chamados, abrigavam toda a sorte de cidadãos: trabalhadores ou pessoas sem ocupação fixa, mulheres, homens solteiros, crianças e animais.

Os cortiços foram descritos pelo arquiteto Andréa PICCINI (1999:37) como moradia de aluguel surgida no final do século XIX e destinada à população de baixa



renda e que marcaram a urbanização tanto dos centros urbanos como das periferias<sup>9</sup>. Segundo o arquiteto, podiam ser assim divididos:

-Cortiço de Quintal (ocupava o centro do quarteirão, com acesso através de um pequeno corredor);

-Cortiço casinha (construção independente com frente para a rua, usualmente chamada de pensão);

- Casa de Cômodo (sobrados com várias sub-divisões internas);

- Cortiços improvisados (ocupação precária no fundo de estabelecimento comercial);

- Hotel Cortiço (durante o dia servia como restaurante e no mesmo local, à noite, pessoas dormiam).

Os cortiços eram como podemos chamar o “mal da vida moderna”. As pessoas habitavam não faziam por gosto e sim por necessidade: morar perto dos centros urbanos facilitava os acessos às atividades laborativas, diminuía o trajeto de deslocamento, além do principal atrativo que era o preço do aluguel, muito menor do que o de uma casa. Mas, isso não significava que seu valor fosse baixo, muito pelo contrário era bastante alto pelos poucos atrativos que possuía, como a falta de saneamento, ínfimo espaço e falta de arejamento, no entanto, eram a única alternativa das populações mais carentes.<sup>10</sup>

Ocorria que, remodelar as cidades aos moldes sanitários do século XX

---

<sup>9</sup> Segundo PICCINI (1999), as primeiras classificações dos cortiços ocorreram no município de São Paulo, em 1883, quando a Câmara de vereadores estabeleceu novo código de posturas da cidade.

<sup>10</sup>Os cortiços da cidade do Rio Grande e suas mazelas serão estudados no último capítulo.

acarretaria invariavelmente em ônus para os proprietários de imóveis urbanos e para a municipalidade. Sabe-se, porém, que um dos empreendimentos financeiros mais rentáveis daquele período era justamente a especulação imobiliária: grandes casas eram divididas para que várias famílias habitassem pequenos cômodos sem as mínimas condições higiênicas e a preços altos.

O município de Rio Grande não fugiu a essa tendência: a cidade “inchou”, ou seja, o aumento populacional não acompanhou o progresso econômico e social populacional, causando entraves ao bom funcionamento do município. Foi medida bastante comum, a partir do século XIX, relacionar vocabulário médico/biológico ao urbanístico, principalmente no tocante as questões de transporte e higiene. Segundo os pesquisadores e arquitetos GUNN e CORRÊA:

Os problemas desses organismos urbanos são localizados através de sintomas, que revelam patologias e tendências degenerativas para as quais buscam-se remédios (grifo do autor) (GUNN; CORRÊA: IN: BRESCIANI: 2001, p. 236).

O jornal ECS entre os anos de 1903 e 1904 não apenas identificou os sintomas das patologias que assolavam a cidade de Rio Grande, ou seja, as causas que propiciavam um maior alastramento das epidemias, como também apontavam um possível remédio para o problema: que seria a intervenção do Estado tanto no âmbito público, assim como no privado. Podemos estabelecer uma analogia entre o vocabulário médico e o cotidiano do município mostrado no jornal. Dessa forma, O organismo seria a cidade de Rio Grande que se encontrava enferma. Os sintomas seriam os maus cheiros, ratos mortos, lixo nas ruas, como pode ser verificado na matéria divulgada no verão de 1903, na qual o jornal ECS reclamava a falta de reformas urbanas na cidade: “ao que parece estão suspensos no todo ou em grande

*parte o trabalho do calçamento das ruas da cidade, dele tão necessitadas. Há uma completa paralisação da vida municipal e as raras iniciativas próprias tem sido deveras infelizes” (21/03/1903, nº 45).*

As mesmas reclamações persistiram no verão do ano seguinte, quando foi noticiado que:

Os moradores da Macega queixam-se de que é insuportável a fedentina que exala de um depósito existente nas imediações da estação marítima. Para o qual chamamos a atenção do Sr. Delegado de Higiene, cuja intervenção torna-se necessária a bem da saúde pública ameaçada. (ECS, 12/03/1904, nº 59).

O jornal mais do que denunciar procurava influenciar as autoridades públicas a intervir nas vias sociais, como na limpeza das ruas, exterminando o mau cheiro próprio de depósitos instalados nas mediações portuárias e de terrenos baldios, onde a população costumava jogar lixo doméstico, uma vez que o serviço de remoção desse material deixava a desejar. Podemos observar que o jornal explicitava em suas páginas as mazelas da vida urbana ao mesmo tempo em que pede providências.

As patologias seriam o surgimento de doenças infecto-contagiosas como a varíola, infecções intestinais sem falar na peste bubônica. Voltando a nossa fonte, encontramos toda a sorte de doenças que habitavam esse organismo, ou seja, a cidade do Rio Grande, como se pode observar no jornal de 10 de agosto de 1903 que trouxe o obituário do mês anterior *“sepultaram-se 72 corpos. Escusado é dizer que a tuberculose continua a fornecer o maior contingente e onze foram os óbitos”* (ECS, nº 182). A quantidade de mortos pela doença, conforme a citação, indicava um quadro de alerta, no entanto, as autoridades preferiam negar o problema a ter

que tratá-lo. Como toda a cidade em processo de industrialização, os rio-grandinos também tinham o fantasma da tuberculose assombrando a urbe.

No mês seguinte, o jornal noticiou que a bordo de um dos navios da Companhia Loyd que atracou no porto da cidade no dia 20 de agosto “*desenvolveu-se a varíola entre os passageiros de terceira classe. Nesta cidade desembarcaram uma senhora afetada daquela moléstia e outro passageiro. A diretoria de higiene em Porto Alegre teve ciência do fato*” (ECS, 04/09/1903, nº 204). O jornal também relatou que uma criança chegada no mesmo vapor e que foi residir em companhia de seus pais, na Rua Aquidabam, adoeceu a 24 de agosto com a varíola e hoje está em convalescença, tendo sido tratado por um médico licenciado.

Visitavam anualmente a cidade, além da peste bubônica, a tuberculose e os problemas gastro-intestinais que naturalmente faziam vítimas, o aparecimento de outras doenças de caráter epidêmico, deixavam a mostra uma cidade doente, sem perspectivas de saneamento:

Nos dias 11 e 12 do corrente, segundo se verifica no registro civil, que em outro lugar publicamos, morreram 16 pessoas!... E dizer que nem o governo do Estado, nem a delegacia de higiene, nem a administração municipal tomaram a menor providência para melhorar o horroroso estado sanitário da cidade que está completamente infeccionada (ECS, 14/04/1903, nº 85).

Conforme a citação, o governo nada fazia para impedir o alastramento das doenças, muitas importadas pelo Porto da cidade do Rio Grande. Assim, caso não fosse devidamente tratada, a tendência degenerativa seria o aumento das doenças. Para sanar o organismo doente, o remédio, ou seja, a cura, segundo o conjunto de matérias jornalísticas do ECS, deveria ser calcada no remodelamento da forma de

pensar e agir dos próceres municipais em relação a saúde pública, fato que não ocorreu no período. Dessa forma, a ação política precisava centrar-se na intervenção estatal em relação as questões de saúde pública, pois segundo o periódico: *“Há um abandono confesso, da parte da intendência, de providências simples, para evitar o desenvolvimento do mal epidêmico que está grassando nessa cidade”* (ECS, 18/04/1903, nº 89).

Parafraseando Sidney CHALHOUB e ABRÃO, pode-se dizer que o município de Rio Grande era uma cidade “febril” e “calada”. Febril, no sentido da doença, dos males que atingiam sua população. Calada no sentido da pouca mobilidade de seus administradores, gerando entrave ao desenvolvimento urbano e social, e também da população que absolutamente não tinha como se proteger das moléstias.

Corroborando com a metáfora da cidade como corpo orgânico, a historiadora Margareth RAGO escreveu que:

O corpo social segundo esta construção imaginária deveria ser protegido, cuidado e assepsiado através de inúmeros métodos e mesmo cirurgias que extirpassem suas partes doentias, seus cancros e tumores (1985, p.167).

A necessidade de proteção e assepção, indicada pela autora, era a principal reivindicação do ECS. O método escolhido pelo jornal ECS para solucionar os problemas que atingiam o corpo social era a intervenção estatal. O Estado para ele teria o dever de atuar junto a população orientando suas ações referentes a higiene privada, assim como de locais públicos. Dentro do contexto textual das matérias percebemos que o jornal defendia uma intervenção no âmbito privado, no qual o Estado determinaria não apenas os locais no quais a população pobre deveria e

poderia residir, como também seu comportamento referente a higiene pessoal e postura em locais de vida comum. Portanto, para solução dessas questões urbano-sociais, a palavra chave (mot valise) escolhida foi “Saúde pública”. Essa seria instituída a partir de um conjunto de benfeitorias, que segundo BRESCIANI, mais do que uma palavra que recobriria “*uma lista de situações diversas*” (2001, p. 343), eram parte de um programa ideológico de modernização das cidades. Que nesse caso abrangeriam melhorias no sistema de saúde pública, abastecimento de água, coleta de lixo e águas servidas, rede de esgotos, habitações coletivas e circulação urbana.

Interessante observar que a municipalidade Rio-Grandina, ancorada nos pressupostos de administração positivista de orçamento enxuto e sem dívidas, gastava o parco orçamento não realizando medidas efetivamente saneadoras da cidade. As medidas eram paliativas, resolviam as crises epidêmicas temporariamente, não havia uma preocupação ao longo prazo no que se referia a melhoria do traçado urbano. Não ocorreu um real projeto de higiene, conforme descrito por Miriam LOPES:

O projeto de higiene é operar uma mutação na temporalidade e no tipo de espaço designados aos cuidados da doença, as transmissíveis. Se a epidemia tem uma temporalidade cíclica e descontínua, a prevenção se antecipa a sua eclosão e estabelece uma atuação sistemática e contínua (1993, p. 69).

O projeto higiênico, como nos moldes explicitados pela pesquisadora, não ocorreu em Rio Grande uma vez que o município não teve uma atuação preventiva no trato com a saúde pública. Dessa forma, as doenças aportavam (geralmente chegavam por via portuária) sazonalmente na cidade: no inverno aumentavam os

casos de doenças bronco respiratórias e tuberculose. No verão, avultavam os casos de doenças gastrintestinais, cólera e a própria peste bubônica, conforme analisaremos a seguir.

## **1.2 A PESTE BUBÔNICA: SINTOMAS, DIAGNÓSTICOS E HISTÓRIA**

Para SOURNIA (1985) as doenças, em si não têm história, são uma entidade abstrata que o homem dá um nome e a partir daí, constroem uma trajetória. Partindo desse pressuposto, os caminhos podem ser recentes, como o caso da AIDS, ou mais antigos, como é a caminhada do homem com a peste bubônica<sup>11</sup>. Mas, talvez o que mais faça sentido em se tratando da Cidade de Rio Grande e do momento político pelo qual todo Estado passava entre os anos de 1903 e 1904 é que todas as noções, os pressupostos e os encadeamentos, conforme a citação a seguir;

Tem que ver com o estado do conhecimento, com uma idéia da ciência; são forçosamente evolutivos: por natureza, a medicina é histórica. Seria, portanto artificial e infantil recrimina-la por suas estagnações, pelas suas cegueiras, pelos seus absurdos. Os médicos, como os outros sábios pertencem a sociedade que os circunda. (SOURNIA, IN: LE GOFF: 1986, p. 360)

Esse conhecimento, citado por SOURNIA, facilitaria o combate a doenças como a peste bubônica que poderia ser combatida pelo simples ato de implementação de uma educação para a saúde pública, ou seja, a conscientização

---

<sup>11</sup> As doenças contagiosas são divididas em dois grupos: de contágio indireto e direto. Sendo assim, no primeiro grupo encontram-se doenças em que é necessário um vetor para a transmissão. Peste bubônica e dengue são exemplos bastante característicos. No segundo grupo enquadram-se as enfermidades em que o contágio ocorre de homem a homem uma vez que “o contágio só pode fazer-se se a concentração humana é bastante densa, isto é suficiente para que a probabilidade de passagem do indivíduo infectado para o indivíduo virgem e receptivo seja bastante grande” (SOURNIA: 1986, p. 42).

da população com a necessidade de cuidados com a higiene pessoal e comunitária dos locais de convivência.

Nesse sentido, podemos perceber que a comunidade médica rio-grandina, por exemplo, já conhecia a cura e a aplicava nos doentes que podiam custear seu tratamento. No entanto, conforme as críticas do jornal ECS, as quais serão analisadas mais detidamente em nosso quarto capítulo, o governo pouco podia fazer por aqueles que, para o restabelecimento de sua saúde tinham que contar com os poucos recursos da municipalidade. Governos municipal e Estadual não investiam na educação para saúde pública, ou seja, na conscientização da população, mas também não se detiam ao combate às doenças com tratamentos e remédios já desenvolvidos na época. O Estado e a municipalidade preferiam negar as crises epidêmicas a ter que tratá-las como prioridade.

Especificamente durante os anos de 1903 e 1904, os médicos que mais trabalharam durante as epidemias na cidade foram Augusto Duprat<sup>12</sup>, Mariano Espíndola<sup>13</sup> e Euclides Miró.<sup>14</sup>

É importante observar-se que a peste bubônica<sup>15</sup> tem um tempo de incubação

---

<sup>12</sup> Augusto Duprat (1865-1940) nasceu no Recife, e, aos 16 anos de idade foi para Paris cursar a faculdade de medicina. Formado, volta ao Brasil em 1892, mais precisamente para o Rio de Janeiro a fim de validar seu diploma. Logo após, fixou residência em Rio Grande, onde permanece até sua morte. Nessa cidade, dedicou-se por mais de quarenta anos ao trabalho na Santa Casa de Misericórdia. Por sua trajetória profissional voltada a questão da saúde pública, exerceu também o cargo de sub-Inspetor de saúde dos portos do Estado. Trabalhos publicados: Contribuição Clínica à soroterapia da peste (1903), A propósito da Peste Bubônica no Rio Grande (1909) (FRANCO; RAMOS: 1943)

<sup>13</sup> Mariano Cardozo Espíndola (1875- ?) Iniciou seus estudos na Faculdade de Farmácia na Escola de Ouro Preto. Posteriormente, transferiu-se para a Bahia onde concluiu o curso de farmácia. Após, cursou medicina no Rio de Janeiro. Atuou como delegado na Diretoria de Higiene durante as epidemias de varíola e peste bubônica na cidade de Rio Grande, "Nessa época teve oportunidade de aplicar com pleno êxito o soro anti-pestoso de Jersin. (FRANCO; RAMOS: 1943, p.506).

<sup>14</sup> Euclides Miró Alves. Graduiu-se em 1889 pela Faculdade de medicina da Bahia. Exerceu durante muitos anos o cargo de diretor de higiene na cidade do Rio Grande (aposentou-se exercendo o cargo) (FRANCO; RAMOS: 1943, p.538)

<sup>15</sup> É uma zoonose transmitida ao homem por qualquer tipo de roedores (rato, leirão, marmota e



entre dois e oito dias, os sintomas são febre alta, vômito, dor muscular e calafrio. Aproximadamente dois dias após o contágio ocorre a inflamação dos gânglios e o aparecimento das ínguas supuradas nas virilhas, axilas e pescoço. Diante da lentidão do aparecimento dos sintomas, as pessoas, no início do século, somente procuravam ajuda após vários dias e normalmente após a doença já estar alastrada entre o núcleo de convivência do infectado. A peste era devastadora, pois quando identificada já havia contaminado grandes números de pessoas. Seu bacilo chamado *Yersinia pestis* foi descoberto em 1884, no Instituto Pasteur<sup>16</sup> de Hong Kong, pelo pesquisador Alexandre Yersin<sup>17</sup>. E uma primeira vacina eficaz foi elaborada em 1897 pelo cientista Hafkine.

Uma das principais características da doença é a alta letalidade: antes da descoberta dos antibióticos, variava de 60% a 90%, sendo que nas formas mais graves como pneumônica, septicêmica e meningocócica (que atacam os pulmões, sangue e o lícor raquiano, respectivamente) chegava a 100%.

Mesmo existindo vacinas<sup>18</sup> e antibióticos, a cura da doença estava associada à rapidez do diagnóstico. A peste bubônica é considerada pela Organização Mundial

---

esquilos, dentre outros) embora o imaginário coletivo sempre remeta a doença ao rato. A OPAS (Organização Pan Americana de Saúde) classifica como zoonose toda a infecção ou enfermidade infecciosa, transmitida de forma natural, dos animais vertebrados para o homem (BENENSON: 1992, p. 592), transmitida ao homem por qualquer tipo de roedores e também por outros animais através da pulga, na maioria das vezes pela pulga do rato (*Xenopsylla cheopis*). Embora existam mais de duas centenas de pulgas que são apontadas como possíveis vetores da peste. Sobre a iconografia da peste, SOURNIA e RUFFIE esclarecem que a arte representou ratos e ratazanas, quer para permanecer fiel ao antigo testamento, quer para evocar o furor de Apolo, isto é, o infinito poder divino. Podemos pensar que todas as descrições de peste evocam a população dos roedores nas cidades contaminadas devido a acumulação de lixo e dos cadáveres. Além disso a representação destes animais sujos acentua ainda o caráter dramático do quadro. (1984, p. 75).

<sup>16</sup> O Instituto Pasteur foi criado em 1885 quando o próprio cientista anunciou a cura da hidrofobia e sugeriu a *Academia des Sciences* a fundação de um instituto modelo (STEPAN: 1976).

<sup>17</sup> A descoberta da pulga dos roedores como vetor de transmissão da doença coube ao cientista Paul-Luis Simond em 1898, que até então era chamado jocosamente por seus colegas de “o mágico das pulgas” por sua pesquisa (LEWINSON: 2003, p.111).

<sup>18</sup> A vacina contra peste imuniza por 10 anos. Após deve ser aplicada novamente. Esse é um dos perigos de uma nova epidemia da doença, segundo a Organização Mundial de Saúde, uma vez que a peste bubônica pode atingir a mesma localidade mais de uma vez.

de Saúde como uma doença re-emergente, ou seja, não foi totalmente erradicada e existem focos nas Américas, África e Ásia ainda nos dias atuais. Embora tenham havido muitas epidemias que erroneamente tenham sido confundidas com a peste, certo é que houveram comprovadamente três grandes pandemias de *Yersina pestis*;

A primeira conhecida também como peste de Justiniano, ocorreu em 451. Após avanços e retrocessos por cerca de 20 anos, chegou a Nápoles em 467. Assolou o mediterrâneo “desorganizando a sua fiscalização, arruinando os esforços de Justiniano, acentuando a deflação demográfica que talvez tenha atraído os bárbaros do nordeste e permitindo a expansão dos Árabes para o sul. Resumindo, ela contribuiu para precipitar o fim do mundo antigo e quebrar a superioridade do eixo Mediterrâneo” (DELORT in LE GOFF: 1985, p. 116).

A segunda pandemia da doença apareceu no séc. XIV. O bacilo viajou “de carona” nas caravanas do norte do mar Cáspio, chegando a Astracã na primavera de 1346, subindo o rio Volga e percorrendo a costa do Mar Negro. No ano seguinte, atingiu os tártaros que sitiavam Cafa e a utilizaram como arma contra os genoveses sitiados, uma vez que:

Os inimigos projetavam deliberadamente cadáveres contaminados. O vetor não é, neste caso, a ratazana, mas a pulga, que só abandona o morto quando sua temperatura desce abaixo dos 28 graus. Bastava os tártaros enviarem para o interior das muralhas de Cafa os corpos ainda quentes para que as pulgas portadoras passassem diretamente para os genoveses (DELORT in LE GOFF: 1985, p. 117).

Para o autor a epidemia naquele momento teve um papel tão devastador que chegou a ser utilizada como arma contra os inimigos. Os genoveses, por sua vez, transmitiram o flagelo via portuária para Marselha, Constantinopla e Messina. A partir

daí espalhou-se por toda a Europa, Oriente Médio e China. Entre idas e vindas, a doença se seguiu até 1388.

A peste bubônica assolava as cidades por onde passava, alterando o cotidiano das populações. A experiência trazida pelo isolamento de leprosos<sup>19</sup>, aqui é repetida<sup>20</sup>, e na tentativa de segregar os indivíduos sadios dos doentes, as autoridades decretaram que nos locais onde houvesse óbitos ou indivíduos contaminados, esses deveriam ser marcados com uma cruz.

A doença também afetou os rituais de enterramento: os sepultamentos eram coletivos, os dobres de sinos proibidos. As famílias não podiam fazer cerimoniais fúnebres, nem acompanhar seus mortos até a sepultura. Carroças abarrotadas de cadáveres eram levadas diariamente aos cemitérios. Não haviam mais caixões suficiente, nem tempo hábil para confeccioná-los. Para DELUMEAU, a:

interrupção das atividades familiares, silêncio da cidade, solidão na doença, anonimato da morte, abolição dos ritos coletivos de alegria e da tristeza: todas essas rupturas com os usos do cotidiano eram acompanhadas de uma impossibilidade radical de conceber projetos de futuro... Viver sem projeto não é humano (1989, p. 125).

A doença causava rupturas sociais conforme descreveu Delumeau, o que impossibilitava planos de mudança. Em síntese, pode-se dizer que as duas primeiras epidemias de peste bubônica trouxeram consigo um rastro de morte, destruição e de

---

<sup>19</sup> Aqui se faz necessária uma distinção: **Lazarento** é o estabelecimento destinado a leprosos. **Lazareto** é a instituição de isolamento de doentes com qualquer tipo de moléstia contagiosa.

<sup>20</sup> Segundo ROSEN (1994), o porto de Veneza foi o pioneiro em estabelecer o isolamento, a partir de 1348: "segundo a crença de que a peste se introduzia particularmente por artigos trazidos em navios, os venezianos criaram um sistema para segregar embarcações, mercadorias e pessoas suspeitas". O período de isolamento foi aumentando com o passar dos tempos: em 1374 era de quatorze dias em Milão; em 1377 esse intervalo de tempo passou para trinta dias, a partir de um decreto municipal da cidade de Ragusa, que o estendeu posteriormente para quarenta dias. Mas, a primeira cidade a possuir instalações próprias para desinfecção, foi Marselha, em 1383.

transformação do cotidiano das cidades. Com a utilização de medicamentos (na última epidemia de peste), quebrou-se uma cadeia de mais de mil anos de técnicas de cura sem poder efetivo, entre os quais podemos citar:

*Regimento proueytoso contra ha pestenença*, foi um dos primeiros textos impressos em Portugal e tratou justamente da doença de formas de prevenção. Como não havia cura para o mal, a publicação indicava apenas regime, ou seja, normas a serem seguidas para manutenção da saúde, onde pode-se destacar: o uso de incensos, ervas aromáticas, água com vinagre ou rosas para purificar o ar (CARVALHO: 2005, p. 854). Outras medidas para evitar o contágio eram as coberturas de cavalos que no período foram vendidas a preços poucos acessíveis. O desespero era tamanho que os cavaleiros permaneciam durante semanas sobre seus animais, chegando inclusive a dormirem montados (DELORT in: LE GOFF: 1985, p. 122).

Os chás também entravam no rol dos medicamentos, sendo os mais utilizados os de tanchagem, cássia fistula e o açafreão. Também era recomendado evitar o “bafo de outrem” e manter sempre aceso o fogo dentro da casa (CARVALHO: 2005, p. 863).

Infelizmente, nesse momento, a única medida realmente eficaz era a fuga. As pessoas que tinham condições abandonavam as cidades em busca de um local mais salubre. Prática utilizada inclusive pelos médicos<sup>21</sup>. Os poucos que resolviam ficar e atender os doentes utilizavam uma indumentária composta de chapéu com grade aba, luvas e máscara com longo bico recheado de ervas aromáticas.

---

<sup>21</sup>Da antiguidade até o século XVII, a fuga do médico de uma localidade com epidemia ou local de perigo era eticamente aceitável, não sendo considerado abandono de dever (SOURNIA; RUFFIE: 1984, p.67).

Como a letalidade dessa doença era alta, uma das poucas alternativas que restava a população era recorrer a intervenção divina, prática que recorrente até o início do século XX, como pode ser verificado no início do *Regimento proueytoso contra ha pestenença*

Ora por nós Santa Mãe de Deus. E nos torne merecedores de atravessar ilesos a epidemia de peste e dignos das promessas de Cristo...o mais seguro preservativo e curativo da peste, são as confissões com verdadeiro arrependimento das culpas, as Orações, os jejuns e as penitências... (CARVALHO: 2005, p. 859).

Conforme mostra a historiadora, nesse momento histórico a cura da doença não estava associada a salvação do corpo (já que a medicina pouco podia fazer por ele), mas a alma. Essa sim teria salvação mediante a crença na fé católica.

A última epidemia eclodiu no final do século XIX: a partir de Hong-Kong em 1894 alastrou-se para África em 1897 e para a América “*seguia os barcos pela linha dos grandes comércios marítimos singrando até aos portos, para se difundir, enfim, através dos continentes*” (DELORT in: LE GOFF: 1985, p. 117).

No Brasil, os primeiros casos de peste bubônica ocorreram em Santos em 1899. Embora o bacilo tenha sido isolado quinze anos antes e o surgimento da primeira vacina tenha ocorrido em 1897, não significou que a última grande incursão da peste pelos cinco continentes tenha ocorrido de forma menos devastadora que as demais.

Dessa forma, a peste bubônica na cidade de Rio Grande, apesar de conhecida no mundo, mesmo diante das descobertas de cura, foi assoladora não apenas pela desinformação da população, mas principalmente pela postura

ideológica do governo frente ao problema. Por isso passaremos a partir de agora a uma análise do cenário nacional e regional da saúde pública.

### **1.3 SAÚDE PÚBLICA E A PESTE NO BRASIL: UM HISTÓRICO**

Nesse subcapítulo faremos um panorama histórico das trajetórias das epidemias no Brasil, pois, apesar de não serem o objeto de análise dessa tese e sim as políticas públicas em relação a peste bubônica, é importante nesse trabalho que se entenda como elas não apenas entraram no país, mas como se proliferaram.

As epidemias chegaram ao Brasil junto com as embarcações portuguesas, ou seja, logo após o descobrimento. A primeira que grassou a colônia foi a de varíola, em Itaparica (Bahia) no ano de 1563<sup>22</sup>. Chegou em terras brasileiras através do intercâmbio marítimo dos portugueses com o continente africano que estava quase que em sua totalidade contaminado (alto Nilo, Egito, Núbia, Abissínia, Zanzibar, Cabo, dentre outras localidades apresentavam a doença em alta escala). Durante o período em que o país foi colônia de Portugal, além dos religiosos que prestavam os serviços primários de saúde, o serviço médico esteve sob responsabilidade da burocracia portuguesa, e tinham como características a caridade, falta de organização condizente com a importância e o caráter paliativo.

Essa falta de controle e de planejamento fez com que ao longo dos séculos o território brasileiro fosse assolado por várias epidemias que vinham nos visitar

---

<sup>22</sup> Segundo NAVA (2003), durante o Brasil Colônia após a epidemia de Itaparica, outras surgiram e em ondas sucessivas e despovoadoras, sendo a mais mortífera a epidemia de varíola de 1621, que atingiu os índios do Maranhão, a de 1642, os de Pernambuco; a de 1663, que chegou até as tribos litorâneas da Paraíba ao Rio de Janeiro; à de 1666 que assolou Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e Rio; 1743 que atingiu o Pará e a de 1749 que reduziu a 1/3 a população nativa dos grandes rios do norte do país.

principalmente nos verões, época quente e propícia para o alastramento de doenças.

Assim, durante os séculos XVI, XVII e XVIII a profilaxia pouco mudou. Os serviços de saúde cresceram a partir de 1808, com a vinda da Família Real e a corte portuguesa para o Brasil. Era necessário aumentar o número de estabelecimentos ligados à saúde, pois o país passava por transformações políticas administrativas, sendo criadas neste mesmo ano as primeiras escolas de saúde do país: Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro e a Escola de Cirurgia de Salvador.

A partir de então, a higiene passou paulatinamente a fazer parte dos assuntos governamentais. Pensando na modernização da cidade e na organização dos serviços prestados à população, D. João criou em 1809 o cargo de Provedor Mor da Saúde com atribuições essencialmente fiscalizadoras sobre o ensino e a prática profissional, o comércio de drogas e alimentos, o controle das doenças contagiosas nos portos e o saneamento das cidades. Esta legislação vigorou até 1827, quando a responsabilidade por este setor passou a ser regulamentado pelas posturas policiais.

Jurandir Costa FREIRE relata as mudanças sanitárias ocorridas no Brasil após a chegada da corte, que aumentou em aproximadamente um terço a população do Rio de Janeiro:

Entre os trunfos da superioridade médica, um dos mais importantes foi a técnica de higienização das populações. Na Colônia, a conduta anti-higiênica dos habitantes era um dos empecilhos fundamentais à saúde das cidades. A administração procurava atacar a dificuldade com os almotacés de limpeza. Esta ação vigilante da justiça operava no mesmo universo de punição que caracterizava a represália aos marginais. Ela era descontínua, fragmentar, e acima de tudo, não sabia prevenir (1979, p. 29).

Segundo o mesmo autor, foi neste momento que ocorreu uma mudança de paradigmas na questão da saúde pública, que até então era caritativa assistencial, traduzindo-se em uma atividade social marginal e supérflua. A partir de agora, a medicina passou a contar com a participação do Estado para o custeio das políticas de saúde...

por meio dessas noções e ações a medicina apossou-se do espaço urbano e imprimiu as marcas do seu poder. Matas, pântanos, rios, alimentos, esgotos, água, ar, cemitérios, quartéis, escolas, prostíbulos, fábricas, matadouros e casas foram alguns dos inúmeros elementos urbanos que foram atraídos pela órbita médica. A higiene revelava a dimensão médica de quase todos estes fenômenos físicos, humanos e sociais e construía para cada um deles uma tática específica, de abordagem, domínio e transformação (FREIRE:,1979. p.30).

Após muitos desentendimentos a respeito da descentralização dos serviços de saúde, foi criado em 1850 a Junta Central de Higiene Pública, no Rio de Janeiro, que em 1881 foi substituída pela Inspetoria Central de Saúde e Higiene Pública que era o órgão diretamente relacionado à política higienista do Império e desempenhava um papel importante no combate de epidemias e nos projetos de reforma e modernização da cidade. Nas províncias são instaladas as Inspetorias de Higiene. Em São Paulo, a Inspetoria de Higiene instala-se em 1884 provisoriamente no consultório do Dr. Marcos de Oliveira Arruda, que até 1886 trabalha gratuitamente recebendo as notificações de varíola e fabricando para particulares a vacina. É o final do predomínio das teorias miasmáticas, passando-se a vigorar as idéias de Pasteur da etiologia bacteriana das doenças. São instalados os laboratórios de Saúde Pública; o Instituto Bacteriológico de Análises Clínicas e Bromatológicas; o Desinfectório Central; o Instituto Vacinogênico e feita a ampliação do Hospital de Isolamento.



As medidas adotadas pelos governantes visando à melhoria das cidades, não foram suficientes como mostra o livro “Nas Trincheiras da Cura” (2001), tese de doutoramento de Gabriela dos Reis SAMPAIO, que relata as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial. Em sua pesquisa mostrou que nos jornais do período eram freqüentes artigos e cartas denunciando escândalos e problemas surgidos nos procedimentos médicos, principalmente dos que ocupavam cargos na Inspetoria Geral de Higiene Pública. No verão de 1889, a febre amarela atinge o Rio de Janeiro que tinha uma péssima reputação por sua insalubridade. Mesmo com as autoridades tomando as medidas que pensavam ser cabíveis, alguns cidadãos estavam insatisfeitos com os agentes de higiene como demonstra a autora:

(...) é realmente deplorável que se possam dar tais fatos em presença do governo, e em uma repartição cujo zelo estão confiados milhares de vidas e a saúde dos habitantes desta cidade. Referimo-nos à inspetoria geral de higiene e ao serviço dos seus delegados nos respectivos distritos. Nada há de mais descuidado, mais escandalosamente iludido do que este serviço, para o qual se nomearam ultimamente delegados extraordinários em grande número, com aumento excessivo da despesa pública, sem o menor proveito para a população (...) grande número de moços sem prática e sem o menor conhecimento da higiene entraram para aquela repartição como se entrassem para o pensionato do estado, e por sua inépcia ou desídia nada fazem para obstar o desenvolvimento da epidemia (SAMPAIO: 2001, p. 39).

Percebe-se nessa carta, intitulada “A odisséia da higiene”, que o descaso do governo em relação a questão sanitária pode ser verificado tanto pela falta de qualificação dos responsáveis pela Inspetoria que trabalhavam sem comprometimento, quanto pelo aumento da epidemia que atingiu o centro administrativo do país. O serviço sanitário era considerado pela população como um “cabide de emprego”, onde foram contratados grande número de profissionais jovens, sem a qualificação profissional desejada, experiência e interesse em

trabalhar em prol da causa da saúde pública. Some-se a isto o fato de que estes delegados, extraordinariamente contratados, geravam ônus desnecessários aos cofres públicos, mostrando o pouco interesse do governo com a higiene e a saúde pública.

Mas, as reclamações não partiam somente da população em geral que não possuía acesso sequer ao saneamento básico da cidade. Por outro lado, as vozes governamentais não eram uníssonas, como mostra a autora: os higienistas reclamavam que não realizam satisfatoriamente seu trabalho devido à ausência total de providências por parte do governo. Providências, estas, que uma vez tomadas minimizariam os prejuízos da população, mostrando assim que não havia consonância nem dentro da própria esfera governamental.

Neste momento histórico, ou seja, no final do século XIX e no início do XX, acreditava-se que a solução para os problemas de saúde pública seria indiretamente o caminho para o progresso e a civilização. Configuram-se desta forma os pressupostos de higiene como uma ideologia: *“as autoridades acreditavam que, ao adotar uma série de medidas científicas orientadas por especialistas- os médicos higienistas - poderiam não apenas combater as epidemias, mas sanar os problemas e conflitos sociais mais amplos”* (SAMPAIO: 2001, p.41).

Em “Banalização da morte na cidade calada”, Janete ABRÃO (1998), ao pesquisar a gripe espanhola em 1918 em Porto Alegre, descreveu o quadro sanitário do país no período da proclamação da República, em que além das doenças infecto-contagiosas como varíola, tuberculose e doenças venéreas, alastravam-se pelo interior do país a peste, a cólera e a febre amarela. Isto sem contar as endemias rurais como a malária, a doença de Chagas e a ancilostomose.

A historiadora também relatou que os efeitos relacionados à gripe espanhola *“estiveram diretamente relacionados à conjuntura de profunda crise de condições existenciais da população na década de 1910, com a deficiência do aparelhamento de defesa sanitária da cidade (e do estado em geral) e mais do que isso: fundamentalmente os problemas de Saúde Pública não se constituíram, na época, em prioridade para o governo estadual...”* (ABRÃO, 1998:140). Os dados apurados, catalogados e analisados para esta pesquisa, permitem concordar plenamente com ABRÃO, no que se refere às prioridades governamentais.

A partir do estudo aqui apresentado, pode-se afirmar, no entanto, que a crise enfrentada na Saúde Pública não era fruto das primeiras décadas do século XX. Na verdade, ela se agrava a partir da instauração do governo de inspiração positivista, após a proclamação da República. Tal fenômeno se efetiva como consequência de uma ideologia política, na qual a ordem pública era priorizada acima da Saúde. Esse fato pode ser facilmente verificado nas Leis, Decretos e Atos do governo Estadual, nas quais se vê no Ato nº 10, o valor destinado à Manutenção da Ordem Pública que era de 638:393\$404, seiscentos e trinta e oito contos, trezentos e noventa e três mil, quatrocentos e quatro réis, enquanto a Saúde Pública recebia, segundo o Decreto nº 778, somente 188:200\$000, cento e oitenta e oito contos e duzentos mil réis, destinados apenas para os estabelecimentos pios e não para a sanitização urbana.

Cabe salientar que nesse início de século o Município de Rio Grande e a Capital Federal viveram processos históricos antagônicos. Enquanto no Rio de Janeiro o governo foi o responsável por ir às ruas promover as reformas urbanas e forçar um processo de vacinação em massa (mesmo que o motor dessas mudanças

fosse econômico), gerando entre a população uma “vacínofobia”, ou seja, um medo generalizado da vacina. Na cidade gaúcha foi a sociedade quem clamou por melhorias sanitárias da municipalidade.

Ficava evidente que a preocupação do governo federal a respeito do saneamento era restrita à Capital da nação e aos prejuízos que uma cidade insalubre estava causando aos cofres. Com o Decreto Federal número 26, de 30 de dezembro de 1891, ficou estabelecido que fosse de responsabilidade dos governos estaduais as atividades terrestres de saúde pública em seus territórios. Assim, foi dado a Estados e municípios liberdade para legislar, administrar e organizar a higiene. Corrêa BITTENCOURT criticou esta forma de administração:

Copiaram tristemente a organização sanitária da Confederação Argentina, organização tão anárquica e viciosa, que acaba de ser repelida por aquele país. E (sic) a mais completa desorganização, a mais deplorável anarquia é o que temos hoje como sistema sanitário, de Norte a Sul da República (1986, p. 194)

Mesmo se levarmos em consideração o fato de BITTENCOURT ter sido um defensor ferrenho da monarquia, e, portanto empenhado em mostrar os males da jovem república, seu ponto de vista não deve ser descartado. A crítica do autor, expressa na citação, estava relacionada ao fato de que esta descentralização destruiu a pequena organização sanitária que havia durante o Império, quebrando assim uma unidade, tanto de ação, quanto de harmonia necessárias em seu ponto de vista para a boa administração dos serviços de saúde. Essa descentralização permitiu que os Estados administrassem seus serviços de saúde da forma como bem entendessem seus administradores: o Rio Grande do Sul e a Constituição de 1891 é um exemplo. Continuando a expor sua contrariedade a esta nova forma de

administração:

A febre amarela, de afecção exótica que é, já vai se tornando endêmica nesta capital, adquirindo foros de moléstia indígena! O Brasil tornou-se uma praça aberta à invasão de todas as moléstias pestilências. E, enquanto o Governo da União pede licença aos governadores dos Estados, ou espera pela requisição destes para combinar-se sobre a defesa higiênica, enquanto os inspetores sanitários estaduais e os representantes da higiene municipal se digladiam, a epidemia vai ganhando terreno e percorrendo sua órbita devastadora. (BITTENCOURT, 1986, p. 197)

A partir do relato, conforme a citação autor reitera seu descontentamento com a organização sanitária vigente nos primeiros anos da República, uma vez que a seccionou e a tornou inoperante as políticas públicas de saúde <sup>23</sup>.

Desta forma, todos os Estados passaram a regulamentar a questão sanitária. O primeiro ato neste sentido, no Rio Grande do Sul, data de 1895, quando Júlio de Castilhos regulamentou o Serviço de Higiene, onde estavam inclusos, segundo relata Janete ABRÃO: *“...o estudo de todas as questões pertinentes à higiene do Estado, isto é, a profilaxia das doenças epidêmicas, a higiene do trabalho, escolar, hospitalar, alimentar; os problemas referentes à água, lixo e esgotos, o saneamento das localidades e habitações...”*(1998, p.47).

Resumindo, os repasses dos serviços de saúde pública, que inicialmente eram de responsabilidade da Coroa portuguesa, posteriormente foi passado à

---

<sup>23</sup> Cita como prova da incapacidade de banir as epidemias do país, o acordo firmado entre a Diretoria Geral de Saúde Pública do Rio de Janeiro e o Departamento Nacional de Higiene de Buenos Aires. Através deste, fica acordado que entre 15 de novembro e 15 de maio de cada ano os navios que trouxerem passageiros de primeira classe do Rio de Janeiro ou de Santos, ou que tiverem feito escala naqueles portos, não poderão receber passageiros de terceira classe; Também, os navios destinados à passageiros de terceira classe, não poderão recebe-los à bordo sem atestado oficial de febre [amarela] e sem que suas roupas e bagagens fossem devidamente lavadas e desinfetadas. Não sendo suficiente, os navios ficariam sujeitos à desinfecção dos passageiros, da equipagem e da carga suspeita no Lazarento de Martin Garcia [Argentina] e não poderão ter livre prática, sem que tenha decorrido o prazo de oito dias, desde sua saída do porto brasileiro (CF. BITTENCOURT: 1986, p. 198).

República, que os repassou para as províncias, e que foram novamente delegados à outros: a partir de 1897, ficaram à cargo dos municípios, que muitas vezes não tinham condições financeiras de arcar com estas despesas, e não raramente eram desprovidos também de pessoal qualificado<sup>24</sup>.

No entanto, não é correto culpar a jovem República pela falta de organização deste serviço. O Relatório da Câmara Municipal da cidade do Rio Grande, Apresentado à Assembléia Legislativa provincial no ano de 1889 (relativo ao exercício do ano anterior) relata a dificuldade da organização do serviço de saúde pública na cidade:

Como vos disse esta Câmara em seu último relatório, e como o tem dito outras, são fracos, bem fracos, os recursos de que podem dispor os municípios, em relação aos melhoramentos que reclamam incessantemente a saúde e a comodidade pública..... Assim, decorrem anos e anos, e vão ficando sempre irremediados os males, que facilmente poderiam ser eliminados, se ás municipalidades fossem dados os meios para ocorrer á essas necessidades. Se não acudirdes, decretando medidas prontas e eficazes, os municípios continuarão na sua inglória existência, impossibilitados de progredir, e embora seus representantes tenham os mais sinceros desejos, nenhum melhoramento importante poderão realizar (RCM,1889, p.1).

Se na fala supracitada, a culpa pela situação deplorável em que se encontrava a saúde pública era da descentralização dos serviços, aqui ocorre o contrário. O fator que levava à falta de organização deste serviço era justamente a centralização, que impedia que o município tivesse maior autonomia para resolver questões relativas ao aprimoramento do quadro sanitário da cidade.

---

<sup>24</sup> Como se já não bastasse, some-se ainda o falta de pessoal qualificado nas cidades para trabalhar com as questões Sanitárias. Muitas que conseguiam comprar a aparelhagem para a desinfecção dos passageiros, não sabiam como utiliza-la. Exemplo relatado por BITTENCOURT (1986), é a cidade de Jacareí: chegando um homem na estação férrea, foi completamente despido na estação, e além de ter o corpo queimado com as irrigações da desinfecção, teve sua roupa e bagagens completamente queimadas (CF. BITENCOURT: 1986, p.216).

É em meio a toda esta crise na questão sanitária brasileira que o ex-conselheiro do Império Francisco de Paula Rodrigues Alves assume a Presidência da República. Como possuía relações com o setor cafeeiro, tinha especial interesse no saneamento do Rio de Janeiro, uma vez que os navios já não mais queriam aportar nesta cidade por causa das doenças.

Como esclareceu Nicolau SEVCENKO (1984) o novo conceito de política sanitária teria reflexos também no Brasil: a crise sócio-econômica e sanitária provocada principalmente pela febre amarela, trouxe efeitos para a economia cafeeira, que foram sentidos de duas formas: de um lado comprometendo a higidez da mão de obra; e, de outro, prejudicando a exportação do café pela via portuária.

As modernizações pretendidas pelo Presidente da República encontraram apoio na remodelação urbana realizada pelo prefeito da capital Federal, Pereira Passos. Pensando na remodelação e urbanização da principal cidade do Brasil, promoveu a abertura de grandes avenidas (como a Central), reforma do porto e redistribuição geográfica de grupos sociais (leia-se retirada dos moradores dos cortiços e casebres do centro da cidade). Essa medida, muito mais estética do que profilática, uma vez que as pessoas não foram realocadas em condições higiênicas, fez com que essa população sem alternativa, fosse habitar nos morros ao redor da cidade. Fato esse que proporcionou o surgimento das internacionalmente conhecidas favelas do Rio de Janeiro.

A pesquisadora Nancy STEPAN comenta o estado sanitário do período: *“a imigração para as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo havia aumentado a população urbana, exacerbando as condições sanitárias enquanto ao mesmo tempo introduzia doenças até então ainda um tanto raras no país”* (1976, p. 63). Conforme

relata a historiadora, além desses municípios estarem vivendo em precárias condições de salubridade, se agregam às antigas calamidades, doenças novas como a cólera e a própria peste bubônica.

O grau de calamidade que se encontravam as cidades pelo flagelo das epidemias era tamanho que, o presidente da República Rodrigues Alves, que havia pautado sua campanha na necessidade de “*renovação cultural, social e política do país*” (STEPAN: 1976) pediu auxílio ao Instituto Pasteur, solicitando a indicação de um especialista para o cargo de Diretor Geral de Saúde Pública do Distrito Federal (DGSP). A instituição parisiense indicou, para a surpresa de todos, um brasileiro, doutor Oswaldo Gonçalves Cruz<sup>25</sup>, então diretor do Instituto Manguinhos<sup>26</sup>.

Para a erradicação da doença, o sanitarista pediu ao governo liberdade de ação, e assim foi feito. Do governo conseguiu verbas para efetivar a vacinação compulsória e o cumprimento das leis que propôs ao Congresso, que permitiu que pusesse em prática a reforma sanitária que iria modernizar e civilizar a cidade do Rio de Janeiro<sup>27</sup>. Antes de combater a febre Amarela, erradicou a peste, criando um esquadrão que percorreu a cidade espalhando raticidas e mandando recolher o lixo; também criou a figura do comprador de ratos<sup>28</sup> (que pagava 300 réis por rato apanhado), em pouco tempo à epidemia dissipou-se.

---

<sup>25</sup> Oswaldo Cruz (1872-1915) Filho do também médico Bento Gonçalves Cruz (que trabalhou na Guerra do Paraguai). Coursou a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e após a conclusão do curso foi para França especializar-se em bacteriologia no Instituto Pasteur. Atuou como diretor técnico do Instituto Soroterápico Federal em 1900, assumindo dois anos mais tarde a direção geral do Instituto, e no ano seguinte foi nomeado Diretor Geral de Saúde Pública.

<sup>26</sup>No Governo de Campos Salles, em 1903 foi criado o Instituto Manguinhos (atual Fundação Oswaldo Cruz), responsável pelo fabrico de vacina contra peste bubônica.

<sup>27</sup> Conforme Renato COSTA e Gisele SANGIARD (2006) a reforma efetuada por Oswaldo Cruz utilizou por base a lei francesa de 1902, também chamada “Lei de Siegfried” que regulamentou naquele país a política pública de controle da salubridade.

<sup>28</sup> É interessante notar-se que essa medida teve um efeito inverso: ao invés de diminuir, as quantidades de ratos aumentaram na cidade. Tal fato ocorreu porque a população passou a criar as ratazanas em casa para vender ao governo, aumentando assim sua renda e também os focos das doenças.



Embora a primeira vacina tenha chegado ao Brasil em 1804, é somente cem anos mais tarde que Oswaldo Cruz vai torná-la compulsória através do decreto nº 5156, de março de 1904. Neste ato, o governo regulamentou e efetivou sua obrigatoriedade. As medidas adotadas pelo Sanitarista, associadas às reformas urbanas e remanejamento da população do centro da cidade para locais afastados, derrubada de cortiços os famosos “bota abaixo” vão gerar revolta popular. Essa insatisfação foi insuflada pelos opositores do governo que viram nas medidas do médico uma forma de extravasar sua revolta. A obrigatoriedade da vacina foi o motor do principal conflito urbano da República Velha: a Revolta da Vacina. Pedro NAVA descreveu os acontecimentos desencadeados pela Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro, em novembro de 1904:

Provocou os mais graves conflitos de rua - com ferimentos, mortes e depredações; que levantou a Escola Militar; que mobilizou forças de terra e mar; que fez perigar o governo Rodrigues Alves; e que determinou a declaração de um Estado de Sítio é uma das páginas mais tristes da nossa história. Foi o triunfo da exploração política desmandada sobre a boa fé de uma minoria e sobre a ignorância da massa popular (NAVA, 2003, p.106)

O autor esclarece que no que se refere a estes acontecimentos, o sanitarista acabou canalizando para si, toda a insatisfação dos opositores do governo, que alegavam que a vacinação compulsória sepultava liberdades individuais. Os opositores do governo se aproveitaram de um momento de insatisfação popular com as reformas urbanas, para transformá-la em uma revolta política.

Uma das principais fontes onde os pesquisadores podem observar a crise que essa “faxina-geral” provocou no Rio de Janeiro é a imprensa. Concordando com Francisco das Neves Alves, quando relata que esse meio de comunicação tornou-se

“ao longo do século XIX e ainda nas primeiras décadas da centúria seguinte, constituiu o mais importante meio de propagação de informações e opiniões do mundo ocidental” (2005, p. 7) individuais. Pode-se observar através da caricaturas da época como os jornais da Capital Federal apresentavam as medidas sanitárias empreendidas para reformulação urbana do Rio de Janeiro. Tais representações caricaturais alimentavam o imaginário de alguns segmentos da população (menos esclarecidos) que pensavam que ao invés de curar as doenças, a vacinação as contaminava, como se pode verificar na figura a seguir:

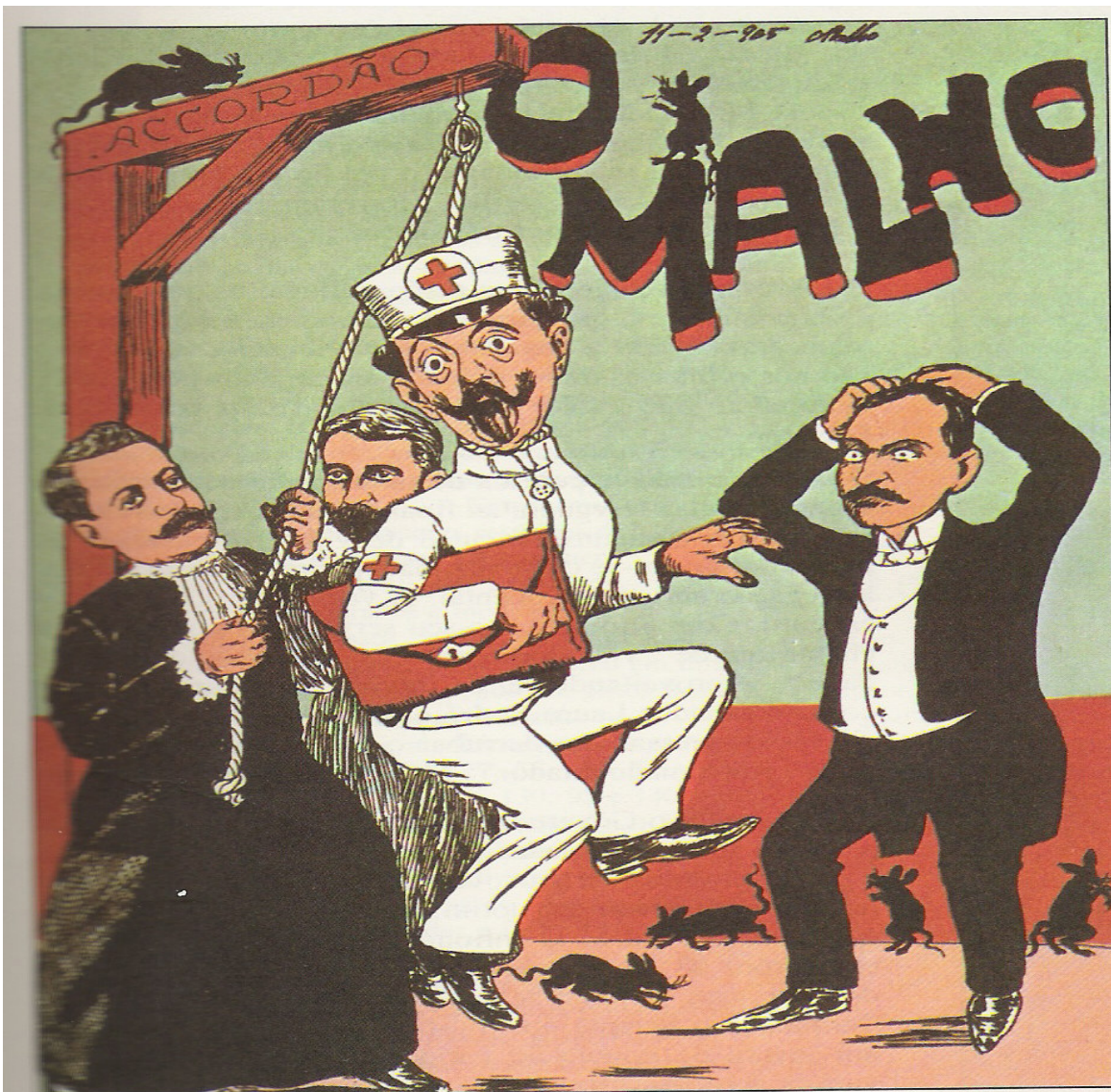


FIGURA 1- Fonte: NOSSO SÉCULO: 1980, p. 37.

Nessa imagem, publicada como capa da Revista O Malho, pode-se observar a figura de **Oswaldo Cruz** condenado à forca, não somente pela população e políticos que assistiam, mas pelos próprios magistrados, enquanto os ratos, propagadores da peste bubônica correm soltos. A desinformação e o medo generalizado do desconhecido, no caso a vacinação, além das infundáveis discussões ideológicas sobre o respeito às liberdades individuais, levou a uma recusa generalizada desse processo profilático.

Em outra Revista, intitulada Tagarela, pode-se notar a crítica ao governo pela citação na caricatura: “Túmulo da liberdade”. A preocupação dos opositores ao governo não era com a manutenção direta da saúde pública, mas com a preservação das liberdades, conforme demonstrado na imagem a seguir:

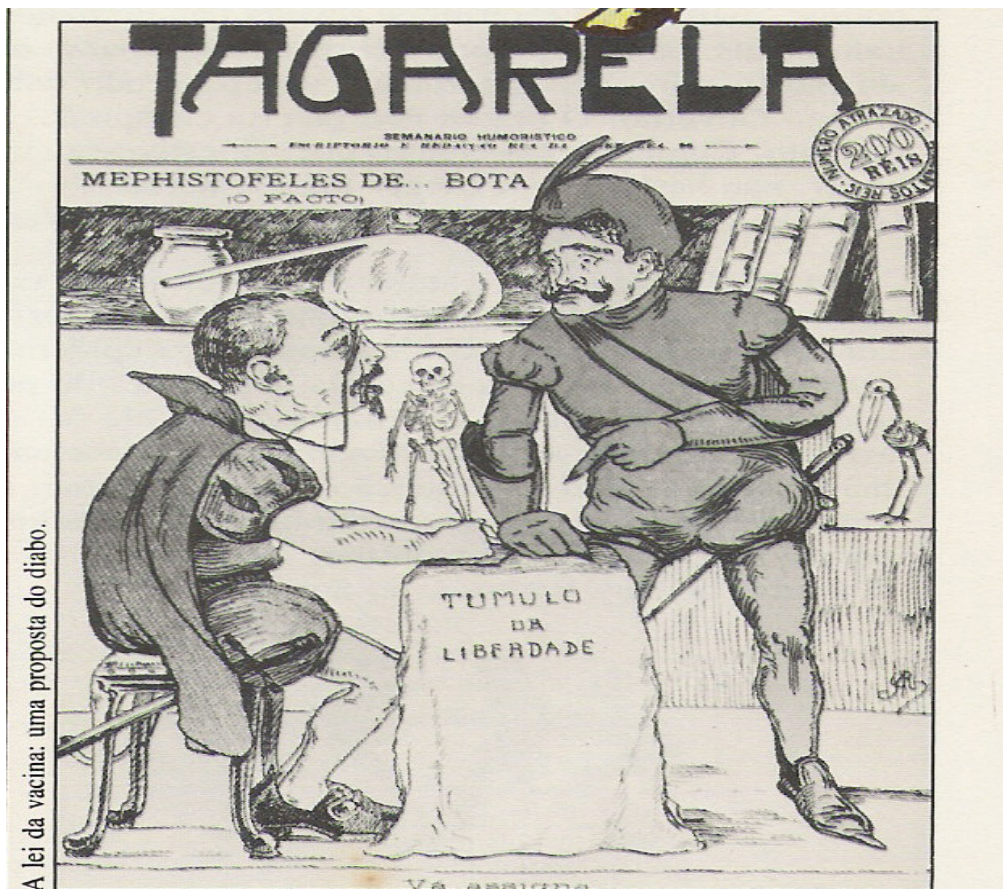


FIGURA 2- Fonte: NOSSO SÉCULO: 1980, p. 37.

Conforme vê-se na lateral da figura nº 2, a frase “*A lei da vacina: uma proposta do diabo*” demonizava a campanha de vacinação por seu caráter obrigatório e cerceador das liberdades. Mas, se entre a população mais carente a obrigatoriedade da vacinação criou a “vacinofobia” movimento já relatado, nas esferas governamentais não se pensava desta forma “*a cicatriz torna-se a prova da imunidade adquirida pela vacinação. Visível na pele e nos números das estatísticas, o sucesso desta prática médica é demonstrado*” (LOPES, 1996, p. 69). Mesmo não contando com o apoio popular, como os periódicos da época bem demonstram, Oswaldo Cruz prosseguiu com seu plano de saneamento da cidade, que em menos de dois anos estava livre das doenças, e a Escola Militar da Praia Vermelha, palco dos acontecimentos da revolta, foi demolida, e em seu lugar foram construídos *stands* da Exposição Nacional de 1908, que mostrou para o mundo um Rio de Janeiro saneado e sem a sombra de epidemias.

Segundo Nilson Rosário COSTA, as políticas públicas de saúde, articulam-se aos interesses das classes econômicas e políticas dominantes. Assim, as práticas sanitárias visavam “o controle de um conjunto de doenças que ameaçava a manutenção de força de trabalho e a expansão das atividades econômicas...” (1985, p. 12). Continua o autor:

O objetivo das políticas de saúde pública não foi proteger a totalidade dos habitantes do país dos surtos epidêmicos e doenças parasitárias nem sua finalidade foi recuperar a saúde do comum dos homens (1985, p. 12).

Some-se ao pensamento de do autor, a pesquisa de Maria Alice RIBEIRO (1993). Estudando saúde pública de São Paulo durante o período da República Velha, parte do pressuposto de que os trabalhos de ROSEN e FOUCAULT, que vão

buscar na Revolução Industrial as origens dos problemas relacionados à medicina social, conforme discutimos anteriormente, não servem para a realidade brasileira. Para a pesquisadora, as questões relacionadas à medicina social estão atreladas a “transição do trabalho escravo para o livre e a especificidade do processo de formação do trabalho assalariado” (1993, p. 20). Mais especificamente, a mão de obra imigrante, que chega em grande quantidade nesse período na cidade para trabalhar nas lavouras de café.

Da mesma forma, o trabalho de RIBEIRO não se adapta a realidade sul-riograndense, no mesmo período, uma vez que as questões relacionadas a saúde pública não eram uma prioridade durante o governo positivista no Rio Grande do Sul. O que ocorre é que os outros Estados, mesmo tendo acesso e apoio governamental para o desenvolvimento de pesquisas, não deixaram de ter os problemas por que passaram os municípios do Rio Grande do Sul. Isso ocorreu por que embora pudessem contar com uma “medicina oficial”, esta estava atrelada aos interesses governamentais. Em outras palavras, para seu pleno funcionamento laboratórios, farmácias, desinfetórios necessitavam de verbas para funcionarem. Verbas essas que estavam sujeitas aos interesses dos próceres municipais, o que eram muito escassas no Rio Grande do Sul.

Se o orçamento para a saúde da capital dos gaúchos já era escasso, quanto mais para uma cidade do interior como Rio Grande, mesmo possuindo o maior porto marítimo do Estado e sendo financeiramente importante, os recursos eram poucos e as epidemias facilmente se instalavam. Contando ainda com a pouca qualidade de vida em termos de alimentação, moradia e lazer, as doenças encontravam ali um campo fértil. Assim, começou a trajetória da peste bubônica.

Como já foi relatado anteriormente, os primeiros casos da doença no Brasil ocorreram em Santos, cidade portuária de São Paulo, em 1899. Do porto paulista, a epidemia alastrou-se para outros Estados como Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul.

Durante a pandemia, o governo encontrou dificuldades para a aquisição da medicação. O Soro Yersin<sup>29</sup> era fabricado pelo Instituto Pasteur de Paris, que não o possuía em quantidade suficiente. O que amenizou a situação foi a doação da reserva de soro antipestoso de um navio francês, mas a quantidade não foi suficiente para atender todos os infectados. Ficou claro para as autoridades a necessidade da criação de laboratórios para fabrico do remédio, uma vez que a epidemia afetaria a economia (principalmente a mão de obra). Assim São Paulo e Rio de Janeiro, começam a providenciá-lo quase que simultaneamente.

Embora o nome de Oswaldo Cruz esteja mais relacionado à febre amarela, reforma urbana da cidade do Rio de Janeiro e a Revolta da Vacina, foi um dos pioneiros no fabrico do soro antipestoso no país. Na epidemia de 1899, foi enviado pelo Governo Federal à São Paulo para averiguar a situação.

Debelada a doença, viu-se a necessidade de se ter um local específico para o fabrico do soro e da vacina, devido à dificuldade de importação. O governo tinha pressa para combater esse mal, pois a doença ameaçava a política de estímulo à imigração.

Assim, em 25 de maio de 1900, foi criado o Instituto Soroterápico Municipal<sup>30</sup>,

---

<sup>29</sup> O Soro Yersin também é encontrado com a nomenclatura de Serum Yersin ou Yersina nos periódicos de referência.

<sup>30</sup> Ao longo de sua existência, o Instituto teve diversos nomes: Instituto Soroterápico Municipal (1900), Instituto Soroterápico Federal (1901), Instituto de Manguinhos (s.d), Instituto de Patologia

uma parceria entre o Distrito Federal e o Barão de Pedro Affonso, cirurgião e criador do Instituto Vacínico – o primeiro laboratório a manipular a vacina antivariólica no Brasil. O prefeito da capital, Cesário Alvim, cedeu para a instalação do novo serviço uma fazenda, longe da cidade. Utilizando os bacilos que foram isolados na epidemia de Santos, foi feito o primeiro lote do medicamento. Mas o novo empreendimento teve vida curta: o prefeito que sucedeu Alvim, Antônio Coelho Rodrigues não concordou com os gastos da manutenção do instituto. Impossibilitada de manter o contrato, a prefeitura transfere para a União (mais precisamente para a Diretoria Geral de Saúde Pública - DGSP). Dessa forma, é inaugurado em 23 de julho o Instituto Soroterápico Federal.

Mas, a cessão definitiva da propriedade da Fazenda ao Instituto só foi ocorrer através do decreto nº 1.151, de 5 de janeiro de 1904. A contrapartida do Instituto era a obrigatoriedade de *“fornecer gratuitamente aos Estados e municípios que os solicitarem os soros e as vacinas que preparar não incluída no nº. destas as vacina antivariólica”* (ATOS do poder executivo: 1907, p. 2).

Outro pioneiro no combate da doença foi Vital Brasil<sup>31</sup>. Embora seja conhecido internacionalmente pelas pesquisas realizadas em ofídios, foi o pioneiro no fabrico do soro anti-pestoso. Médico sanitário, que se preocupava com os acidentes causados por picadas de cobras e aranhas, foi chamado para auxiliar na primeira epidemia de peste bubônica no Brasil, na cidade portuária de Santos, no litoral

---

Experimental (1907), Instituto Oswaldo Cruz (1908), Fundação Instituto Oswaldo Cruz (1970) e Fundação Oswaldo Cruz (1974).

<sup>31</sup> Vital Brasil Mineiro da Campanha (1865-1965). Como seu próprio nome diz, nasceu em Campanha, município de Minas Gerais, no dia de São Vital (28 de abril). Formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1891. Após, foi para São Paulo, trabalhar no Serviço de Saúde Pública do Estado, sendo nomeado Inspetor Sanitário em 1893 e Chefe da Comissão Sanitária de Combate a Cólera em 1895. Dois anos mais tarde, voltou para a capital para poder dar continuidade as pesquisas com ofídios: vai trabalhar como assistente no Instituto Bacteriológico, sob a direção de Adolfo Lutz.

paulista em 1899.

A mortalidade de ratos em Santos e o aparecimento de casos mórbidos, que por sua sintomatologia, tornaram-se suspeitos de peste bubônica inspiraram a Diretoria Geral do Serviço Sanitário a acertada providência de destacar para Santos um dos ajudantes do instituto Bacteriológico com o instrumental necessário para, na primeira oportunidade, colher material e estudo e proceder a pesquisa bacteriológica (A PESTE: 1900, p. 1)

No litoral paulista, trabalhando em precárias situações, e com o contato direto com os doentes, cadáveres e ratos contaminados, acabou também por adquirir a doença, sendo submetido aos cuidados de Oswaldo Cruz. O tratamento correto com soroterapia fez com que em poucos dias Vital Brasil retornasse as suas atividades, um destino diferente de diversos riograndinos que faleciam vítimas da doença.

Nesse período, em Santos, o tratamento da doença era realizado com soroterapia e vacina, além de controle epidemiológico via desratização. Mas, como a facilidade de propagação da epidemia era muito maior do que as possibilidades de importação do soro e vacina da Europa tornou-se urgente iniciar o fabrico da medicação.

Vital Brasil começou a trabalhar ainda que em condições precárias no preparo do soro antipestoso. Surgiu então a necessidade da criação de um Instituto Soroterápico,<sup>32</sup> em uma fazenda adquirida pelo governo do Estado.<sup>33</sup> O instituto iniciou oficialmente suas atividades em fevereiro de 1901, e em junho do mesmo ano a primeira partida do soro antipestoso foi utilizada na epidemia da cidade de Campos

---

<sup>32</sup> Emilio Ribas, então diretor do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo percebeu que não havia condições das vacinas serem produzidas no Instituto Bacteriológico, local onde Vital Brasil trabalhava pelo perigo de contaminação.

<sup>33</sup> O local foi considerado seguro por se encontrar distante 9 Km do centro da cidade. Vital Brasil optou por incorporar o antigo nome da fazenda ao laboratório, surgindo então o Instituto Soroterápico Butantã.



(RJ).

Uma vez controlada a epidemia da doença, Vital Brasil pôde dar continuidade a seus estudos sobre o ofidismo.<sup>34</sup> Suas pesquisas não somente com cobras, mas posteriormente com aranhas e escorpiões renderam ao Instituto Butantã fama internacional. Mas sem sombra de dúvidas um dos maiores feitos do médico foi a introdução da educação junto com as práticas medicinais, como bem descreveu Vitalina BRASIL sobre o método desenvolvido pelo médico, quando percorria as cidades do interior:

levando material (caixas adequadas, com frete livre nas Estradas de Ferro, e laços para facilmente apanhar os répteis). Explicava também aos fazendeiros a vantagem de não matar as cobras, ao serem encontradas, em geral quando os trabalhadores capinavam, de pés descalços, ocasião em que quase fatalmente eram mordidos. Mesmo após o acidente, a serpente podia facilmente ser apanhada e sem perigo algum (e mostrava o manejo do laço) ser introduzida na caixa, e remetida ao 'Instituto Soroterápico Butantan'. Pelo envio da serpente venenosa, o fazendeiro recebia uma ampola de soro salvador; e por cada seis cobras, uma seringa de injeção. (BRASIL: 1965, p. 8)

Com essas demonstrações práticas, como pode ser verificado na citação, Vital Brazil venceu o pior: a ignorância dominante ao provar a eficácia dos soros e o terror arraigado no povo, cujo sentimento instintivo era matar imediatamente o réptil. Com ações educativas, o médico ao mesmo tempo em que instruía a população mais carente e também a mais atingida pelos animais, conseguia a matéria prima para a fabricação do soro.

A prática de investimento na saúde pública e de conscientização da população para com a higiene, assim como com o trato dos animais importantes

---

<sup>34</sup> Embora Vital Brazil tenha se baseado inicialmente nos estudos do Francês Albert Calmette (que apresentou um soro anti-ofídico soro universal), o pesquisador brasileiro mostrou que ao contrário dos resultados apresentados pelo cientista francês, os soros deveriam ser preparados com o mesmo gênero da serpente causadora do acidente.

para a fabricação dos soros, foi uma prática nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, mas que pelas diferenças ideológicas não foram alvo das preocupações e ações do Governo do Rio Grande do Sul. Os líderes riograndenses muito mais preocupados com a estabilidade financeira do Estado e o equilíbrio social pela defesa da moral política, ideologia própria do pensamento positivista, não se detiveram nos investimentos em melhoramentos urbanos conforme analisaremos a seguir.

## II CAPÍTULO: O POSITIVISMO POLÍTICO E A CONSTITUIÇÃO DE 1891 – REFLEXOS SOBRE A SAÚDE PÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL

*Ao longo da História humana, os maiores problemas de saúde que os homens enfrentaram sempre estiveram relacionados com a natureza da vida em comunidade. Por exemplo, o controle das doenças transmissíveis, o controle e a melhoria do ambiente físico (saneamento), a provisão de água e comida puras, em volume suficiente, a assistência médica, e o alívio da incapacidade e do desamparo. A ênfase sobre cada um desses problemas variou no tempo. E de sua inter-relação se originou a Saúde pública como a conhecemos hoje (ROSEN, 1994:31)*

Após o panorama histórico da chegada das epidemias no Brasil e seus tratamentos pelas autoridades políticas realizado no primeiro capítulo, nos detivemos na análise das práticas políticas sul-riograndenses em relação à Saúde pública no Estado, cerne deste capítulo. Para tanto, algumas considerações se fizeram necessárias para que entendêssemos o contexto histórico do Rio Grande do Sul.

O Estado, assim como suas práticas políticas, foram diretamente afetadas pelas novas diretrizes propostas pela Constituição Estadual de 1891. Ela aumentou os poderes do presidente do Estado, diminuiu os da Assembléia Legislativa que passou a cuidar somente da questão orçamentária, assegurou o livre exercício profissional e garantiu que o Rio Grande do Sul não possuísse religião nem ciência oficial. Portanto, para percebermos como essa Constituição, que apesar do cunho liberal, serviu de base para que a prática política no Rio Grande do Sul se impusesse sobre as opiniões locais, foi preciso discorrer sobre o papel do PRR, Partido

Republicano Riograndense, sua filosofia política e reflexos na administração Estadual.

O governo que se estabeleceu no Estado do Rio Grande do Sul foi de inspiração positivista. A base dessa ideologia foi o pensamento de Augusto Comte,<sup>35</sup> o qual via com reservas o saber médico, o que de alguma forma nos explica as posturas de negação do governo estadual frente as epidemias.<sup>36</sup>

A ideologia positivista caucava-se no pressuposto de que a humanidade caminhava rumo à estruturação racional e ao progresso (via ciência social), que poderiam ser alcançados de duas formas distintas: a primeira ocorreria através do esclarecimento dos espíritos. O “positivismo ilustrado” era sustentado no Brasil principalmente por intelectuais como o cientista Luis Pereira Barreto; a segunda alternativa, seria a imposição da organização positiva da sociedade por uma minoria esclarecida. Essa foi a opção de Júlio de Castilhos, para a administração do PRR.

---

<sup>35</sup> Augusto Comte (1798-1857) criador do positivismo – Estudou na Escola Politécnica de Paris, onde teve contato com o Iluminismo. Mais tarde, em 1817 tornou-se secretário de Saint-Simom. Embora tenha recebido influência sua na filosofia e na política, rompeu com o mestre por não concordar com suas idéias sobre a formação da nova elite industrial e científica. No ano de 1826 iniciou seu curso de Filosofia Positiva, que foi interrompido por uma crise de depressão melancólica (teve que conviver com crises psicóticas durante toda a vida). Segundo sua teoria a humanidade para atingir o progresso passa por três estágios (religioso, metafísico e positivista), cabendo ao estado manter a ordem social. Embora tenha casado em 1824, não teve uma vida conjugal feliz (a união acabou oficialmente em 1842). Nutriu por vários anos um amor platônico por Clotilde de Vaux, esposa de um funcionário público Francês foragido por desfalque. “Ao ser rejeitado por Clotilde, Comte idealizou-a como mulher representando a Humanidade, em seu sistema religioso” onde a figura feminina é a rainha do lar e a responsável pela educação dos valores morais da família. (FLORES: 2001, p. 173 e 487).

<sup>36</sup> Para o filósofo não cabia ao Estado “*apreciar as condições da função médica*” (WEBER: 1999, p. 46) bem como a moral privada e a capacidade intelectual desses profissionais. O papel do médico deveria ser exercido pela figura feminina, “*porque seria pela parte afetiva do cérebro que se daria a unidade entre o físico e o moral, bem como entre o social e o individual, pois a afetividade teria papel preponderante para a unidade*” (WEBER: 1999, p.37). Continua a pesquisadora: “*Para Comte, a miséria da medicina estava em negligenciar uma sólida formação sociológica, matéria prioritária para o domínio das ciências cerebrais, mentais e morais, deixando de subordinar-se ao conhecimento tido único comprovadamente objetivo, a física social, que tratava o todo social*” (1998, p. 85). Entendia os hospitais como locais de segregação e individualização: um local com essas características contrariaria o restabelecimento da relação harmoniosa entre o indivíduo e a sociedade. Tais propostas podem ser verificadas em “*Liberdade Espiritual no Brasil*”, uma publicação da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, onde se propõe: “*Instituição da Assistência pública, sobretudo domiciliar, excepcionalmente hospitalar. Proibição das autópsias sem consentimento prévio das pessoas respectivas, confirmado pela família. Proibição das viviseções*” (IGREJA E APOSTOLADO POSITIVISTA DO BRASIL: 1913, p. 11).

No Estado, após a Proclamação da República ascendeu ao poder o PRR (Partido Republicano Rio-Grandense), criado em 1882 (23 de fevereiro), por iniciativa do Clube Republicano de Porto Alegre<sup>37</sup>.

Joseph LOVE (1975) escreveu que o outro motivo para o rápido avanço do partido, frente à dominação do Partido Liberal, ocorreu “*em grande parte aos esforços de um grupo de advogados que se haviam empenhado em criar uma república brasileira durante seus dias de estudantes na Faculdade de Direito de São Paulo*” (LOVE, 1975:83). Grupo esse, formado por Assis Brasil,<sup>38</sup> Júlio de Castilhos, José Gomes Pinheiro Machado<sup>39</sup> e Borges de Medeiros<sup>40</sup> (todos formados entre os anos de 1874 e 1875).

Embora LOVE (1975) costume vincular o contato desses estudantes com as idéias positivistas somente em São Paulo, autores como Sérgio da Costa FRANCO (1967) e Miguel Frederico do ESPIRITO SANTO (2005) asseguram que o primeiro

---

<sup>37</sup>A primeira comissão executiva do partido foi formada pelos médicos Ramiro Barcelos e Protásio Alves, pelo engenheiro Demétrio Ribeiro e pelo professor Apolinário Porto Alegre. No 2º Congresso do Partido foi aprovada a criação de um veículo próprio de informação (j A Federação). O jornal foi dirigido entre 1884-1889 por Júlio de Castilhos que procurou “dar a doutrina positivista um sentido popular e ecumênico, substituindo a moral cristã pela moral filosófica de Augusto Comte, atacando o sistema monárquico através de uma campanha abolicionista”. O PRR era presidencialista, republicano e positivista. Seu programa era essencialmente conservador, culminando com a Constituição Estadual de 1891 (FLORES: 2001 p. 460).

<sup>38</sup>Joaquim Francisco de Assis Brasil (1858-1938) exerceu várias atividades: pecuarista, escritor, poeta, jornalista e político (foi eleito Deputado provincial em 1884 e Deputado Constituinte em 1891). Atuou como Ministro plenipotenciário em vários países. Embora fosse unido por laços familiares ao principal líder do PRR (foi casado com Maria Cecília Prates de Castilhos), rompeu com o partido e participou dos principais movimentos de oposição como o “governicho” e a Revolução de 1923 (FLORES:2001, p. 63).

<sup>39</sup> Segundo FLORES (2001) José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915) - nasceu em Cruz Alta, cursou a Escola Preparatória no Rio de Janeiro. Como membro do 4º Corpo de Caçadores a Cavalos, participou da Guerra do Paraguai entre 1866 e 1867. Formou-se advogado em 1878, dedicou-se a campanha abolicionista e republicana. Eleito, atuou como Senador por quatro mandatos (entre 1891 e 1915). Organizou o Partido Republicano Conservador (em 1910) com o auxílio de seu colega Quintino Bocaiúva. Teve atuação destacada no Governo de Hermes da Fonseca (1910-1914), sendo assassinado no ano seguinte.

<sup>40</sup> Antônio Augusto Borges de Medeiros (1863-1961). Filho do desembargador Augusto César de Medeiros, iniciou o curso de direito em São Paulo, mas o concluiu em Pernambuco, por motivos financeiros. Retornando ao Estado, trabalhou em Cachoeira do Sul, onde assumiu a direção do PRR local e posteriormente foi nomeado delegado. Por sua fidelidade ao partido é escolhido por Júlio de Castilhos para substituí-lo no governo do Estado. (FLORES: 2001, p. 388).

contato ocorreu ainda dentro do Rio Grande do Sul, uma vez que já havia “caldo cultural” para a formação ideológica nos preceitos comteanos, conforme discorreu na citação abaixo:

Não foi na Faculdade de Direito de São Paulo que os rio-grandenses se iniciaram na leitura de Augusto Comte. Júlio de Castilhos, Ernesto Alves, Barros Cassal, Assis Brasil e seus discípulos consolidaram em seus espíritos as aspirações republicanas e foram apresentados às idéias do Mestre de Montpellier pelo professor Fernando Gomes, no Colégio Gomes, em Porto Alegre... (ESPIRITO SANTO: 2005,p.243).

Além de numericamente inferior aos demais partidos políticos, o PRR caracterizava-se por rígida disciplina e ideologia política de cunho positivista que os distinguia dos demais Partidos Republicanos espalhados por diferentes Estados<sup>41</sup>. Contrários à economia liberal (sistema predominante no Império), não contavam com o apoio das elites tradicionais. Visando a permanência no poder, atuavam com *“excessiva intransigência, banindo de todas as funções públicas e eletivas aqueles que por atos ou palavras não aderirem francamente ao novo regime”* (ESCOBAR: 1922, p. 20). Essa intransigência política como lembrou Escobar foi uma constante na administração do partido. Pregando o governo dos mais capazes e a continuidade administrativa (utilizavam o dístico “conservar melhorando”), governaram com “mão de ferro” o Estado até 1928.

O primeiro e mais importante líder foi Julio Prates de Castilhos (1860- 1903), que não apenas inaugurou o que podemos chamar de período positivista da política

---

<sup>41</sup> Autores como LOVE (1975) e WEBER (1999) chamam essa estrutura ideológica de excepcionalidade dos gaúchos. Também a historiadora Celi PINTO (1987) entende que “a política rio-grandense na chamada República Velha diferenciou-se radicalmente dos demais estados brasileiros. Enquanto nesses últimos os partidos Republicanos regionais funcionaram como partidos únicos capazes de conterem dentro dos seus limites toda a sorte de conflitos e interesses, no Rio Grande do Sul o PRR teve, ao longo de mais de 40 anos, de governar enfrentando um significativo movimento oposicionista” (1987, p.83).

sul-riograndense, mas também foi o responsável pela defesa das liberdades profissionais, o que bem se aplicava naquele momento ao direito, mas em relação a medicina proporcionou grande atraso científico em comparação com os demais Estados, como Rio de Janeiro e São Paulo. Advogado, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo,<sup>42</sup> atuou também como jornalista na direção d'A Federação. Foi Presidente do Estado em duas oportunidades: a primeira vez durante um pequeno período em 1891 (de 15 de julho a 12 de novembro). Após sua deposição, assumiu em seu lugar uma Junta Governativa. Esse intervalo é também chamado pejorativamente pelos membros do PRR de "governicho" (período de instabilidade política, que se avultou com o retorno do Silveira Martins<sup>43</sup> do exílio).

Voltou a assumir o cargo maior da administração estadual em 1893, no qual permaneceu por cinco anos. Ao término do mandato, preferiu não se reeleger, embora tenha continuado como presidente do partido, e, conseqüentemente exercendo forte influência na política. Castilhos encontrou seu sucessor das fileiras do partido, o também advogado Antônio Augusto Borges de Medeiros, que presidiu o Estado por vinte e cinco anos e deu continuidade aos seus projetos políticos. É justamente, por sua fidelidade ao castilhismo que foi escolhido por Júlio de Castilhos, em detrimento a outros nomes de maior peso dentro do PRR<sup>44</sup>.

---

<sup>42</sup>As correntes filosóficas advindas da França exerceram influência nos intelectuais brasileiros há bastante tempo: dessa forma, o Comtismo foi para a década de 80 (do século XIX), o que o Sanit Simonismo foi para a de 30. (LOVE: 1975).

<sup>43</sup>Gaspar da Silveira Martins (1835-1901). Ocupou diversos cargos públicos durante o império: Juiz Municipal da Corte, deputado provincial no Estado, deputado geral, senador e Conselheiro extraordinário do Imperador D. Pedro II, além de fundador do jornal A Reforma (órgão do Partido Libertador). Ocupou o cargo de presidente do Estado quando foi proclamada a República. Quando o presidente da República Deodoro da Fonseca foi deposto e Gaspar Martins foi preso e partiu para exílio na França. No retorno, organizou o Partido Federalista, principal oposição do PRR. Foi um dos líderes da oposição na Revolução de 1893 (FLORES: 2001).

<sup>44</sup>Na presente tese, a preocupação foi trabalhar a questão da saúde durante esse período. Sobre o positivismo político e sua influência na, economia e demais setores da sociedade ver: LOVE (1975), TRINDADE (1979), PINTO (1986), SANTO (1993), FELIX (1996), SEELIG et all (2005), GOLIN;

Antes mesmo de estabelecer a questão das liberdades de ensino e profissional<sup>45</sup> na Constituição do Estado, Júlio de Castilhos as defendeu a nível nacional como membro da Comissão dos 21<sup>46</sup>. No entanto, suas propostas, claramente inspiradas no positivismo, não foram aceitas na Constituição Federal, mas Castilhos não foi vencido por completo: se não conseguiu em nível nacional incluir sua ideologia, conseguiu que essas questões fossem regulamentadas na Constituição Estadual.

De volta ao Estado foi nomeado, juntamente com Ramiro Fortes de Barcelos e Joaquim Francisco de Assis Brasil, membro da Comissão encarregada de elaborar o projeto constitucional, que embora tenha sido publicado em nome do grupo, foi obra exclusiva de Castilhos. Assis Brasil<sup>47</sup> não o assina, por não concordar com sua concepção doutrinária. Já Ramiro Barcelos, não participou de elaboração, por se encontrar no Rio de Janeiro.

Como assinalou LOVE, Julio de Castilhos não trabalhou com a filosofia Comteana em sua totalidade: extraiu a forma de governo republicana e ditatorial e a defesa das liberdades individuais, o que subsidiou Castilhos e toda uma geração de simpatizantes dessa ideologia a ter uma visão *“paternalista e altamente racionalista do liberalismo do século XIX”* (1975, p. 39).

---

BOEIRA (2007) dentre outros.

<sup>45</sup>Em “Bases para o Programa dos Candidatos Republicanos”, extraído do Congresso Republicano de 1884, encontramos “ENSINE QUEM SOUBER E QUISE - E COMO PUDER. Como porém, será tardia a realização deste ideal em nosso país, convém cooperar para certas medidas tendentes a prepara-las, tais são: supressão de privilégios quer civis quer políticos para a classe dos diplomados...restrição do ensino oficial superior ao que for base para as profissões verdadeiramente úteis” (DIDONET: 1975, p. 110)

<sup>46</sup>A Comissão dos 21 é constituída em 22 de novembro de 1890, contendo um representante de cada Estado e um do Distrito Federal para discutir e emitir parecer sobre o Projeto de Constituição Federal, apresentado pelo Governo Provisório e revisado por Rui Barbosa.

<sup>47</sup>“Ele sabia (o Dr. Castilhos) que eu estava em desacordo com o seu procedimento e com sua doutrina (...)desde que tive conhecimento da extravagante mistura de positivismo e demagogia contida no projeto de Constituição para esse este Estado. O projeto cuja redação eu também fora oficialmente encarregado, mas que foi exclusivamente composto pelo sr. Castilhos, sem a minha colaboração, sem a minha assinatura, sem a minha responsabilidade ...” (REVERBEL, 1996:48).



Dessa forma, a Constituição Estadual castilhista substanciou a prática positivista do governo e permitiu aos líderes que direcionassem a saúde pública e os melhoramentos urbanos a partir das questões orçamentárias. O saneamento visado na política castilhista e depois borgista não ocorreu no âmbito Saúde Pública, mas, no administrativo.

Ao analisar essa seletividade de idéias, CARVALHO descreveu: “a incorporação desses sistemas muitas vezes é seletiva, isto é separa suas partes componentes. Importa-se, por exemplo, a parte filosófica e operacional, ou as instituições, dependendo do interesse de cada importador” (1998, p. 17). Essa foi justamente a opção de Julio de Castilhos: selecionou alguns elementos do positivismo para a formação e manutenção de seu projeto político. Além da ordem e da disciplina, extraiu a forma de governo republicana e ditatorial, conforme já referenciamos, criando, assim, um novo modelo político de governo, chamado pela historiografia de castilhismo.

Essa miscigenação entre o pensamento de Castilhos e os valores absorvidos da filosofia comteana produziram outro aporte teórico na política, segundo Ricardo Vélez RODRIGUES (2007). Ao estabelecer uma relação entre a ideologia política que se instituiu no Estado durante a República Velha e o pensamento de Augusto Comte, observou que a doutrina castilhista, embora largamente embasada no positivismo, defendia que o Estado deveria exercer forte presença na sociedade ao mesmo tempo em que era criada toda uma rede econômica, política e jurídica para perpetuar tal situação: “o sistema de política positivista de Comte não passava de um modelo teórico, ao passo que os castilhistas puseram em prática um regime político...o castilhismo mostrou-se decididamente mais autoritário que o comtismo”

(RODRIGUES, 2007, p. 74).

É interessante percebermos que o castilhismo apresentou características muito mais autoritárias do que o comtismo e ao mesmo tempo apresentou na Constituição Estadual pontos próprios do liberalismo político.

O projeto constitucional,<sup>48</sup> elaborado por Júlio de Castilhos, foi aprovado quase que em sua totalidade. De acordo com DIDONET (1977), os tópicos que provocaram maior discussão foram: a ausência da palavra “representativo” do Artigo nº 1, reeleição do Presidente e eleição dos intendentes, atribuições do executivo e legislativo e, como não poderia deixar de ser, a questão das liberdades (de ensino e profissional). Dessa forma, em 14 de julho de 1891, foi aprovada a Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul. A Carta, no que tange as Garantias Gerais de Ordem e Progresso no Estado (título IV), rezava:

Art. 71- A Constituição oferece aos habitantes do Estado as seguintes garantias:

...§ 5º **Não são admitidos também no serviço do Estado os privilégios de diplomas escolásticos ou acadêmicos**, quaisquer que sejam, **sendo livre no seu território o exercício de todas as profissões de ordem moral, intelectual e industrial.**

§6º Os cargos públicos civis serão providos, no grau inferior, mediante concurso, ao qual serão indistintamente admitidos todos os cidadãos, sem que aos concorrentes seja exigível qualquer diploma.

§17º **Nenhuma espécie de trabalho, indústria ou comércio poderá ser proibida pelas autoridades do Estado, não sendo permitido estabelecer leis que regulamentem qualquer profissão ou que obriguem qualquer trabalho a indústria.** (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL:1963, p. 68).<sup>49</sup>

Conforme, o artigo nº 71 da Constituição Estadual podemos perceber que os

<sup>48</sup> Para sua realização, o projeto constitucional de 1891, foi composto de sete reuniões.

<sup>49</sup> O grifo foi realizado para evidenciar as idéias principais do parágrafo em destaque.

títulos acadêmicos, diplomas, não eram reconhecidos como requisito para o exercício das profissões. Qualquer profissional tinha seu reconhecimento junto ao Estado, de acordo com o parágrafo 17º por prática e licença, alcançada através do pagamento de imposto referente, ao Governo Estadual. Esse cenário permitia que muitos praticantes das artes de curar recebessem a licença médica igualmente a um médico formado academicamente. Tal prática permitiu no Estado que muitas doenças fossem tratadas com métodos errôneos e até mesmo negligenciadas. A medicina no período foi vista como uma área sem importância para o Governo do Estado.

A questão da liberdade pode ser verificada nesse trecho da mensagem, manuscrito por Borges de Medeiros e enviada à Assembléia dos Representantes, onde se lê: *“liberdade de qualquer profissão de ordem moral, individual e intelectual”* (MENSAGEM enviada a Assembléia dos Representantes: 1891). A página do documento pode ser lida à seguir:

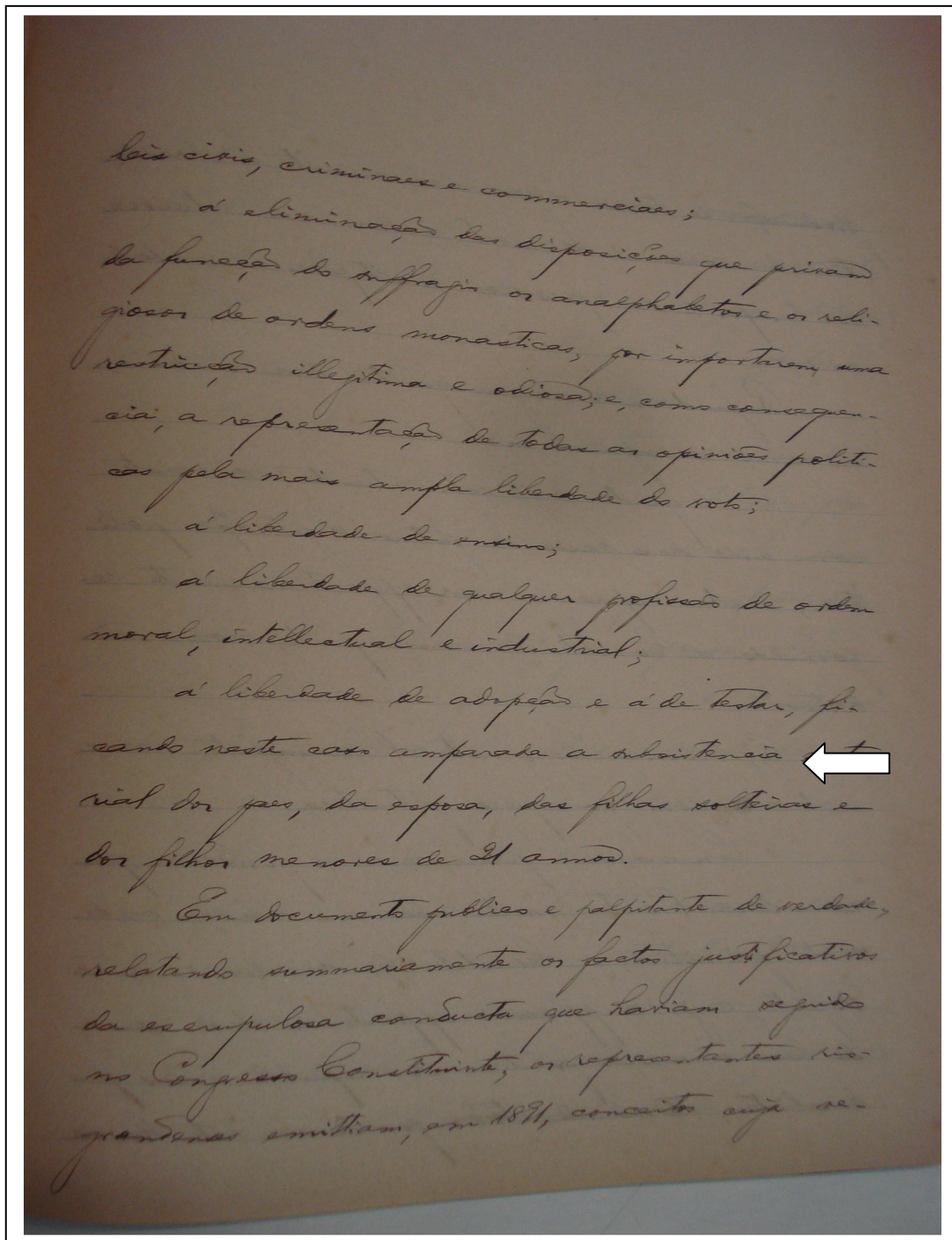


Figura nº 3 - Fonte: Caderno de Mensagens manuscrito de Borges de Medeiros – Arquivo Solar dos Câmara.

Nessa página da mensagem de Borges de Medeiros enviada à Assembléia dos Representantes, em 20/09/1904, vê-se a defesa dos princípios da Constituição

rio-grandense de cunho positivista: a liberdade de voto (influência também do liberalismo), a liberdade de ensino e a de profissão, de testar e de adotar.

Vários pesquisadores, estudando o castilhismo e a República Velha analisaram a Constituição por esse conflito. Para o jurista Monte ARRAES, o pressuposto da liberdade profissional tornaria o Estado independente do “monopólio intelectual” dos diplomados, que privava a contribuição de pessoas que se formassem fora dos centros acadêmicos e, dessa forma, e que não possuíam o que ele chamava de *“arcaico e obsoleto passaporte oficial”*<sup>50</sup> (1925, p. 255).

Compartilha, também, desse pensamento que entende a constituição como liberal, o jurista e historiador Sérgio da Costa FRANCO. Para o pesquisador, a carta reflete *“in totum”*, o pensamento do maior líder do PRR ou, pelo menos, *“o compromisso de suas concepções teóricas....”* (FRANCO, 1967, p. 102). Destacou ainda, que por mais absurdo que possa parecer atualmente, o momento histórico deve ser levado em consideração. Naquelas condições em que se encontrava o Rio Grande do Sul, sem a presença de estabelecimentos de Ensino Superior e conseqüentemente com a quantidade irrisória de graduados no Estado, a medida era paliativa e procurava resolver um problema urgente. Desta forma, *“o regime da liberdade profissional, inaugurado e assegurado por Júlio de Castilhos e pelo Partido Republicano, ensejou a manifestação de vocações notáveis, que de outra forma teriam ficadas sufocadas. Grandes advogados teve o Rio Grande, que jamais*

---

<sup>50</sup>Um dos autores que podem explicar a pouca importância dada pelo positivismo ao ensino superior é LINS (1965). Segundo ele, a questão social, no positivismo implicava basicamente em três fatores: direito do operário em ter vida familiar; direito de receber instrução básica que contenha a evolução científica, filosófica e literária da humanidade e, finalmente, tornar o conjunto do proletariado, juntamente com os intelectuais capaz de fiscalizar a administração da riqueza social. Seria, então, na fiscalização da administração pública que possuidores de “diplomas de nível superior” tornariam-se obstáculo: Que simpatias pode ter o proletariado por um ensino destinado necessariamente à burguesia e todos esses diplomas e privilégios das carreiras liberais, que só servem para fazer pulular tantos membros inúteis e perturbadores da sociedade? (LARRIGUE, APUD DIDONET: 1997,p. 33)

*cursaram escolas superiores*” (FRANCO: 1967, p. 106). Para o Direito pode-se concordar que foi um grande avanço no Estado, no entanto, na área médica, um atraso em relação as descobertas alcançadas em outras regiões.

Já para Maria DIDONET (1977), a Carta oportunizou a aplicação dos princípios comteanos na prática política. No que se refere às formas de liberdade (religiosa, profissional, industrial e de ensino) *“um executivo forte absorve a função legislativa, cabendo a Assembléia dos Representantes apenas uma função orçamentária. O autoritarismo legislativo...assenta-se sobre o tripé- **liberdade, autoridade e responsabilidade** (grifo da autora), requisitos imprescindíveis numa sociedade em fase de transição”* (1977, p. 68). Como pode-se verificar na citação, para a autora tanto a liberdade profissional, quanto a autoridade e a responsabilidade, foram fatores necessários para o momento histórico.

Analisando por outro viés, BOEIRA observou que a medicina sofreu o impacto do positivismo durante todo o percurso da República Velha. Para ele *“a maior influência do comtismo sobre a medicina rio-grandense **parece** (grifo do autor) ter sido puramente negativa, ou melhor, conflitiva. Foram os médicos que dirigiram o ataque contra a liberdade profissional”* (1980, p. 53). A relação central para nós não é simplesmente a postura do governo frente à medicina, mas o trato político da Saúde Pública, ou seja, sem a devida priorização e investimento do Estado na área médica, a população permanecia privada dos beneficiamentos proporcionados pelas descobertas científico-médicas na área de combate as epidemias. Além dessas questões, o governo Estadual por não centrar seu investimento nas questões de Saúde Pública como parte dos melhoramentos urbanos, a população enfrentava a falta de hospitais equipados, pessoal para atendimento e ainda, ausência, conforme

já tratamos, de médicos capacitados para tratar as doenças. Segundo Nádya Weber SANTOS, em 1890, ou seja, no primeiro ano da República o Estado do Rio Grande do Sul possuía aproximadamente cinquenta e dois mil habitantes somente trinta e sete médicos diplomados (2007, p.103). O restante das pessoas que praticavam a arte da cura eram apenas licenciados pelo Estado para atuarem na área, o que deixava a população a mercê de profissionais despreparados para diagnosticarem as doenças no princípio, fator muitas vezes determinante para a sobrevivência do paciente.

As relações entre o Estado e a Faculdade de Medicina se tornaram tão hostis, segundo BOEIRA, que na década de 1910 o governo tentou, sem sucesso, organizar uma faculdade de medicina concorrente para *“romper a solidez da oposição médica”* (1980, p. 53).

Tanto Montes ARRAES, quanto FRANCO destacaram que o não reconhecimento do diploma deu oportunidade profissional a quem não tinha acesso à academia. De fato, existiram muitos profissionais competentes que se enquadravam nessa situação. Mas, ao remeterem à quantidade de advogados que tiveram a oportunidade de trabalhar estão se referindo a uma profissão teórica e burocrática. O mesmo não se aplicava aos ofícios médicos: nesses, além da leitura, ou seja, da parte teórica, havia também a prática (que nas faculdades era realizada nos laboratórios). Uma pessoa certamente poderia ter a sua disposição vários livros para pesquisa, mas dificilmente teria um cadáver, ou uma ossada para estudo. Isso sem citar a ausência dos laboratórios para prática de pesquisa. Outro fator que deve ser levado em consideração é a velocidade das mudanças ocorridas em ambas as profissões. No direito, por ser uma profissão burocrática, as mudanças ocorrem de

forma muito mais lenta. Já a medicina mudou muito no século XIX, mais precisamente após as descobertas de Pasteur na microbiologia. A partir de então, ocorreu um rápido avanço na área médico-científica. Doenças que até então eram tidas como fatais, como a própria peste bubônica, passam a ter cura.

O Rio Grande do Sul com sua política de liberdade profissional ficou de fora desses avanços, ao seja, o que Júlio de Castilhos fez foi importar um modelo político-filosófico, trazendo para a sociedade do final do séc. XIX<sup>51</sup> os mesmos preceitos do primeiro quartel do mesmo século. O que o político não levou em consideração foi a evolução da medicina nesse entremeio e o quanto pessoas qualificadas poderiam ajudar a melhorar as condições sociais do operariado. Mais ainda, como o avanço científico, desenvolvido pelo saber médico poderia poupar vidas de seus concidadãos. A autoridade e o caráter persuasivo do líder do PRR fizeram com que vozes de membros do partido, não fossem levadas em consideração, pois, conforme relatado anteriormente, a Constituição do Estadual de 1891 foi obra exclusiva de Julio de Castilhos, homem público reconhecido por sua postura extremamente radical.

BOEIRA (1980) e WEBER (1999) nos fazem lembrar que toda a regra tem exceção: o primeiro observa que mais tardiamente, foram os médicos membros do PRR que se opuseram *“à timidez com que o governo Borges se dispunha a enfrentar as epidemias de varíola e peste bubônica, cioso de não incidir no pecado do despotismo sanitário”* (1980, p. 53). Já a pesquisadora observou que essas idéias mais radicais relativas ao campo médico-científico foram defendidas principalmente pelos membros do Apostolado, não *“consensuais para outros positivistas que*

---

<sup>51</sup> Augusto Comte não teve a oportunidade de ver o que a Revolução Pasteuriana fez em seu país (ambos eram franceses), e o quanto suas descobertas propiciaram o avanço da medicina.



*adotaram elementos parciais da doutrina e não se preocuparam diretamente com questões relativas à saúde”* (WEBER, 1999, p. 37). No próprio cerne da administração estadual havia médicos que não defendiam a totalidade dessas idéias, mas que tinham seus pontos de vista reprimidos frente a ideologia castilhista.

Prova disso foi Carlos Barbosa, médico que substituiu Borges de Medeiros na presidência do Estado entre 1908-1913. Durante sua administração as relações entre a Faculdade de Medicina<sup>52</sup> e o governo distencionaram-se: apoiou financeiramente a instituição, indo contra a Constituição Estadual e doou um terreno (nos campos da Redenção) para a construção de um novo prédio. Por seu auxílio no momento de crise, tanto político, quanto financeiro, recebeu da instituição o título de Doutor Honoris Causa.

Atos como esse, nos demonstram o quanto o poder público sul-riograndense e os médicos mantiveram uma relação conflitante durante a “era” que chamamos positivista. A Saúde pública somente foi vista com cuidado e preocupação durante a administração de um médico, nos períodos anteriores ou restantes, a questão foi tratada com despreocupação e desleixo. A própria comunidade e a imprensa se pronunciaram pela exigência de urgentes intervenções estatais na área da saúde, enquanto no Rio e em São Paulo o governo enfrentou a revolta popular pelas intervenções nessa direção.

Carlos Barbosa escreveu, em mensagem enviada para a Assembléia dos Representantes em 1912, que o trabalho de engenharia sanitária resolveria as questões de epidemias de varíola e peste bubônica nas cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, ou seja, somente 9 anos após os casos de peste bubônica

---

<sup>52</sup> Que se mantinha através de cobrança de taxas e realização de exames.

terem sido registrados em Rio Grande e vitimado, assim como alarmado um número ainda maior de pessoas, a questão do saneamento passou a ser pensada .

Segundo WEBER, as medidas sanitárias adotadas tinham caráter de isolamento, ou seja *“isolar os doentes de moléstia contagiosa em lazaretos especialmente construídos, ou em barcos, desinfetar os lugares que tivessem sido freqüentados por doentes e evitar o acúmulo de lixo”* (1999, p, 52).

A preocupação revelada pela retirada do doente do convívio social e sua internação em lazaretos era apenas paliativa e não exterminava a epidemia. Assim vemos que essa prática de segregação, sem estar aliada aos procedimentos de cura, não possuía poder terapêutico. No entanto, no interior às vezes era a única medida a ser tomada, pois, nem sempre as cidades do interior tinham condições financeiras de oferecer um atendimento digno aos pacientes. O que efetivamente ocorria nessas situações é que a retirada do convívio social, quebrava um elo da corrente de contágio.

No discurso, Borges de Medeiros, em 1904, discorreu sobre o investimento na saúde, através da destinação das verbas para saúde voltada para a construção e reforma dos hospitais de isolamento, os chamados, Lazaretos:

A boa escolha do pessoal docente exige também alguma lentidão.

O estado sanitário é em geral satisfatório.

Diminui felizmente o numero de victimas da tuberculose.

Em Felotas e no Rio Grande manifestaram-se alguns casos de varicela importada do Rio de Janeiro. Adoptaram-se immediatamente providencias efficazes contra a propagação do mal.

Está prestes a terminar a construcção neste Capital de um vasto lazareto, situado a margem esquerda do Guahyba.

Muitas são as pessoas que, mordidas por cães hydrophobos, buscam tratamento nos institutos especiaes, existentes no Rio de Janeiro, S. Paulo e Buenos Ayres. Ao desferroccido da fortuna é dado transporte d'expensas do Estado. Trata de promover o estabelecimento

Figura nº 4 - Fonte: Caderno de Mensagens manuscrito de Borges de Medeiros - Arquivo Solar dos Câmara.

De forma geral, pode-se afirmar que a saúde pública, nesse período, não se configurava uma prioridade. O que pode ser considerado como um paradoxo, pois, como poderia o proletariado, mola propulsora para a sociedade Comtista, e consequentemente Castilhistas, se desenvolver de forma adequada se não tinha acesso aos serviços de saúde que atendessem suas necessidades básicas? O governo não centrava suas preocupações nessa questão, mas sim, conforme já referenciamos, na moralidade política e no enxugamento dos gastos públicos. Conforme pode-se notar no trecho do discurso de Borges de Medeiros proferido, em 20/09/1904, à Assembléia dos Representantes:

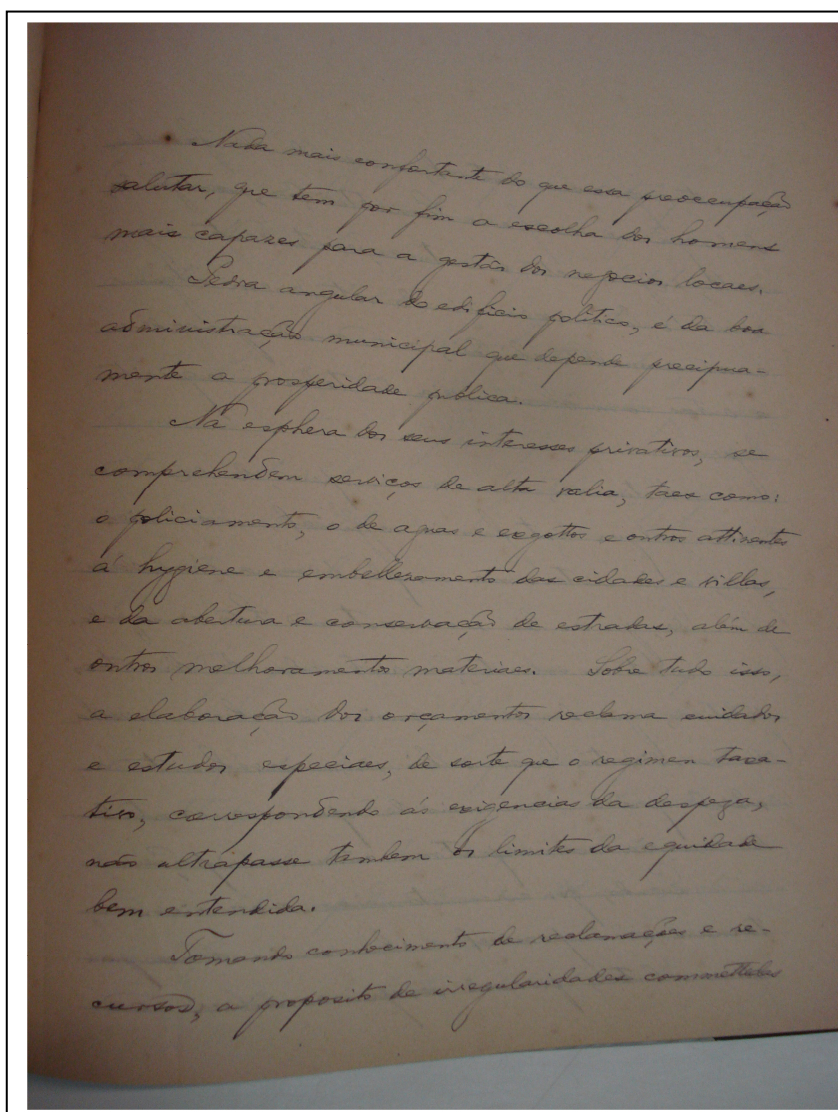


Figura nº 5 - Fonte: Caderno de Mensagens manuscrito de Borges de Medeiros – Arquivo Solar dos Câmara.

O governo não ignorava a importância das políticas voltadas ao saneamento e o melhoramento das cidades. Conforme discorreu, os serviços de policiamento, águas e esgoto, e outros como higiene e embelezamento das cidades, eram considerados como pertencentes à esfera privativa e não pública, e apesar dos poderes investirem nessas áreas, as mesmas não poderiam ter seus gastos superiores ao orçamento do Estado, o qual deveria ser mantido em equilíbrio.

Dessa forma, o que fica latente, ao se observar as medidas sanitárias de incumbência estadual adotadas, não é o que se fez, mas sim o que se deixou de se fazer. Segundo o regimento estadual era sua obrigação manter<sup>53</sup> hospitais de isolamento no caso de epidemias. Mas, o que o código não especificava era a qualidade do atendimento prestado às pessoas.

## **2.1 REFLEXOS DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL NA SAÚDE PÚBLICA**

Os médicos foram um dos maiores opositores da administração do PRR em relação as posturas estaduais frente a saúde pública e os melhoramentos urbanos . Além da forma de como os positivistas entendiam a medicina, outro forte ponto de confronto foi a constituição estadual que garantia o livre exercício profissional.

A historiadora Beatriz WEBER em “As Artes de Curar” (1999), mostrou a forma peculiar de como os positivistas entendiam o ofício médico, pois além do Estado não possuir tradição de escola médica (ao contrário do Rio de Janeiro e

---

<sup>53</sup>Como o município de Rio Grande não possuía um prédio específico para o hospital de isolamento, esse era aberto e fechado, quando a municipalidade sentia necessidade.

Salvador), o governo não via a Saúde Pública como uma prioridade<sup>54</sup>.

Diante das garantias da Constituição Estadual da liberdade de profissão, a normatização profissional ficava atrelada apenas ao registro profissional (pagamento de taxas), como já discurremos, e o exercício indevido (não pagamento do registro), que gerava multas. Desta forma, o exercício ilegal da profissão não estava associado ao fato de não ter freqüentado o curso de medicina, mas sim em estar em dia com a contribuição fiscal ao Estado.

A exclusão do saber médico do campo da ciência era herança do positivismo religioso, que justificava a liberdade profissional, pois para os membros do Apostolado, a medicina não era uma “arte perfeitamente racionalizada”, uma vez que usavam “diversas teorias e práticas” e que *“não hesitavam em acusar de charlatanismo ou ignorância tudo o que se afastasse do seu modo de ver, por exemplo, a distinção entre alopatas e homeopatas, ambos oficialmente autorizados a curar”* (WEBER: 1999, p.46)<sup>55</sup>. Para a historiadora, os positivistas se aproveitaram dessa “brecha” na construção do saber científico para o seu não reconhecimento como uma ciência oficial.

Após a legalização do livre exercício profissional, ocorreu uma grande migração de práticos para o Estado. O *locus* privilegiado para o deslocamento era a serra (FRANCO: 1993), que por ser uma região recentemente povoada atraiu

---

<sup>54</sup> A criação da Faculdade Livre de Medicina em Porto Alegre ocorre somente em 25 de julho de 1898, resultado da fusão da Escola Livre de Farmácia (criada em 1896) com o curso de Partos (criado em 1897), ambos funcionando na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (SANTOS: 2007, p. 105).

<sup>55</sup> As outras práticas, tidas pelos médicos como não científicas, só passam a ser chamadas de charlatanismo, a partir do momento em que a medicina se estabelece como prática oficial, científica de cura.

imigrantes médicos que eram dispensados da prova para validar a titulação<sup>56</sup>.

Mesmo tendo uma orientação voltada para o princípio da não intervenção da liberdade de escolha, WEBER relatou que: *“a preocupação com a higiene urbana foi um dos aspectos resgatados constantemente pelo governo dentre as medidas necessárias e cabíveis a uma administração pública”* (1999, p.50). Para essa afirmação da autora, acrescentar-se-ia a preocupação **de orientação positivista** com gastos públicos, o que impedia o investimento nessa área. Afirmamos por se entender a administração pública, no início do século no Rio Grande do Sul, omissa. E essa omissão era manifesta pela não disponibilização de recursos necessários para o saneamento das cidades, uma vez que uma das bandeiras do PRR era o comedimento nas despesas. Não contrair dívidas, mesmo que seja para o bem estar da população e no caso de doenças contagiosas e endemias e epidemias, salvar vidas, era a palavra de ordem.

Um exemplo bastante ilustrativo era a questão da vacinação. Como o estado não possuía e não apoiava nenhuma religião ou método científico, conseqüentemente nunca divulgou ou incentivou a vacinação. Vale lembrar que os positivistas foram contra a vacinação compulsória no Rio de Janeiro, em 1904, pois a entendiam como um ataque às liberdades individuais e não as viam como uma medida preventiva contra as doenças fatais. Chegavam a dizer que era uma afronta a liberdade pessoal, conforme relatado no ECS<sup>57</sup>, que mostrou os embates entre os

---

<sup>56</sup> Segundo FONTOURA “a impugnação dos médicos diplomados se fundava de início no combate ao charlatanismo, ao curandeirismo, às benzedeadas e semelhantes”. Após a primeira Guerra Mundial muitos médicos, principalmente italianos procuram sair da Europa. “Geralmente eram bons profissionais, acostumados a pequenos honorários que tenderam naturalmente para o Estado por não haver necessidade de validação do diploma”. Além disso, como as colônias européias eram numerosas no Estado, ali já estava a base para um começo de clientela (1958,p. 125)

<sup>57</sup> O jornal Echo do Sul, editado na cidade de Rio Grande, vai ser objeto de estudo do próximo capítulo.

deputados favoráveis e os contrários (liderados pela bancada do Estado) aos acontecimentos ocorridos no Rio de Janeiro, conforme a citação a seguir:

O deputado Barbosa Lima continuou, na Câmara, seu ataque contra a vacinação obrigatória, terminando por antever que aquela corporação será maldita no conceito popular caso vote a lei em discussão ...O povo, que enchia as galerias, rompeu em aplausos quando o deputado assim se expressava. (03 de setembro de 1904, nº 203 ).

Enquanto os políticos discursavam com vistas na defesa das liberdades individuais, o povo desinformado dos benefícios da vacina aplaudia, pois temia que a novidade medicinal lhes causasse algum tipo de mal. Portanto, essa atitude contava com apoio de grande parcela da população, que não conseguia entender nem acreditar na eficácia do procedimento (não entendiam como a inoculação do vírus poderia salvar suas vidas). A administração estadual organizou somente um serviço de assistência pública. O qual era repassado à municipalidade.

Embora WEBER afirme que havia uma preocupação com o saneamento das cidades, ou principalmente das três maiores: Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande:

Esses centros precisariam de obras de abastecimento de água e esgoto subterrâneos, que dependiam de avultadas somas, o que teria provocado atraso na execução, segundo as falas do governo. A realização dessas obras e de outras medidas sobre a saúde não deveriam prejudicar os cofres públicos, executando as medidas dentro das possibilidades condizentes com a divisa “conservar melhorando” (1999, p. 54).

A postura do governo excessivamente zelosa com os cofres públicos, conforme citou a autora, acabava por atrasar obras de saneamento básico importantes e condenava cidades, com arrecadações menores, à estagnação e ao não investimento nos melhoramentos urbanos. Nessa perspectiva, o ECS denunciou



as péssimas condições de higiene da cidade do Rio Grande ao citar a displicência da delegacia de Higiene municipal que não impedia o abuso da empresa Asseio – Rio – Grandense, que conservava na rua seus carros de recolhimento dos cubos de matérias fecais até quase ao meio dia, o que deixava a cidade extremamente mal cheirosa:

As ruas da cidade, voltadas ao esquecimento permanecem no mais deplorável estado de imundície. A cada passo se encontram sujeiras e lixo acumulado, porque a vassoura há muito não passa pelo calçamento. As águas servidas continuam a ser despejadas diariamente nas ruas determinando a exalação de miasmas insuportáveis (ECS: 04 de março de 1903, nº53)

Como se pode verificar na citação, havia um serviço de remoção de lixo no município, mas esse não era realizado de forma adequada, fato que pode ser facilmente observado pela grande quantidade de matérias veiculadas no ECS, o que piorava o estado higiênico sanitário do município.

Para a historiadora Beatriz WEBER complementa observando que na visão do governo do Rio Grande do Sul, no tocante a saúde pública *“as considerações sobre uma **administração sem dívidas** e o atraso na adoção de medidas saneadoras compunham-se com a idéia de que qualquer intervenção poderia ferir a **liberdade individual e de consciência**”* [grifo da autora] (1999, p. 56).

Pode-se concluir, então que o binômio: **governo de inspiração positivista**, aliado a uma **administração que tinha por princípio não contrair dívidas**, fazia com que as medidas de saneamento só fossem tomadas quando não era mais possível adiá-las. A demora para o saneamento das cidades propiciou o surgimento e alastramento de muitas doenças e epidemias no Rio Grande do Sul. Sendo

assim, podemos perceber que o governo estadual centrava suas preocupações em outras áreas que não o saneamento público não ocupava primeira posição na lista de melhoramentos urbanos indispensáveis.

Conforme já foi observado, a saúde pública não era uma prioridade nesse governo e, que, ao impedir o que os adeptos ao positivismo chamavam de “despotismo sanitário”, abriam as portas e os portos do Estado para a entrada de doenças, que causavam altas taxas de mortalidade, na maioria das vezes por falta de cuidados.

A Administração pública, inspirada na ótica positivista, representou como já citado anteriormente, uma exceção no território brasileiro. Consequentemente, as questões de saúde e doença também foram entendidas de forma diversa do restante do país. Assim, conforme discorreu WEBER,

As apropriações das teorias que fundamentaram as concepções relativas à saúde e à doença foram sempre marcadas pelas características brasileiras e locais, com definições específicas, de acordo com os sujeitos envolvidos. Daí a impossibilidade de transposição linear de qualquer perspectiva sem uma análise de como as teorias foram entendidas em contextos *peculiares* (grifo do autor), no caso, como o positivismo chegou e foi absorvido no Brasil e como ele foi granjeado como perspectiva norteadora para a situação política gaúcha ao longo dos 40 anos iniciais da República. (WEBER: 1999, p.33).

De acordo com a citação, o pensamento positivista na política riograndense foi a maior diretriz norteadora nos projetos e práticas relativas aos melhoramentos urbanos e assim, também ao trato da Saúde Pública. No município do Rio Grande, cidade portuária, localizada ao sul do Estado do Rio Grande do Sul, a situação não era diferente. A política local dependia dos investimentos estaduais que conforme já

analisamos não conferia uma prioridade para a Saúde Pública e ainda exigia rigidez e controle orçamentário que impossibilitava qualquer investimento fora do planejamento orçamentário.

Sendo assim, analisaremos a partir de agora, dentro desse cenário político, como as epidemias foram combatidas na cidade de Rio Grande e quais impactos causaram na sociedade.

## ***2.2 A CIDADE DO RIO GRANDE E AS EPIDEMIAS***

A cidade de Rio Grande foi escolhida como centro de análise dessa tese justamente por sua peculiaridade portuária, que propiciava a proliferação de grandes epidemias. No entanto, o que nos chamou primeiramente a atenção foi a postura da imprensa riograndina, representada aqui pelo jornal ECS, que denunciavam a falta de cuidado das autoridades com o problema da Saúde Pública e também com o cuidado e melhoramento urbano. As críticas do jornal em relação às práticas governamentais relativas a questões de sanitização apresentavam uma preocupação com a Saúde Pública. No entanto, suas propostas apesar de antagônicas as do Governo, tinham como centro a mesma preocupação, os melhoramentos urbanos. Dessa forma, para compreendermos como a cidade de Rio Grande se tornou entre os anos de 1903 e 1904 um dos principais alvos das epidemias no Estado, optamos por fazer um panorama histórico de sua formação e papel como principal porto estadual.

Rio Grande, um dos municípios mais antigos do Rio Grande do Sul, nasceu,

originalmente como fortificação militar em 1737, como resposta ao cerco espanhol da Colônia de Sacramento, ocorrido no ano anterior. Para garantir a posse da terra que se estendia até Laguna, o brigadeiro Silva Paes inicia a construção do forte de Jesus, Maria, José.

A empreitada foi árdua: as condições climáticas pouco favoráveis (MIRCO, 1987, p. 51) como vento, falta de madeira, chuva, distância dos centros produtores e muita areia,<sup>58</sup> o que fez os primeiros habitantes passarem por privações.

Além das dificuldades em terra firme, Silva Paes se preocupou também com a dificuldade de acesso a Barra, porta de entrada fluvial e fator preponderante para o desenvolvimento da localidade. Essa dificuldade de navegação no porto atravessou os séculos XVIII e chegou ao XIX, com mais agravantes: era o único porto Marítimo do Estado e o motor da industrialização da cidade. Segundo Gunter AXT:

O problema de desobstrução da barra no Rio Grande do Sul vinha de longa data, tendo sido uma das grandes bandeiras de luta do partido Liberal gaúcho, cujo líder, Silveira Martins, celebrizara na frase 'a barra não tem querer'. Embora a modernização do sistema portuário tenha sido uma preocupação do Governo Imperial, o país conheceu poucos avanços nesse sentido... Durante os primeiros anos da administração republicana no Rio Grande do Sul, o problema dos portos e da navegação esteve quase ausente na imprensa oficial, nos debates da Assembléia e nas mensagens governamentais. (1988, p. 147/148).

Sem dúvidas, o porto foi um dos motores da industrialização e do desenvolvimento do Rio Grande ao longo dos séculos XIX e XX, que cresceu e se transformou no principal centro de comércio do período, uma vez que por ele foi escoada grande parte da produção pecuária charqueadora do Rio Grande do Sul,

---

<sup>58</sup>A grande quantidade de areia da localidade, constituindo um obstáculo para a urbanização da localidade é um tema bastante antigo. Viajantes como LUCOCK (1809), SAINT HILAIRE (1820), Arsène ISABELLE (1833-34) e Conde D'EU (1865) que visitaram a cidade em épocas diferentes, abordam o tema em suas obras (ALVES; TORRES: 1995).

levando a um incremento populacional e urbano.

ALVES (1999) caracterizou o século XIX no município de Rio Grande como um período de aprimoramento da organização urbana e prestação de serviços à população transformando a fisionomia da cidade: o aprimoramento do sistema de transportes: ferroviário (Rio Grande-Pelotas); rodoviário (construção de pontes e estradas) e fluvial (já na década de 50 do século XIX, o cais do porto era considerado aquém das expectativas municipais).

No que diz respeito aos melhoramentos urbanos da cidade em 1871 foi criada a Companhia Hidráulica, responsável pelo fornecimento de água. Já, a partir de 1895 a Empresa Asseio Rio Grandense passou a ser responsável pelos serviços de varrição e remoção de lixo e águas servidas.

A historiadora Adriana de SENNA resume esse momento histórico:

O Rio Grande, ao final do século XIX, parecia estar vivenciando um instante único: crescimento econômico, afirmação política, desenvolvimento urbano, aumento populacional. Embora desconhecidos, os dados para este final do século XIX e inícios do XX, estimam uma população em torno de 24.635 habitantes (censo de 1890) alcançando 29.492 em 1900, evidenciando um crescimento de quase 5.000 habitantes em 10 anos, ou seja, um percentual de 19,62%. (2006, p. 158)

Embora o município vivenciasse um período de euforia no que se refere ao crescimento urbano, como esclarece a autora, se verifica que esse crescimento não ocorreu de forma harmoniosa: o historiador Francisco das Neves ALVES (1999) relata que a cidade, embora tenha mudado rapidamente, não conseguia acompanhar o crescimento populacional:

Outro grande limite ao aprimoramento da organização urbana da cidade, além das próprias condições ambientais era rápido o

crescimento populacional, o que não conseguia ser devidamente acompanhado tanto na capacidade dos prédios públicos, quanto na prestação de serviços (1999, p. 42).

Mas, ao mesmo tempo em que ocorria esse incremento populacional e urbano, como relata o autor a cidade foi aos poucos dividindo importância no cenário econômico estadual, com outras cidades que estavam em franco processo de crescimento.

O economista Pedro FONSECA, estudando a economia gaúcha e os conflitos políticos na República Velha (1986) apresentou dados interessantes. Para a realização de sua pesquisa, dividiu o estado, por suas diferenças, em “Norte” e “Sul”: O “Sul” era a zona da campanha; já o “Norte” foi subdividido em duas partes: serra e planalto<sup>59</sup>.

Partindo dessa divisão, o município de Rio Grande, inserido na região da campanha, onde, segundo o autor:

A campanha é de antiga colonização ibérica; é onde, no Império, apareceu o trabalho escravo, principalmente nas charqueadas; durante o século XIX foi a mais importante região gaúcha, onde se desenvolveu a criação de gado. É a zona das estâncias, de economia predominantemente pecuária, onde aparecem o peão, o agregado e outras formas de parceria, todos vinculados ao latifúndio. Municípios típicos dessa região: Alegrete, D. Pedrito, Bagé, S. Gabriel, Itaqui, Quarai e Uruguaiana, entre outros... Os portos de Pelotas e Rio Grande vinculam-se a campanha, sendo os grandes escoadouros de sua produção<sup>60</sup> (1986, p. 27).

---

<sup>59</sup>Segundo Pedro Fonseca, a serra é uma região nova de colonização, praticamente inexpressiva até parte do século XIX. Nessa região estão localizados os imigrantes europeus, notadamente alemães e italianos. Nesse local, predomina a mão de obra familiar e as extensões de terras são menores. Sua principal atividade econômica é a agricultura, geralmente associada à criação de suínos. Entre os municípios com essas características está Guaporé, Caxias dos Sul e Bento Gonçalves.

O Planalto, da mesma forma, apresenta ocupação recente e abrange a região geográfica conhecida como planalto médio, norte das missões e campos de cima da serra. Suas principais características são apresentar pecuária desenvolvida, conjuntamente com produção agrícola. Como exemplo desses municípios, pode-se citar Palmeira das Missões, Cruz Alta e Vacaria (cf. FONSECA: 1986).

<sup>60</sup>Para mostrar como a reordenação na economia, proposta pelo PRR altera o nível de arrecadação dos municípios gaúchos, em 1912 Porto Alegre colabora com 19% da arrecadação municipal; Pelotas

Conforme analisa o autor, o município que pertencia à zona da campanha, sendo o principal responsável pelo escoamento da produção. Zona essa, que teve seu auge de desenvolvimento durante o Império, e que agora na República se encontrava relegada em segundo plano, uma vez que o governo estadual estava dando ênfase aos novos núcleos de desenvolvimento no Rio Grande do Sul.

A importância do porto da cidade para o escoamento das produções agropecuárias do Estado deveria colocar Rio Grande no foco das preocupações econômicas do governo. Então, o efeito lógico seria uma rápida ação governamental para refrear qualquer avanço de doenças. No entanto, conforme já discurremos, a prática política do Estado foi negar os problemas dessa ordem para centrar-se nos investimentos nas áreas administrativas e orçamentárias. Portanto, para o economista, ocorreu uma “reorientação” na economia gaúcha, na República Velha. Os interesses mudaram, ou nesse caso, migraram de região, e, o governo republicano que se instaurou, trocou o antigo sistema de comércio, baseado na demanda de exportações de poucos produtos (charque e couro), rumando para uma economia de policultura, visando o mercado interno, uma vez que esta

é um mero passo para que se busquem evidências de que a campanha está atravessando, durante o período histórico em pauta, uma estagnação econômica frente a serra e o planalto... busca-se comprovar a hipótese segundo a qual o peso relativo de cada região está se alterando durante a República Velha em detrimento da campanha (FONSECA, 1986, p.29).

Essa mudança apontada por FONSECA demonstra uma valorização que o governo deu a determinadas regiões em detrimento a outras. Esse cenário, somado ao fator econômico, associado ainda à visão positivista do governo do Estado em

---

13,4% e Rio Grande 9,8%. Já em 1927, a capital tem sua participação aumentada para 43%, enquanto Pelotas aparece com 6,5% e Rio Grande diminui sua contribuição para 4,6%. (FONSECA: 1986, p. 68)

relação à saúde pode explicar a pouca importância dada à epidemia de peste bubônica que ocorreu em Rio Grande durante dois anos consecutivos: 1903 e 1904.

ALVES (1999) concluiu que o reflexo do crescimento econômico pode ser visto no beneficiamento da área urbana, caracterizando-se o século XIX pela busca de uma organização urbana e de prestação de serviços à comunidade. Nessa perspectiva, diante do “descaso”, ou na desvalorização do governo frente às questões de Saúde Pública em Rio Grande, o ECS se colocou como porta-voz da sociedade, criticando as posturas políticas dos líderes do município e do Estado e propondo soluções para as crises epidêmicas, conforme analisamos no quarto capítulo. Em contrapartida o governo procurava em seus relatórios municipais anuais apresentar um cenário de tranquilidade e limpeza, negando a presença de epidemias na cidade, como será analisado a seguir.



### **3. RELATÓRIOS ANUAIS E A VISÃO OFICIAL: HIGIENE E SAÚDE PÚBLICA EM RIO GRANDE- (1902-1928)**

A intenção deste capítulo foi averiguar o estado sanitário da cidade do Rio Grande, do início do século XX até 1928. Apesar do foco desse trabalho centrar na epidemia de peste bubônica que assolou a Cidade de Rio Grande entre 1903 e 1904, optou-se abordar um período mais amplo com o objetivo de demonstrar que as atitudes do governo local em relação à Saúde Pública municipal não eram isoladas ou próprias de iniciativas individuais, mas sim, dirigidas pela doutrina positivista veiculada pela política castilhista.

Os Relatórios das Câmaras Municipais (RCM) existem no Brasil desde o Império. Instituídos pelo artigo 3º, § 4 da lei número 1593 de três de julho de 1886, seu principal objetivo era mostrar o orçamento provável para o ano seguinte, bem como as despesas com obras públicas realizadas durante o ano. Indicava melhoramentos e tratava dos assuntos que interessavam ao desenvolvimento da municipalidade como o paço, mercado, calçamento, matadouro, cadeia, limpeza, instrução, iluminação, pontes, impostos e obras, além da higiene e saúde pública. Por essa característica descritiva foram considerados durante longo período pela historiografia como o retrato fiel dos acontecimentos.

Atualmente, a historiografia moderna, com sua flexibilidade, os trata como mais uma forma de observar os municípios e as mudanças neles ocorridas com o passar dos anos. Esse novo olhar historiográfico permite que outras fontes históricas sejam tratadas em par de igualdades com os documentos oficiais.

Na presente pesquisa, a intenção de trazer os dados do Relatório, apresentar

a análise dos interesses e da visão dos administradores da cidade durante o início do século XX até 1928 no que se referia à questão da higiene e saúde pública, mais precisamente sobre a epidemia de peste bubônica.

A falta de um serviço organizado de higiene e saúde pública, na cidade do Rio Grande não foi um “privilégio” advindo com a República. O RCM apresentado à Assembléia Legislativa provincial no ano de 1889 (relativo ao exercício do ano anterior) relatava a dificuldade da organização desse aparelho na cidade:

Como voz disse esta Câmara em seu último relatório, e como o tenho dito outras, são fracos, bem fracos, os recursos de que podem dispor os municípios, em relação aos melhoramentos que reclamam incessantemente a saúde e a comodidade pública... Assim, decorrem anos e anos, e vão ficando sempre irremediados os males, que facilmente poderiam ser eliminados, se às municipalidades fossem dados os meios para ocorrer á essas necessidades. Se não acudirdes, decretando medidas prontas e eficazes, os municípios continuarão na sua inglória existência, impossibilitados de progredir, e embora seus representantes tenham os mais sinceros desejos, nenhum melhoramento importante poderão realizar (RCM: 1889, p.1).

Como discorrido na citação, o fator que levava à falta de organização desse serviço era justamente a centralização, tema que já foi debatido nos capítulos anteriores e que impedia que o município tivesse maior autonomia para resolver questões relativas ao aprimoramento do quadro sanitário da cidade.

Uma vez que os serviços de saúde foram passados à municipalidade, com a Constituição de 1891 cabia a ela instituir, normatizar e organizar, fato que não ocorreu 1895, como escreveu o intendente Augusto de Carvalho: “... *deve o município como o mais imediatamente interessado na salubridade pública, instituir o seu serviço congênere*” (RCM:1895 p.4).

Como pode ser verificado no RCM de 1889, ainda no Império, os serviços de saúde pública ainda não haviam sido organizados na província, por estarem atrelados ao governo estadual. Já no RCM de 1895, na recém instaurada República, o serviço ainda não se encontrava implantado.

A saúde pública era, e ainda é intrinsecamente relacionada à higiene. Sendo assim, sem um serviço de limpeza e saneamento urbano, não existia saúde. O crescimento da cidade acarretava em incremento populacional. Advindo de imigração ou migração, chegavam ao município grandes contingentes populacionais em busca de trabalho. Mão-de-obra pouco qualificada, os trabalhadores (em sua grande maioria homens) exerceriam profissões de baixa remuneração e que geralmente exigiam esforço físico: trabalhadores no porto, coleta de águas servidas e construção civil. Esses trabalhadores em via de regra habitavam os locais mais inóspitos (úmidos e pouco arejados e iluminados) e por conseqüência se tornavam as principais vítimas de epidemias, ao mesmo tempo pareciam ser invisíveis na teia da cidade. Em uma cidade que se almejava industrial, não eram esses diaristas que mereciam o amparo da municipalidade:

O progresso industrial e fabril desta cidade é notoriamente grandioso, e cada dia mais se eleva pelo estabelecimento de novas e importantes fábricas. É pois dever da administração municipal providenciar no sentido de facilitar aos proletários meios cômodos de habitação por baixo aluguel, e em condições higiênicas de domicílios. Parece-me que uma lei de isenção de décimas por 10 anos e de todos os impostos municipais que diretamente recaíssem sobre as construções e sobre os materiais nela empregados, animaria os capitalistas a tais edificações (RCM: 1895, p. 14).

### **3.1 A SAÚDE PÚBLICA NO RIO GRANDE NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XX**

No início do século XX, o que salta aos olhos no RCM apresentado ao Conselho Municipal foi a grande quantidade de obras na cidade, visando sua melhoria. Prova disto era o Mercado Público, que nos relatórios anteriores não aparecia de forma significativa, mas neste ano, foi mencionada a necessidade de reforma dos açougues, para que tivessem um melhor aspecto de higiene. Para a efetivação desta reforma, classificada como “indispensável”, sugeriu-se que fosse decretada uma verba específica no futuro orçamento.

As epidemias não eram novidades na cidade: em 1902, conforme consta no RCM a única doença contagiosa que mereceu destaque foi a varíola, que chegou a Rio Grande de navio, desembarcou no porto, e não pretendia ir embora tão cedo. Como bem escreveu Ediná Alves COSTA “*o caminho da epidemia é através do mar e ao tempo que se espalha vai evidenciando a precariedade da organização sanitária municipal*” (1999, p. 109).

Somada a falta de infra-estrutura em saúde a ausência de um delegado de higiene<sup>61</sup>, a situação evidencia o despreparo da cidade em relação às questões sanitárias. Todas as medidas tomadas pela municipalidade ocorreram no sentido de recolher ao Lazareto Estadual os infectados. Em nenhum momento foi relatada alguma ação no sentido de impedir a propagação da doença. Em 25 de novembro

---

<sup>61</sup> No Relatório de 1902 já é comunicada a falta de delegado de higiene na cidade. Fato que já havia sido comunicado ao governo do Estado através do ofício nº19 de 02 de agosto de 1902, onde “... pelas circunstâncias derimentes da nossa situação geográfica, havia imprescindível necessidade da nomeação de um delegado de higiene para esta cidade.” (RELATÓRIO: 1902 p. 3).

do mesmo ano foi pedido ao Diretor Geral de Higiene do Estado, Dr. Protásio Antônio Alves, providências para serem recolhidos ao hospital de isolamento tripulantes e passageiros de embarcações acometidos de varíola.

Para se ter uma idéia da distribuição do orçamento do município, verifica-se que foi destinado para a higiene municipal a quantia de 2:000\$000, para a limpeza geral da cidade e do litoral 32:000\$ e para a Polícia administrativa e Corpo de Bombeiros 160:000\$ (RCM:1902, p. 20).

Outro fator que deve ser levado em consideração foi que embora a verba votada e aprovada para as despesas dessa pasta, fosse de 2:000\$000 foram utilizados apenas 423\$160 (RCM:1903, anexo 2). Além de a verba ser pequena em relação as demais pastas, foi gasto menos de 25% do seu total.

Observa-se dessa forma que assim como ocorria na esfera estadual, a municipal privilegiava a manutenção da ordem em detrimento de outros aspectos como instrução e saúde pública.

Em 1903, o Relatório apresentado ao Conselho Municipal do Rio Grande pelo Capitão Carlos A. Ferreira de Assumpção<sup>62</sup>, Vice-Intendente em exercício. Nesse ano, o abastecimento de água foi considerado pela municipalidade como insuficientes, embora estivessem sendo tomadas providências (RCM: 1903, p7). A falta de saneamento foi mencionada pelo vice-intendente, onde *“concomitantemente a esse resultado [falta água potável] será tratada definitivamente a questão dos esgotos, já cogitada [grifo meu] por essa Intendência, e a qual, bem como a do abastecimento de água, diz respeito o levantamento da planta cadastral e*

---

<sup>62</sup> Carlos Augusto Ferreira de Assumpção (1848-1905) Oficial do exército reformado. Vice-intendente na administração de Juvenal Miller e posteriormente intendente de Rio Grande (FONTOURA: 1985).

*nivelamento*” (RCM: 1903, p. 7).

Através do relato do prócere municipal, se observa que a rede de esgotos estava em fase de planejamento, ou seja, nenhuma medida efetiva havia se concretizado e as águas servidas corriam a céu aberto<sup>63</sup> pelas ruas da cidade facilitando a propagação de diversas doenças.

Também no que dizia respeito à higiene, saúde e assistência pública, *“Estes serviços sempre mereceram a especial preocupação dessa Intendência e de preferência aos demais foram atendidos com a maior solícitude e presteza por parte dos funcionários encarregados da respectiva fiscalização”* (RCM: 1903, p. 12).

Embora o intendente descrevesse que esse serviço merecia um olhar diferenciado das demais pastas, o relatório de despesas efetuadas entre primeiro de janeiro a 30 de junho o contradiz: enquanto foi gasto 2:905\$320 com a higiene municipal, a polícia administrativa recebeu o montante de 76:434\$956 (RCM: 1903, anexo 18).

A diferença gritante de designação de verbas ratifica a idéia de que naquele momento a higiene pública não era uma prioridade no projeto político governamental de inspiração positivista. Naquele momento a ação da municipalidade estava calcada na fiscalização. Não foi relatado nenhum movimento no sentido de construção, manutenção ou educação em relação à saúde pública. Prova disso foram as ações da prefeitura:

mandou-se proceder às visitas domiciliares, recomendando-se à subintendência do 1º distrito que tivesse muita atenção a opinião do médico municipal em relação à higiene dos cortiços, fazendo por ela

---

<sup>63</sup> No município existiam apenas 17 carroças que faziam à remoção do lixo e das areias das sarjetas (RCM: 1903, p. 34).

responsáveis os proprietários de tais habitações que deveriam ser fechadas, se no prazo razoável não fossem observadas as prescrições aconselhadas (RCM: 1903, p. 12).

Essa foi a primeira vez que nos RCM foram citados os cortiços. Retratados como um local profícuo para o aparecimento de diversas doenças contagiosas como a varíola, a febre amarela, a tuberculose e a própria peste bubônica. A partir deste ano, nenhuma casa de moradia uma vez desocupada, poderia ser novamente alugada sem que fosse previamente inspecionado pela intendência para verificação de suas condições de limpeza e segurança<sup>64</sup> (RCM: 1903, p. 12).

Nesse ano, embora o jornal ECS mostrasse o grande número de casos de peste bubônica que assolaram a cidade, o RCM não trouxe nenhuma notícia sobre a doença. Sequer a varíola, que no ano anterior mereceu destaque foi mencionada nesse ano.

Tentando manter a limpeza da cidade, convidou-se, através da imprensa, os proprietários de prédios a pintarem com cal (caíarem) os mesmos em um prazo de 10 dias. Também os serviços de limpeza das praças, ruas, remoção do lixo, material fecal e águas servidas foram realizadas com regularidade, conforme o intendente (RCM:1903,p.4).

Em 1904, o relatório apresentado pelo intendente Capitão Carlos Augusto Ferreira de Assumpção mostrou que a criação do serviço de Assistência Pública gerou bons resultados, uma vez que realizou seus serviços com a máxima presteza

---

<sup>64</sup> O ECS publicou nota nesse sentido: “o vice-intendente mandou publicar no órgão oficial um edital, declarando que nenhuma casa de moradia, uma vez desocupada poderá ser novamente ocupada sem que previamente seja inspecionada pela intendência, para julgar suas condições de higiene e segurança (ECS: 04 de março de 1903, nº 52)”

no transporte dos doentes, nos períodos de epidemias ou de doenças contagiosas para o Lazareto Estadual. Ficou registrado ainda o recebimento de 27 tubos de *serum anti-diphtherico de Roux* (contra difteria), remetidos pela Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (RCM: 1904 p.13).

Se observa, então, que a atribuição principal do Serviço de Assistência Pública era o transporte de pessoas infectadas para o isolamento, embora o intendente não mencione qual epidemia ou quais doenças passíveis de contágio assolaram os rio-grandinos naquele ano.

No que se referia à higiene, os funcionários do município vistoriavam diariamente casas e cortiços que se desocupavam, obrigando seus moradores a observarem o asseio. Conforme o intendente: *“são dignos de ser aqui mencionados os serviços prestados pela polícia municipal, quer em relação ao isolamento de doentes tratados em domicílio, quer mesmo em relação ao transporte dos que tem sido recolhidos ao lazareto, sempre solicitamente atendidos quando requisitados”*. (RCM: 1904, p.26)

Em nenhum momento a peste bubônica foi relatada. Embora não seja diretamente relacionada, o próprio RCM deixa “indícios” de que o quadro da saúde pública no município não estava “normal”, como o intendente descrevia: a abertura de um lazareto estadual só era realizada em casos de necessidade, já que a municipalidade, mesmo sendo uma cidade portuária **não dispunha de um hospital de isolamento**. Outra “pista” era a agilidade com que os infectados eram levados para esse estabelecimento.

Quanto ao Lazareto, o RCM não descreveu como eram feitos os



atendimentos, as instalações e nem quem eram os médicos responsáveis pelo estabelecimento.

Conforme o prócere municipal transcorreu de forma normal o serviço de limpeza das ruas e praças e a remoção de lixo das habitações foram utilizados para aterro das ruas. Os serviços de transporte de materiais fecais e águas servidas também foram realizados regularmente. Dejetos que eram depositados em cubos (ou cabungos), transportados e jogados na mesma água que a população bebia (RCM: 1903,p.14).

No ano de 1905, o intendente municipal era o Capitão Juvenal Octaviano Miller<sup>65</sup>, que reuniu em um só título no RCM os serviços de água e esgotos da cidade (anteriormente constavam como rubricas separadas), porque a seu ver ambos eram indispensáveis.

O intendente teceu críticas ao pensamento comum de que a municipalidade dispunha de dinheiro com facilidade, e que a população estava convencida que o tesouro público era inesgotável. Segundo ele a população estava enganosamente persuadida de que a função do administrador moderno era realizar obras, calçar ruas, abrir novas avenidas, gerar empregos e movimentar o comércio. Ocorria que o fomento para tais empreendimentos era proveniente do tesouro municipal, sendo que cada vintém gasto, deveria ser repostado pelo próprio contribuinte, que reclamava dos altos preços dos impostos (RCM: 1905, p.3).

Novamente se pode verificar o posicionamento filosófico-político do PRR no comedimento das despesas públicas. Justificou seu posicionamento alegando que a

---

<sup>65</sup> Juvenal Octaviano Miller (1866-1909) Engenheiro Militar, ex deputado estadual e federal. Administrou Rio Grande entre 1905 e 1909. No ano de seu falecimento acumulava as funções de Intendente do Rio Grande e Vice-Presidente do Estado.

população reclamava do aumento de impostos.

Para o chefe da municipalidade, uma cidade da magnitude de Rio Grande não poderia ser abastecida

com um fornecimento de água miserável, pela insuficiência da distribuição, também lhe é impossível continuar com o atual serviço de remoção das matérias fecais e águas servidas, primitivo e excessivamente prejudicial, embora seja ele, dos congêneres por mim conhecidos nas demais localidades, um dos mais bem administrados...Fazer o contrato de águas, excluindo o serviço de esgotos, será protelar por largos anos empreendimento quase tão necessário como aquele, prolongando o vexatório sistema que tanto deprime e que já foi objeto de justas recriminações no seio da Associação Comercial (RCM: 1905, p.4).

Segundo Juvenal Miller, em uma cidade como Rio Grande que naquele momento possuía aproximadamente 38.000 habitantes seria impossível organizar o serviço de esgotos o sem estruturar o de águas servidas. Caso contrário teria dois destinos o esgoto: ou seriam lançados às ruas, incomodando os pedestres, ou, o que seria mais grave, os resíduos ficariam alojados nos quintais das residências transformando-se em focos de doenças. (RCM: 1905, p. 5).

Como a municipalidade não dispunha de dinheiro suficiente para tal empreitada, este serviço deveria ser entregue à terceiros<sup>66</sup>. O engenheiro Rodolpho Ahrons, em 1895 havia feito um projeto, mas, o intendente anterior, Carlos Augusto Ferreira de Assumpção, criticou-o e engavetou-o. A cidade ficou então sem este serviço, uma vez que inexistiram outros projetos.

---

<sup>66</sup> Por este projeto “a captação da água far-se-ia na Ilha dos Marinheiros e a rede de esgotos seria do sistema unitário, isto é, as galerias subterrâneas receberiam não só os materiais fecais e águas servidas, como também as pluviais” (RCM: 1905, P. 5)

No que dizia respeito à saúde, higiene e assistência pública, o intendente chamava a atenção para o porto da cidade, que era visitado diariamente por navios de diferentes países, e estava suscetível à proliferação de doenças contagiosas. Somando-se a isto, *“o aumento da população em geral, e da operária, que está antes acampada do que domiciliada em nosso meio, tem fornecido campo bem vasto e apropriado ao incremento de doenças epidêmicas”* (RCM: 1905, p.8).

Pode-se observar sua preocupação com dois entraves para a urbanização da cidade: os cortiços e as epidemias. Embora ele conhecesse a equação: más condições de moradias e alimentação, somadas a poucos recursos higiênicos fosse igual ao alastramento de doenças epidemias, novamente se observa o silêncio dos administradores sobre o assunto.

Quando se referia ao abastecimento da água na cidade, foi bastante contundente em relação às críticas que a população teceu a este serviço:

E para consolo de certos espíritos impacientes devemos lembrar que grandes centros, mesmo europeus, conservam-se até hoje em estado idêntico, ou talvez inferior ao da nossa cidade. Basta lembrar que bairros inteiros de capitais européias ainda fazem o despejo das imundícies em fossas fixas e que Paris, a capital do mundo, fornece à população a nauseabunda água do Senna. Apelamos para o futuro, certos, porém, que o presente não é dos mais deprimentes em confronto com velhas cidades dos países mais cultos (RCM: 1905, p. 9).

O Capitão Juvenal Miller esclareceu ao Conselho Municipal que considerava inaceitável querer atribuir o incremento da varíola, que foi a única epidemia que conseqüências maiores trouxe às condições pouco salubres de Rio Grande, embora admitisse que tivesse havido vítimas. Em seu ponto de vista, se já não bastasse o medo real da doença, os jornais tinham sua parcela de culpa neste estado de

tamanha preocupação em que se encontrava a população:

Demais, essa a que desgraçadamente assistimos, teve a aumentar o seu ciclo devastador, o abatimento moral produzido na massa geral da população pelo alarma alviçareiro da reportagem moderna. A emoção oriunda dessa campanha trouxe tal perturbação aos espíritos que a única preocupação constante, invariável, era a moléstia reinante. Não houvesse os interessados em alvejar as autoridades republicanas, exagerando os fatos, alarmando a população, e teria a moléstia passado quase desapercibida, como as numerosas vezes que tem irrompido nesta cidade. E não foi só os domiciliados aqui que sentiram os calafrios do pânico; ao longe, o efeito desta triste tarefa fez supor que morria-se aos montões, em completo abandono ( RCM:1905, p. 9).

Segundo ele, o alarde que os periódicos teceram a respeito da epidemia foi tamanho que o vice-diretor do Instituto Vacínico do Rio de Janeiro, Dr. Henrique Toledo Dodsworth determinou auxílio à população rio-grandina: a vacinação<sup>67</sup>, que conforme o intendente já era realizado em larga escala, recebeu naquele momento um incremento extraordinário (RCM: 1905, p.9).

A vacinação foi tratada, ao longo dos anos nos RCM de forma genérica uma vez que não são especificados para qual doença ocorreu à imunização.

Além do representante do Instituto da Capital Federal vieram à cidade para averiguar o grau de calamidade o Diretor Estadual de Higiene, Dr. Protásio Alves e seu Secretário, Flores Soares (RCM: 1905, p.6). Durante a epidemia de 1903 e 1904 não se teve notícia de que o Diretor Estadual de Higiene tenha vindo a cidade, somente enviado telegrama para o intendente para saber se ainda existiam casos de

---

<sup>67</sup> A vacinação, neste momento já era reconhecida conforme opinião dominante do corpo médico como um enérgico meio profilático contra a varíola, mas como não era obrigatória, não alcançava a totalidade da população (RCM: 1905, p. 9).

peste bubônica na cidade<sup>68</sup>.

Para o intendente, a doença só tomou contornos de epidemia nas páginas dos jornais. Pode-se verificar nesse posicionamento uma crítica a imprensa, leia-se também ao ECS que criticava a postura do governo no que se referia ao trato com a saúde pública.

Embora a lei nº 19, de 12 de janeiro de 1897, estabelecesse ao encargo do Estado providências de caráter defensivo, contra enfermidades exóticas, a intendência não poupou esforços para debelar a epidemia de varíola. Além dessa, ocorreram neste ano apenas cinco casos de tifo, o que levou a municipalidade a julgar como boas as condições de salubridade geral de Rio Grande (RCM: 1905, p. 10).

No tocante à limpeza pública, o lixo das ruas (materiais fecais e águas servidas) e das casas, que antes era enterrado, passou a ser incinerado ao ar livre, uma vez que faltou verba para a construção de um forno de encinamento<sup>69</sup>.

No RCM apresentado ao Conselho Municipal em 1906, afirmou-se que era lisonjeiro o estado sanitário do município, uma vez que foram contabilizados apenas 151 casos de varíola, epidemia que vitimou a cidade, como se observa: *“propagou-se, é verdade, infelizmente com algum vigor, ceifando vidas preciosíssimas; mas aos estragos das epidemias, tremendos desequilíbrios devastadores, todas as cidades estão sujeitas”* Este resultado só foi possível graças à presteza do serviço de Saúde do Porto e da “vigilante” Delegacia de Higiene, concluiu o intendente. Resultado

---

<sup>68</sup> O telegrama que foi alvo de críticas pelo ECS, será abordado no último capítulo.

<sup>69</sup> A importância da aquisição de um forno para incinerar o lixo está no fato de que tal equipamento trabalha com temperatura elevada, conseguindo assim matar grande parte dos micro-organismos existentes nestes materiais.

considerado lisonjeiro para uma cidade com quarenta mil habitantes (RCM: 1905, p. 9).

Nesse ano, o intendente alertou para o crescimento do número de casos de tuberculose, denominada no RCM como “*flagelo universal*” (RCM: 1906,p. 6) vitimou cento e sessenta e quatro habitantes <sup>70</sup>. Não foi registrado nenhum caso de peste bubônica e apenas quatro de febre tifóide, dados que permitiram que expressasse sua satisfação pelo estado sanitário da cidade, embora reconhecesse que o serviço de assistência pública ainda não estava organizado devidamente: “*A análise da sinopse que vimos comentando evidencia, mais uma vez, que a nossa cidade não pode ter os foros de insalubre que lhe quiseram emprestar por ocasião da epidemia de varíola*”(RCM:1906, p.6).

Foi a primeira vez que o intendente mencionou a peste bubônica. Novamente aparecem “indícios” do quadro de saúde pública de Rio Grande: em nenhum relatório anterior a doença foi descrita. Nesse ano, que teoricamente não ocorreu nenhum caso não teria necessidade da doença ser mencionada.

Foi adquirido um carro para a remoção dos enfermos à Santa Casa de Misericórdia<sup>71</sup> (RCM: 1906, p. 6). A remoção era feita até então pelos carros da polícia, que também eram utilizados para o transporte de presos o que demonstra que desconheciam ou desprezavam as formas de transmissão das doenças infecto contagiosas.

---

<sup>70</sup> Segundo dados do Relatório o total de falecimentos no ano de 1905 em Rio Grande foi de 1275, sendo 164 de tuberculose. Isto significa que mais de 10% dos casos de óbito da cidade ocorreram por esta doença.

<sup>71</sup> Em 02 de maio de 1841, a Irmandade do Espírito Santo e Caridade se transformou na Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande. No final do mesmo ano passou a administrar o cemitério do Bonfim. Ao longo dos anos, essa foi a principal instituição de tratamento dos doentes. Na ausência de um Lazareto, durante os períodos de epidemia, um pavilhão da irmandade era destinado para o tratamento dos doentes - Pavilhão de isolamento.

No que tangia à limpeza da cidade, Juvenal Miller, relatou que fazia o que era possível por uma cidade que embora tivesse quarenta mil habitantes<sup>72</sup> não possuía rede de esgotos e o projeto de construção de um incinerador de lixo ainda estava em estudos. Dessa forma a queima dos dejetos era realizada ao ar livre<sup>73</sup>.

Através do Boletim Anual Estatístico Demográfico-Sanitário, pode-se verificar as causas das mortes, idade, raça<sup>74</sup>, nacionalidade, estado civil e lugar de falecimento das vítimas. Analisando estes dados observa-se que, em 1906, faleceram na cidade mil duzentos e setenta e cinco pessoas sendo que as doenças que mais ceifaram vidas demonstrado no gráfico número 1:

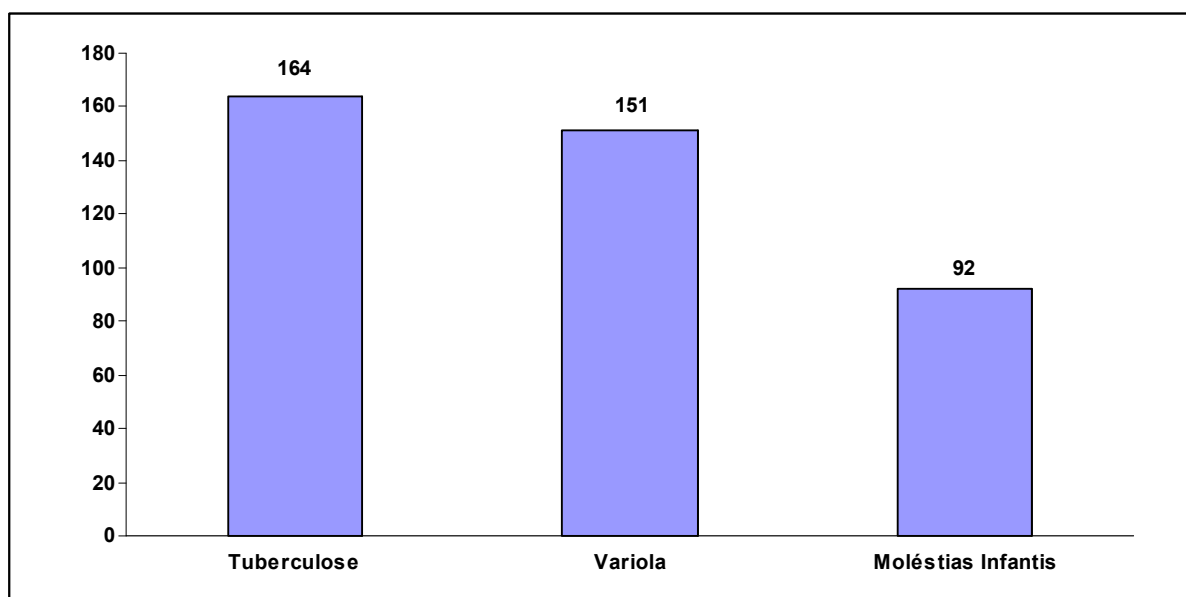


Gráfico 01 - Estatística Demográfico-Sanitário 1906  
Fonte: RCM:1906

Pode-se observar que a doenças que mais vitimaram no município foram a tuberculose com cento e sessenta e quatro casos; varíola cento e cinqüenta e um e

<sup>72</sup> Desse total trinta e duas mil pessoas viviam na cidade e oito mil no interior do município (RCM: 1906, p. 6)

<sup>73</sup> O motivo pelo qual não foi realizada a compra do forno é a natureza topográfica da cidade. Juvenal Miller relata que está sendo experimentado em São Paulo um novo tipo de forno "Meldrum", o qual colherá maiores informações.

<sup>74</sup> O Boletim anual de estatística trabalha com três tipos de raças: branca, preta e mista.

as moléstias de infância com noventa e dois óbitos. Juntas, essas doenças totalizaram quatrocentas e dezessete mortes ou 32,9% do total de óbitos. Embora representassem praticamente um terço da totalidade de vítimas fatais, não receberam maiores explicações no referido documento.

Analisando estes números pode-se verificar que depois da tuberculose, a doença que mais vítimas fez na cidade foi a varíola. Se observarmos que esta doença se alastrava facilmente em ambientes pequenos que vivam em casas pequenas, e com um grande número de pessoas dormindo em um mesmo lugar, pode-se imaginar o quanto se alastrou na cidade de forma velada, uma vez que não se conseguia diagnosticar neste período os casos iniciais seja pela dificuldade financeira da população em procurar um médico, seja pela procura de outros profissionais licenciados na arte da cura que pouco podiam fazer nesses casos. Embora sendo uma doença de fácil contágio, já havendo vacina contra a doença desde 1796<sup>75</sup> (ROSEN: 1994, p. 145).

Já no caso da tuberculose, deveriam ser levados em consideração a confluência de vários fatores como; não haver uma rede de esgotos, o lixo ser queimado a céu aberto na cidade; o bacilo responsável pela tuberculose ser transmitido facilmente pelo doente, e a grande maioria dos tuberculosos faleciam nas suas casas sendo cuidados por seus parentes.

As moléstias infantis eram ocasionadas, além da falta de assistência médica, por alimentos em precários estados de conservação que eram comercializados e consumidos, principalmente pela população de baixa renda.

---

<sup>75</sup> O médico Eduard Jenner (1749-1823) médico inglês que inoculou indivíduo são com matéria vacinal de uma pessoa que contraiu a varíola naturalmente, nascendo assim a vacina "Janneriana" (ROSEN:1985,p. 145).



Nota-se que é formado então um processo cíclico: a população de baixa renda que habitava residências com precárias condições higiênicas e se alimentavam mal eram o alvo preferido de doenças e epidemias. Como o município não possuía um serviço de assistência estruturado para o atendimento, essas pessoas geralmente recebiam os cuidados em suas residências. Locais, que como já mencionado eram mal ventilados, iluminados, e sem recursos higiênicos, servindo assim como foco de contágio para os demais moradores, continuando assim o ciclo da doença.

No relatório de 1907, apresentado pelo Capitão Juvenal Miller mostrou que a larga escala da tuberculose na cidade havia sido motivo de apreensão.

É esta, portanto, das moléstias contagiosas, a que precisamos combater com decidido fervor, procurando por todas as formas compreender às classes menos cultas as reais vantagens dos cuidados higiênicos profiláticos. Dói ver o povo, por ignorância, ou por criminoso descuido, sonegar à vigilância dos empregados da higiene as roupas e demais objetos de uso das vítimas, concorrendo assim para a disseminação do terrível mal... o Estado é um agente ativo do progresso, podendo secundar com vantagem os esforços individuais. (RCM: 1907, p. 5)

Observa-se na fala do intendente mais um preceito do positivismo: o bem comum constituindo-se como um valor mais importante do que as necessidades individuais. Embora os pertences de um tuberculoso fizessem falta às famílias com poucos recursos financeiros, essas deveriam doá-los em benefício do bem comum - a profilaxia da doença.

Na tentativa de solucionar esse problema de saúde pública, julgando que o governo municipal deveria despertar a iniciativa particular, e possuindo um corpo médico de preparo científico, o intendente destinou auxílio dos cofres municipais (três contos de réis) para a organização da Liga Contra a Tuberculose (RCM: 1907,

p. 6). Também foi criado neste ano, através do Decreto nº 31 de 30 de novembro de 1906, a Assistência Municipal, que tinha como modelo a existente em Porto Alegre (RCM: 1907, p. 7).

O mapa Anual Estatístico Demógrafo-Sanitário de 1907, contabilizou mil duzentos e cinquenta e cinco óbitos. Dentre este total, cento e oitenta e nove foram vítimas de à tuberculose e as moléstias especiais da infância fizeram cento e quinze casos.

No RCM do ano de 1908, o intendente municipal discorreu que embora tenha se empenhado em formar um serviço modelo de assistência municipal, as condições financeiras da cidade o impossibilitaram. Mas, através do decreto nº 31 de 30 de novembro de 1906, criou o corpo de guardas fiscais, cujas atribuições eram, entre outras:

- 2º- Fiscalizar o serviço de limpeza da cidade, comunicando em parte, as irregularidades observadas, que serão transmitidas ao administrador da limpeza e á Empresa pelo Inspetor, que dará ciência ao intendente.
- 3º- Rondar a zona respectiva, providenciando para que os habitantes não se sirvam da via pública para despejos de imundícies quaisquer, com exceção das águas de lavagem que poderão espalhar nos centros das ruas.
- 4º Fazer as observações ao público com a máxima urbanidade, multando no caso de reincidência e de desrespeito à autoridade de que se acham investidos.
- 5º- Obrigar os empregados da limpeza a irem buscar o lixo no interior das habitações, não permitindo o depósito nos passeios ou em ruas
- 7º- Proceder das 10 horas em diante, as revistas domiciliares, tomando nota das habitações que não se acharem nas condições higiênicas, para serem essas observações transmitidas à Diretoria de Obras e da falta de limpeza nas ruas e quintais, a fim de pedir providências a Administração da Limpeza. (RCM: 1908, p. 5)

Verifica-se que o novo serviço criado pela prefeitura tinha atribuições eminentemente fiscalizadoras e punitivas. Nele havia pouco espaço para a educação

e a conscientização da importância da prevenção da saúde. Novamente se observa a manutenção do pensamento positivista onde a saúde pública não se apresentava como prioridade: ao invés do governo investir recursos municipais em melhorias urbanas, optou por organizar um corpo de guarda, que inclusive traria divisas para o município com a arrecadação de multas para quem não observasse as normas higiênicas.

Juvenal Miller justificou a formação desta guarda após tomar conhecimento de casos de infecção e por estar convencido de que as epidemias não comportam *“sistematização científica no meio de evitá-las, julgo, entretanto, que aos governos cumpre, sem alarmes e sem imposições vexatórias, tratar de fazer desaparecer tudo quanto possa contribuir para o desenvolvimento destes tremendos desequilíbrios”* (RCM: 1908, p. 6).

Por este regulamento, caberia ao Serviço de Assistência Pública: socorrer e atender vítimas de acidentes em vias públicas, fábricas, oficinas, teatro, circo de touro, circo de cavalinhos, hospedarias, botequins e embarcações ancoradas no porto; obter da Santa Casa de Misericórdia auxílio médico e farmacêutico; prestar socorro aos funcionários da intendência bem como de seus familiares; verificar e exumar os óbitos ocorridos sem assistência médica e notificar ao serviço de Higiene do Estado os casos de doenças contagiosas.

Finalizou o RCM esboçando que embora Rio Grande estivesse em contato com portos<sup>76</sup> assolados por doenças contagiosas, *‘não existia até o momento nenhuma epidemia que pudesse perturbar a marcha regular da cidade’* (RCM:

---

<sup>76</sup> Embora só vá especificar no RCM de 1928, o intendente estava se referindo especificamente ao porto argentino da cidade de Rosário, de onde se importava a farinha de trigo. Nas sacas desse farináceo foram encontrados ratos transmissores da peste bubônica.

1908, p 7) como se apresenta no gráfico demógrafo-sanitário número 2:

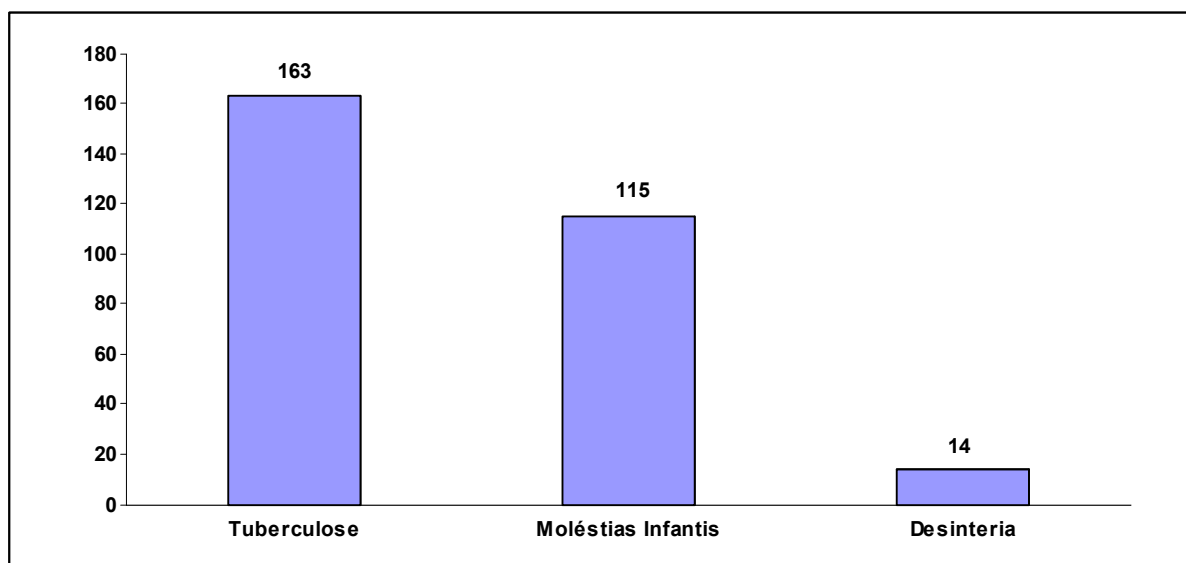


Gráfico 02 - Estatística Demógrafo-Sanitário 1908  
Fonte: RCM:1908

Verifica-se que novamente a tuberculose foi a doença que mais vítimas fatais trouxe a cidade (cento e sessenta e três casos). Sozinha fez mais vítimas do que as moléstias infantis (cento e quinze) e a desintéria (quatorze casos) juntas. Não foi tecido nenhum comentário sobre essas moléstias por parte do intendente.

O interessante é que ambas as doenças contribuíram para o aumento do número de óbitos no município, constando sempre entre as enfermidades que mais fizeram vítimas fatais. A intendência, no entanto, vai se limitar a fazer breves comentários, não tomando providências no sentido de diminuir esses números.

Quem apresentou o RCM de 1909 foi o vice-intendente do município Rozalvo Azevedo (em virtude do falecimento de Juvenal Miller). O intendente foi bastante sucinto ao se referir aos serviços de assistência pública: limitou-se a escrever que a fiscalização das ruas foi realizada pelo corpo de guardas criado no ano anterior, e

que os serviços de remoção de lixo<sup>77</sup> e a varredura das sarjetas foram realizados de forma irrepreensível.

Os RCM não teceram nenhum comentário sobre o estado sanitário do município e também não relatou nenhuma doença que tenha causado apreensão á salubridade pública.

### **3.2 A SAÚDE PÚBLICA NO RIO GRANDE NA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XX**

A prestação de contas da Intendência para o Conselho Municipal em 1910 foi feita por Trajano Augusto Lopes<sup>78</sup> novo intendente. No que se referia à limpeza da cidade afirmou: *“a cidade conserva-se rigorosamente limpa, o que concorre, de par com suas apreciáveis condições climatológicas e com a ação vigilante exercida pela operosa e competente Delegacia de Higiene, para que se torne inacessível à invasão de moléstias epidêmicas, que aqui não proliferam”* (RCM: 1910, p. 11).

Da forma como foi apresentado no relatório, a cidade se manteve “limpa” por dois motivos: o primeiro era o clima favorável (litorâneo), e o segundo foi a Delegacia de Higiene, que conforme o relatório de 1908 possuía atribuições fiscalizatórias.

Para que Rio Grande fosse uma cidade livre de epidemias o serviço de limpeza urbana era realizado da seguinte forma: diariamente o lixo era removido das

---

<sup>77</sup> Todo o lixo removido das ruas era queimado. Neste ano foram incineradas 9.564 carroças de lixo, cujo material restante foi aproveitado para o aterramento das ruas da Cidade Nova.

<sup>78</sup> Trajano Augusto Lopes (1868-1912) Cirurgião dentista e fazendeiro. Natural de Rio Grande, foi eleito no ano de 1909 para completar o mandato de Juvenal Miller. Assim como seu antecessor, governou até seu falecimento quando ocupava os cargos de Intendente e deputado da Assembléia dos representantes do Estado (FONTOURA, 1985, p. 20).

residências por trinta e sete carretas e, incinerados ao ar livre. Os resíduos eram destinados ao aterro de localidades pantanosas. Também, a varredura das ruas, a partir desse anos passou a ser realizada à noite para evitar os danos causados pela poeira. O lixo resultante desta coleta continuou sendo queimado e jogado à beira mar.

O intendente esclareceu o Conselho Municipal que as obras de higiene pública, relacionadas com o serviço de água e esgotos não sairiam do papel tão cedo. Todo o projeto relacionado ao saneamento da cidade, deveria, por via de regra, ser aprovado pelo Governo do Estado, na pessoa do Dr. Francisco Saturnino de Brito<sup>79</sup>, que aprovou o projeto de reformulação da rede de esgotos, mas não o de fornecimento de água. Sem a remodelação deste serviço, as águas servidas continuam se acumulando nas sarjetas.

De forma geral Trajano Lopes considerou o estado sanitário da cidade lisonjeiro, contribuindo para isto a ação do delegado estadual de Higiene, Dr. Euclides Miró Alves, que agindo em consonância com o poder municipal, recebia as notificações de casos suspeitos e agida com proibidade (RELATÓRIO: 1910, p.27).

Os RCM dos anos de 1911 e 1912 foram apresentados em conjuntos pelo novo intendente da cidade, Cel. Augusto Álvaro de Carvalho<sup>80</sup>. Neste ano, novamente entrou em pauta a remodelação da rede de água e esgotos. Para a realização da obra foi aberto o edital nas cidades de Rio Grande, Porto Alegre e Rio de Janeiro, não havendo, no entanto, interessados. Relembrou que desde 1884,

---

<sup>79</sup> Saturnino de Brito foi o engenheiro autor dos projetos de saneamento das cidades de Santos e Recife.

<sup>80</sup> Augusto Álvaro de Carvalho (?-1914) Eleito para administração municipal entre 1912-1916. Exerceu suas funções até 1913, quando retira-se da vida pública para tratamento de saúde na capital. (FONTOURA: 1985, p. 20).

quando ocupou o cargo de intendente municipal pela primeira vez, já havia dirigido mensagem ao Conselho Municipal a este respeito:

Esta intendência está convencida da necessidade do estabelecimento de esgotos nesta cidade, como o único meio de se conseguir um serviço de asseio perfeito e cômodo para a população, o qual além de corresponder às exigências da higiene, importará, ao mesmo tempo num melhoramento de grande valor material para a cidade... Sendo a água um elemento indispensável á vida e á higiene, torna-se necessário fornece-la em abundância a população, máxime na estação calmosa; e não o fazendo a atual Companhia Hidráulica na medida das necessidades da população, que por isto justo e gerais clamores tem levantado, esta intendência está resolvida a abrir concorrência para o abastecimento do precioso e dispensável alimento (RCM: 1912, p. 10)

Conforme se pode observar, a intendência já era sabedora, há mais de doze anos da precariedade dos serviços de água e esgotos. Necessidade que era protelada por motivos financeiros e até mesmo burocráticos, como no ano anterior que o projeto foi aprovado parcialmente. A realização dessas obras em muito melhoraria o estado sanitário da cidade. Situação que piorava com a chegada do verão e a conseqüente diminuição das chuvas.

A municipalidade reconhecia como lícita à reivindicação dos munícipes de escassez de água e esgoto. Além de constatar que a falta deste serviço contribuía para um estado sanitário precário, o que não era compatível com uma cidade do tamanho de Rio Grande (RCM: 1912, p.9).

Como única solução possível para o problema, Augusto de Carvalho cogitou encampar a Companhia Hidráulica Rio-Grandense, medida esta que ia ao encontro a pensamento do governo estadual (RCM: 1912, p. 10).

As habitações coletivas continuaram sendo foco de preocupação. Nesse

momento o município possuía cento e sessenta cortiços. Desses, cento e trinta e nove estavam localizados no centro da cidade e vinte e um na Cidade Nova, com um aspecto pouco convidativo para a hospedagem:

*É asçoroso e desolador o aspecto da maioria dessas habitações, sob cujos tetos, numa promiscuidade atentatória da higiene, se abrigam centenas de indivíduos...Em benéfica convergência de esforços, esta intendência e a operosa Delegacia de Higiene Estadual vão proceder a rigorosa inspeção nessas habitações, condenando à imediata demolição ou a radical saneamento aquelas que não se acharem em condições de serem habitadas (RCM: 1912, p. 35).*

A situação destas habitações há muito já vinha sendo observada pelos fiscais da intendência, como noticiado nos relatórios anteriores a falta de higiene destes locais. A novidade agora era que a intendência municipal pretendia construir pequenas casas cujo aluguel a ser cobrado, corresponderia ao juro do capital empregado, ou seja, sem visar lucro (RCM: 1912, p. 35).

O relatório do ano de 1913 mostrou um recrudescimento da ação fiscalizatória em relação à saúde pública. Uma vez que a *“cidade ainda não possuía rede de esgotos, a população fazia os despejos em via pública, apesar da ação repressiva exercida pela municipalidade”* (RCM: 1913, p. 13). Além da municipalidade não garantir à população uma rede de esgotos, esta ainda corria o risco de ser punida em caso de despejo deste material nas ruas da cidade. Foi adquirido da Europa<sup>81</sup> uma vassoura mecânica para limpar as ruas.

A questão da qualidade dos domicílios voltou à pauta, sendo realizadas pela Diretoria de Higiene duas mil e noventa e oito vistorias. Deste total, duzentos e

---

<sup>81</sup> Não ficou especificado no RCM de qual país europeu foi adquirido o maquinário para a varrição das ruas da cidade.



dezenove eram cortiços, sendo que cento e quarenta e nove estavam em más condições de habitação e dois foram condenados á demolição por serem considerados inabitáveis. Também quatrocentos e oitenta e cinco moradores foram intimados por esta diretoria para observarem mais os preceitos higiênicos (RCM:1913, p.14). Nota-se com nesses números uma fiscalização ofensiva nestas habitações de alugueis, pois eram alvo de praticamente 10% do total de visitas domiciliares.

No RCM foi estabelecido um perfil dos agentes de saúde municipais: homens que serviram ao Exército ou a Armada e que possuíam boas referências de conduta. Da mesma forma, especificou que severas medidas eram tomadas, quando ocorria abuso de poder ou conduta inapropriada ao cargo, chegando até mesmo à exclusão da corporação. Prezando a disciplina e a moralidade da instituição foram excluídos 42 agentes, sendo que muitas exonerações foram precedidas por prisão correcional.<sup>82</sup>

O relatório do ano do início da I Guerra Mundial foi apresentado pelo Capitão Alfredo Soares do Nascimento<sup>83</sup>. Alegou ter aumentado o serviço da inspetoria de higiene em virtude das obras realizadas na barra e no porto. Das duas mil cento e noventa e oito vistorias sanitárias realizadas em locais comerciais, sendo que cento e dois prédios sofreram limpeza radical e dois foram condenados à demolição (RCM: 1914: p.8).

Críticas foram tecidas à empresa Asseio Público que realizava o serviço de

---

<sup>82</sup> Não fica explícito se estas expulsões foram o somatório desde a criação da Inspetoria em 1908 ou refere-se somente ao exercício de 1913.

<sup>83</sup> Alfredo Soares do Nascimento (1863-?) Engenheiro militar reformado. Foi intendente provisório, mas posteriormente, eleito e reeleito duas vezes, para ocupar tal cargo. (FONTOURA: 1985, p. 13).

limpeza urbana de forma irregular, sendo freqüentes as reclamações. Visando providências, a diretoria de higiene por diversas vezes advertiu a referida empresa, sem sucesso, sendo obrigada inclusive a impor-lhe multas, medida não satisfatória uma vez que reincidiu em suas faltas. Existia ainda um outro agravante: não havia um contrato a ser cumprido, passando o proprietário então a cuidar mais seus próprios interesses do que a salubridade pública. Dr. Nascimento propôs então, a organização de um serviço idêntico pelo município, aguardando para isto, a autorização da Câmara de Vereadores (RCM: 1914: p.9).

Em 1915, a varíola voltou a Rio Grande. Os pacientes foram atendidos pelo Dr. Leonel Gomes Velho, chefe da Inspetoria de Saúde dos Portos do Estado e pelos Drs. Euclides Miró Alves e Augusto Raphael Garcia de Araújo, respectivamente diretor e ajudante da Diretoria de Higiene e Assistência Pública.

Pensando não ser apenas competência do município agir em tais situações, foi solicitado auxílio às instâncias superiores: desta forma, em 08 de setembro de 1914, o Presidente do Estado decretou a abertura do Lazareto Estadual, destacando o Dr. Miró Alves como responsável. Desde sua abertura, até 30 de setembro foram registrados vinte casos da doença. O Hospital de Isolamento foi fechado em 14 de outubro, uma vez que o ciclo da doença havia entrado em declínio.

Em dezembro, novamente a mesma doença visitou a cidade. O Governo do Estado destacou então o Dr. Ivo Courseuil para averiguar *in loco* a situação epidêmica. A contrapartida municipal seria fornecer mão de obra especializada: abriu-se concurso público para o preenchimento de vagas no corpo de guardas fiscais e auxílio em materiais (RCM: 1915, p.9).

Percebe-se que embora fosse uma cidade portuária, Rio Grande não estava devidamente preparada para surtos epidêmicos, uma vez que foi necessária a abertura de concurso para o preenchimento destes cargos. Sabe-se que todo o processo seletivo tinha um caminho burocrático a ser percorrido, então, enquanto os tramites legais eram realizados, a varíola passeava livremente pelas ruas do município. Fato esse que reintera a idéia de permanência no que se refere as prioridades governamentais: mais de dez anos se passaram desde os primeiros casos de epidemia de peste bubônica e a cidade ainda não estava apta para trabalhar com as urgências em saúde pública.

Como estas medidas não surtiram efeito, entrou em vigor a lei nº 124 de 27 de julho de 1914, que autorizou a intendência a utilizar dos cofres municipais a quantia de 10:000\$00 para o referido fim. Ao total, o número de óbitos pela doença foi de cento e nove, como demonstra o Gráfico Demógrafo-Sanitário número 3:

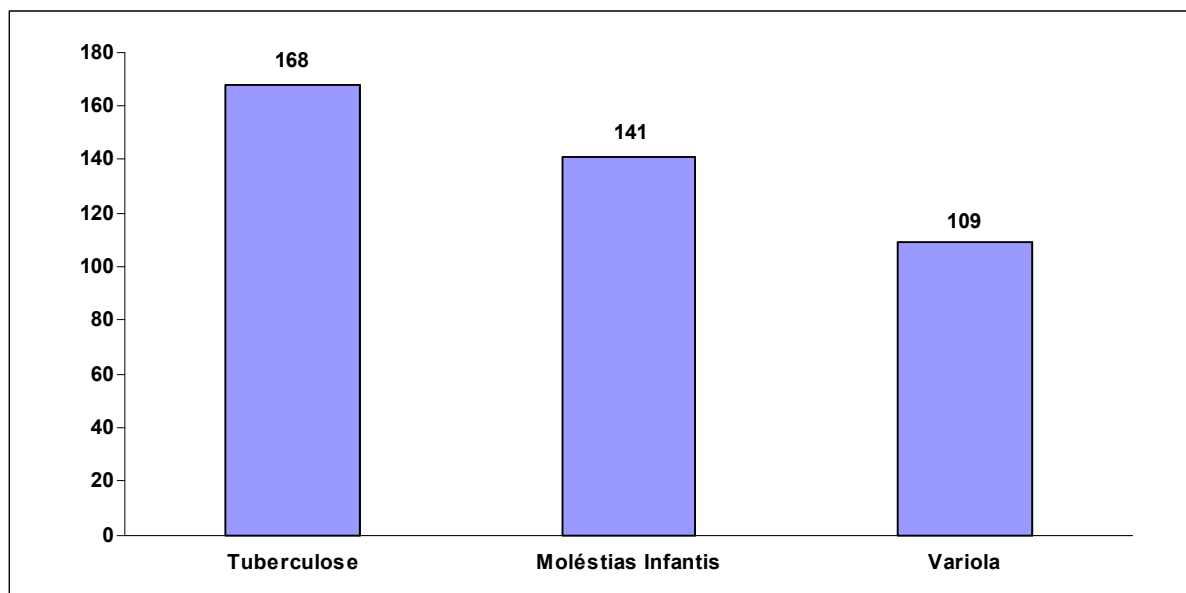


Gráfico 03 - Estatística Demógrafo-Sanitário 1915  
Fonte: RCM:1915

Observa-se que a tuberculose ainda era a doença que mais óbitos fez no município (cento e sessenta e oito). Fazendo mais vítimas que a varíola que naquele momento tinha caráter epidêmico. As moléstias infantis também fizeram um número de óbitos bastante expressivo, embora não tenham merecido atenção no RCM. Mesmo assim, o intendente classificou o estado sanitário do município como bom (RCM: 1915, p.17).

No que se referiam as visitas a prédios públicos, foram vistoriados dois mil quinhentos e sessenta e um estabelecimentos, dos quais em cento e oitenta e nove foram realizados limpeza radical, mas nenhum prédio foi condenado à destruição total.

Outro ponto levantado foi a importância da vacinação, efetuada *“em grande escala, realizada com boa vontade do corpo médico local”* (RCM: 1915, p,17). Não foi, no entanto esclarecido o número de pessoas imunizadas e nem quais linfas foram utilizadas.

O Relatório de 1916 verificou-se que no tocante a higiene municipal, a qualidade das habitações continuou ser a pauta central: foram realizadas três mil quinhentos e setenta e oito visitas, sendo encontrados trezentos e oitenta e cinco prédios em precárias condições para habitação, ou seja 10,75% dos prédios vistoriados necessitam de reparos sanitários (RCM:1916,p.16).

Mesmo com a epidemia de varíola se alastrando, a febre tifóide fazendo sete vítimas fatais, a tuberculose 168 cento e sessenta e oito mortes, o intendente considerou o estado sanitário da cidade bom (RCM:1916, p.17).

A vacinação foi novamente lembrada, ao se referir que durante o período,

todas as pessoas que solicitaram foram imunizadas, mas como este serviço não era compulsório, dependia mais da vontade dos munícipes e menos dos atos municipais, conforme relata: “*Se não fora a negação absoluta de certa parte da população pela vacina e a sistemática sonegação dos casos que vão ocorrendo, a debelação da varíola seria completa*” (RCM: 1916, p.17).

Nota-se aqui outro preceito do positivismo utilizado com afinco durante o governo de inspiração positivista: o respeito às liberdades individuais. Essa premissa, como reconheceu o prócere municipal impedia que a varíola fosse erradicada no município.

Contradizendo-se em relação ao ano de 1914, Alfredo Nascimento descreveu que os serviços de limpeza foram realizados “*com a regularidade dos anos anteriores*” (RCM: 1916, p. 17). Os detritos retirados das casas e das ruas serviram de aterro para *boulevard* Major Carlos Pinto e Marechal Deodoro, prolongando estas vias até o mar.

Nesse ano, voltou a ser anexado ao relatório o resumo Estatístico Demográfico Sanitário, onde se pode observar: o maior índice de mortalidade centrou-se na faixa entre zero e um ano de idade, e a segunda maior foi entre trinta e quarenta anos. Traçando um perfil destas vítimas adultas pode-se dizer que eram do sexo masculino, brancas, de nacionalidade brasileira, solteiros e que faleceram em suas residências (RCM:1916, anexo 1).

No RCM apresentado em 1917 lê-se que finalmente foi contratada a firma Lima & Martins para a execução da rede de água, esgotos e drenagem da cidade. Para realização de tal empreendimento sendo necessário empréstimo junto ao

Banco do Comércio de Porto Alegre na quantia de oito mil e quinhentos contos de réis<sup>84</sup>. Houve vigilância no novo sistema de abastecimento de água, onde foram encontradas “26 *penas clandestinas afora muitas outras cujo consumo era superior ao pagamento que faziam*” (RCM: 1916, p. 33). Embora estivesse em funcionamento a menos de um ano, o serviço já era passível de fraude por parte dos consumidores.

No que dizia respeito ainda à higiene municipal, este ano mereceram cuidados especiais os alimentos como carne<sup>85</sup> e leite. Além dos gêneros alimentícios, os fiscais desta diretoria averiguaram cinco mil quinhentas e cinqüenta e nove residências, sendo quinhentas e vinte nove notificadas procederem a limpeza.

Observando a estatística Demografo-Sanitário, verifica-se que o total de óbitos no ano foi de mil duzentos e dezoito. As doenças contagiosas que mais fizeram vítimas foram: tuberculose com duzentos e três, varíola com quarenta e três e febre tifóide com nove óbitos. A faixa etária entre zero e um foi a que mais vitimas teve (quatrocentos e vinte seis), seguida pela de um a dois anos (cento e vinte e sete) e de vinte a trinta anos (cento e treze) óbitos. Mesmo 53,61% dos óbitos terem ocorrido entre zero e dois anos de vida, a municipalidade não mencionou medidas preventivas contra o alto índice de mortalidade infantil e considerou como sensivelmente bom o estado sanitário de Rio Grande (RCM: 1916: anexo 4).

Ainda neste ano, o antigo Lazareto da cidade passou a denominar-se Hospital de Isolamento. A mudança de nomenclatura ocorreu após algumas reformas: construção de trapiche de 110 metros para o transporte de doentes por via marítima;

---

<sup>84</sup> O prazo para o pagamento da dívida foi de cinqüenta anos com juros de 8% ao ano (RCM:1917,p.7).

<sup>85</sup> A inspeção das carnes durante muito tempo esteve a cargo do veterinário em serviço no Matadouro Municipal, Dr. César Albriex. Após sua saída, ficou responsável por esta fiscalização a Diretoria de Higiene e Saúde Pública.

instalação de um desinfectório com banhos para primeira e segunda classe; câmaras de formol; instalação de rede de água e esgotos, construção de um chalé de madeira para o encarregado do hospital; reforma da casa da enfermeira, uma cerca de folhas de zinco para o isolamento de toda a área do hospital e um necrotério.

Referindo-se ao interior, este possuía duas enfermarias (uma para cada sexo) cada uma com dezesseis leitos, quartos de banho com patente, portas e janelas com telas para impedir a entrada de insetos, que segundo o intendente: *“todos esses melhoramentos que fazem do hospital não um estabelecimento de primeira ordem, mas aparelhado em condições de servir satisfatoriamente os fins para que foi fundado, foram custeados pela Inspetoria de Saúde dos Portos, dentro das verbas orçamentárias, isto é, com as economias feitas nas referidas verbas”* (RCM:1917, p. 39).

Observa-se na citação que a municipalidade estava ciente de que a reforma executada não era suficiente, mas o que comportava o orçamento. Um comedimento nas despesas, próprios da gestão de orientação positivista.

No que se referia à parte externa do hospital *“apresenta bom aspecto pela sua ordem e asseio irrepreensíveis”* (RCM:1917, p. 38). Embora saiba-se que a qualidade de um hospital não estivesse exatamente relacionada com sua ordem, mas sim com a qualidade do tratamento dispensado à população.

Embora o hospital fosse administrado pelo Dr. Leonel Gomes Velho, chefe da Inspetoria de Saúde dos Portos, o Governo do Estado, quando necessário assumiria as funções primordiais do estabelecimento, como ocorreu na última epidemia de

varíola que assolou a cidade (RCM:1917, p. 38).

No relatório do ano de 1918, Alfredo Soares do Nascimento esclareceu que o serviço de assistência pública tinha prestado serviços de primeiros socorros como curativos, consultas, visitas à presos e vacinação.

No serviço de higiene municipal, alimentos como o gado abatido no matadouro, leite e qualidade dos alimentos provenientes das fábricas de conservas, frutas e peixes foram objetos de fiscalização (RCM:1918, p. 10).

Além das visitas domiciliares, foram realizadas mil trezentos e setenta e três vistorias a prédios desocupados por motivo de mudança ou desocupação, determinando a seus proprietários limpeza e reforma (RCM:1918, p. 12).

Segundo o censo Demografo-Sanitário, o número de vítimas de doenças como a tuberculose (cento e oitenta e dois), disenteria (vinte e sete), coqueluche (quatorze), não espantaram o intendente, que registrou que *“durante o ano não houve a registrar-se felizmente, nenhuma moléstia infecto contagiosa com caráter epidêmico”* (RCM: 1918, p. 17).

Os únicos números que chamaram sua atenção foram os altos índices de mortalidade de crianças abaixo de dois anos, que foi de seiscentos e setenta óbitos, ou seja, 48,24%. Isto significava que praticamente metade das crianças que nasciam naquele momento em Rio Grande morria antes de completar dois anos de vida. A causa, segundo ele, era a alimentação defeituosa das crianças, mas novamente não sugeriu nenhuma medida para dirimir estes índices (RCM: 1918, p. 17).

O relatório apresentado 1919 teve uma rubrica destinada somente para a



gripe espanhola<sup>86</sup>, cuja epidemia atingiu o Estado em 1918 ceifando inúmeras vidas. O vírus *Influenza* chegou a Rio Grande em outubro do ano anterior, segundo o intendente “*perturbando completamente a vida municipal....com violência tal que em poucos dias era considerável o número de casos a ponto de fecharem várias farmácias, fábricas e estabelecimentos comerciais*” (RCM:1919, p. 5). O gráfico a seguir mostra as principais causas de óbitos no município em 1918:

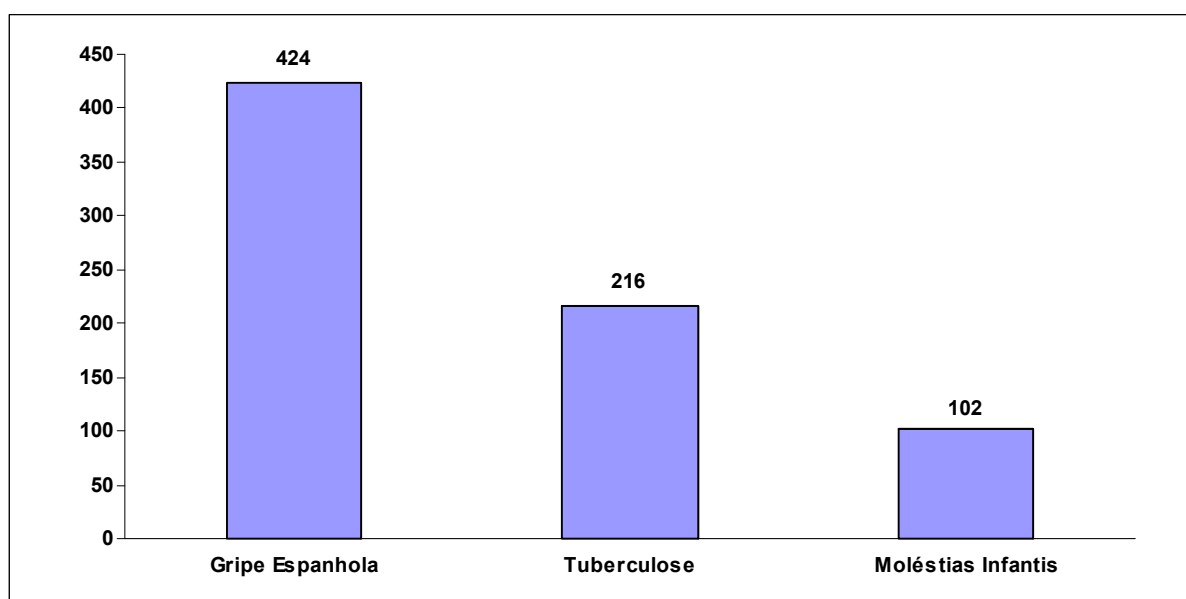


Gráfico 04 - Estatística Demógrafo-Sanitário 1919  
Fonte: RCM:1919

Como se pode verificar a doença que mais vítimas fez no Rio Grande foi a Espanhola com quatrocentos e vinte e quatro casos, seguida pela tuberculose duzentos e dezesseis vítimas e pelas doenças infantis com cento e dois óbitos.

Como a população mais afetada pela epidemia era a de menor poder aquisitivo, o governo enviou uma mensagem à Câmara de Vereadores, solicitando a permissão para utilizar 20:000\$0000 para fornecer medicamentos e comida para a

<sup>86</sup> Para informações sobre a gripe espanhola em Porto Alegre ver: ABRÃO, Janete. Banalização da morte na cidade calada. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

população carente e auxiliar a Santa Casa no tratamento dos enfermos que excedessem sua lotação. O auxílio da municipalidade também ocorreu em forma de envio de auxiliares nas visitas domiciliares para prestação de socorro (RCM: 1919 ,p. 6).

A Espanhola também mobilizou a sociedade civil: o Clube Beneficente de Senhoras e Chá Tênis transformaram o solar da intendência em um laboratório farmacêutico onde eram distribuídos medicamentos confeccionados por elas; também a Sociedade de Socorro aos Feridos da Guerra, enviou a importância de 5:000\$000 para auxílio aos doentes; a Loja Maçônica Filantrópica distribuiu alimentos; as lojas dos Srs. Leal, Santos & C., forneceram carne e arroz; Ao total, o município recebeu em doações o montante de 9:650\$000, quantia que foi repassada aos mais necessitados (RCM:1919, p. 6).

Conhecedor da situação, o Governo do Estado, nomeou interinamente delegado de higiene Pio Ângelo da Silva, para chefiar os serviços de saúde do município em função do Diretor de Higiene e Assistência Pública estar afastado por problemas de saúde. Segundo a Comissão de Socorro, a epidemia atingiu trinta mil pessoas, sendo que destas duas mil e quinhentas foram infectadas entre os dias 30 de outubro e 5 de novembro (RCM:1919,p.7).

O RCM trouxe nesse ano o diagrama de mortalidade das principais doenças que atingiram o município entre 1910 e 1919, como pode ser observado no diagrama a seguir:

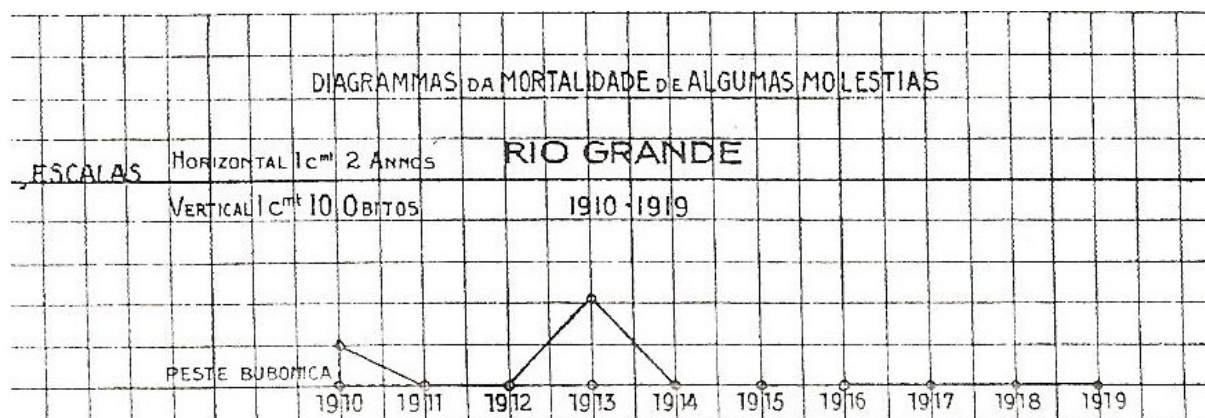


Diagrama 01 – Mortalidade no município de Rio Grande 1910 – 1919  
 Fonte: RCM: 1919

No diagrama pode-se se observar a ocorrência de casos de peste bubônica nos anos de 1910 e 1913. Interessante observar, que tanto no RCM de 1910, quanto o de 1913, não apareceram relatos da referida doença por parte da esfera municipal. Esse fato ratifica a idéia já trabalhada de que nos anos de 1903 e 1904 realmente houve casos da doença e o governo municipal optou por silenciar sobre o assunto.

No que se referia aos serviços de água e esgotos, prosseguiram as obras de saneamento, embora com algumas dificuldades na importação do material e na redução do pessoal em virtude da gripe Espanhola. Já a assistência pública, teve seus serviços dobrados neste exercício por causa da epidemia (RCM: 1919, p. 6).

Mesmo reconhecendo que funcionava em local acanhado e de precárias instalações, devendo ser instalada em local moderno de forma a corresponder à confiança e à aceitação pública, o intendente assegurou que todas as pessoas que recorreram ao seu auxílio foram atendidas, fosse para consultas, curativos, visitas à presos ou à domicílios, óbitos verificados, exames de perícias e vacinações, sendo imunizadas neste ano apenas duzentas e quarenta e uma pessoas.

No que se referia à higiene municipal, a fiscalização ficou centrada nos

gêneros alimentícios, mais precisamente leite, carne, fábricas de conserva e de salames. As visitas fiscalizatórias às edificações continuaram a ser feitas, ainda que em menor escala. Neste ano foram vistoriados apenas quatrocentos e setenta e cinco estabelecimentos, sendo que destes cento e trinta e cinco foram notificados por estarem em mau estado de conservação, e seus proprietários obrigados a fazer limpeza e desinfecção do local.

O censo Demografo-Sanitário mostrou que neste ano a doença que mais vitimou foi a pandemia de gripe, fazendo somente em Rio Grande quinhentos e quarenta e um óbitos, a tuberculose fez duzentos e vinte e cinco, e a disenteria nove.

Cabem aqui parênteses para se relatar a greve que neste ano desestruturou a ordem pública e faz os serviços prestados pela municipalidade pararem por alguns dias. Os trabalhadores na construção do frigorífico Swift, reivindicavam aumento de 25% do salário. Não obtendo resultados pretendidos com a empresa, pediram auxílio ao poder municipal que entrou em contato tanto com o diretor da Companhia francesa, quanto com o Presidente do Estado.

Enquanto aguardavam solução para este impasse, os grevistas impediram através do uso da força os empregados das obras públicas, das usinas elétricas, dos bondes, e da própria empresa onde trabalhavam de exercerem suas atividades, deixando a cidade sem luz elétrica e sem transporte público. Após negociações foi restabelecida a ordem pública, o que não durou muito tempo, pois, em maio os mesmos manifestantes continuaram as paralisações reivindicando melhorias no transporte dos trabalhadores. Solucionado este impasse, não voltaram às suas atividades, passando a pleitear menor jornada de trabalho (RCM: 1919, p 9).

Tentando impedir a população de participar destes acontecimentos, foi distribuída nota à população:

AVISO AO POVO - As autoridades civis e militares, hoje reunidas, resolveram pedir, como pedem que as pessoas pacíficas e bem intencionadas que se abstenham em tomar parte nas manifestações externas de qualquer natureza, visto que, cumprindo determinações superiores, não permitirão de forma alguma a menor alteração da ordem pública bem como qualquer coação à liberdade de trabalho. Perfeitamente aparelhadas para a manutenção da ordem e garantia da lei, as autoridades confiam na índole ordeira e pacífica da população. Rio Grande, 5-11-919 (RCM: 1919, p. 10).

Através deste boletim distribuído pelas autoridades civis e militares podemos observar com clareza o perfil ideal da força de trabalho que se queria, ou seja, um trabalhador ordeiro, pacífico e bem intencionado. Os grevistas se apresentavam como um problema na medida em que não respeitavam o direito dos trabalhadores que não participavam desse movimento. Também mostrou como a política vigente positivista tratava as questões sociais: como caso de polícia. A nota distribuída à população não deixava dúvidas quanto ao emprego da força para a manutenção da ordem pública (RCM: 1919, p. 10).

A partir do restabelecimento da ordem, as portas das fábricas abriram-se e o porto voltou a funcionar normalmente. O intendente terminou seu relato sobre os incidentes tecendo elogios à ação enérgica e ponderada do capitão Alfredo Nunes Vieira, delegado de polícia da cidade (RCM: 1919,p.11).

### **3.3 A SAÚDE PÚBLICA NO RIO GRANDE NA TERCEIRA DÉCADA DO SÉCULO XX**

O RCM de 1920 apresentou uma novidade em relação aos anteriores: a partir de então este traria todos os atos municipais de primeiro de janeiro até 31 de dezembro do mesmo ano (e não mais de 31 de julho à primeiro de agosto do ano subsequente).

Na abertura do Relatório, esclareceu quais eram seus objetivos no cargo:

...ao assumir a gestão dos negócios municipais, atendendo ao insistente apelo de meu eminente chefe Dr. Borges de Medeiros a minha constante preocupação resumira-se em fazer voltar a tranqüilidade do espírito público, pelo restabelecimento da ordem; manter o equilíbrio orçamentário; restabelecer o crédito do município, seriamente abalado pela falta de pontualidade no pagamento de compromissos contraídos; remodelar o ensino primário e secundário e, como complemento de todas essas medidas de caráter administrativo- a solução do importante problema de saneamento da cidade, pela rede de água e esgotos (RCM: 1920, p. 8)

Nesse parágrafo podemos observar claramente o projeto castilhistas, de inspiração positivista que norteava os administradores de Rio Grande: primeiro, o intendente só ocupou o maior posto da administração municipal, porque esse era o desejo do maior líder do partido; em segundo lugar estava a importância da manutenção da ordem, seguido pelo equilíbrio orçamentário. Após viriam a remodelação do ensino público e finalmente **como complemento**, a construção da rede de água e esgoto. Nota-se que as questões sociais foram as últimas a serem relacionadas e a saúde pública sequer foi mencionada.

No tocante ao serviço de limpeza urbana, este foi relatado com sendo

realizado com regularidade, servindo como aterro para terrenos pantanosos afastados do centro da cidade. Os “jornaleiros<sup>87</sup>”, que realizavam esses serviços, , estavam abandonando seus postos em vista da “*exigüidade das diárias*”<sup>88</sup> (RCM: 1920, p. 20), e, na eminência de ser paralisado este serviço, Dr. Nascimento aumentou a verba destinada para esta rubrica para poder pagar melhor estes servidores. Serviço este que não realizado diariamente geraria um caos na cidade frente à quantidade de lixo que se acumularia nas casas e nas ruas, isto sem falar na quantidade de animais que proliferariam se alimentariam desses resíduos, causando doenças á população.

A assistência pública realizou seus serviços ordinários de consultas, curativos, visitas a presos e verificação de óbitos de forma regular, à exceção do número de vacinação que foi de duzentos e setenta e cinco pessoas imunizadas. Número valor muito baixo se considerar o tamanho da população de Rio Grande.

O serviço de higiene estava preocupado com a qualidade dos alimentos que eram fornecidos à população, principalmente em relação à carne e ao leite. A preocupação era quanto o lugar de inspeção da carne (matadouro municipal), e quanto ao leite, o foco de inspeção eram os estábulos que embora estivessem “*defeituosamente instalados, mantendo, entretanto as possíveis condições higiênicas*” (RCM: 1920, p. 24).

Também foram vistoriados quatrocentos e quarenta e nove prédios

---

<sup>87</sup> Jornaleiros eram os trabalhadores que recebiam por jornada de trabalho.

<sup>88</sup> Para se ter uma idéia de quão ínfima era esta quantia, a diária destes trabalhadores oscilavam em aproximadamente 2\$5000 que totalizaria 49\$5000 mensais. Esse valor era em média três vezes menor do que os vencimentos da guarda municipal, de primeira e segunda classe que recebiam entre 130\$000 e 145\$000, respectivamente, valores estes entendidos pelo prócere municipal como “exíguos os vencimentos...com os quais não podiam fazer face ás mais urgentes necessidades, devido ao encarecimento da vida” (RCM: 1920, p. 20).

desocupados e prontos para nova locação, sendo que apenas vinte e um foram considerados de péssimo estado e seus proprietários foram requisitados para que realizassem melhoramentos necessários.

A estatística sanitária deste ano apontou para o fato de que nenhuma moléstia contagiosa de caráter epidêmico grassou a cidade, apesar de doenças como a tuberculose tenha feito duzentas e vinte e cinco vítimas, a disenteria nove e a febre tifóide oito o que chamou a atenção do intendente, no entanto foi elevado número de óbitos infantis entre zero e dois anos de idade (seiscentos e quatro), justificados no relatório como *“a causa desta mortalidade elevada entre as crianças, é a alimentação defeituosa”* (RCM: 1920,p.25).

Se observarmos que o número total de óbitos neste ano foi de mil duzentos e sessenta e dois casos, e que a mortalidade infantil ultrapassou a casa dos seiscentos óbitos, se pode afirmar que esta representou 47,86% do obituário total do município, número bastante expressivo. Por outro lado, o perfil das vítimas adultas como nos anos anteriores eram homens brancos e solteiros, com idade estimada entre vinte e trinta anos, ou seja, a idade produtiva desta força de trabalho (RCM: 1920,p.27).

O relatório de 1921, também foi apresentado pelo Dr. Nascimento, possuindo poucas informações sobre o estado sanitário do município. No censo Demografo-Sanitário pode-se perceber que o número de óbitos por tuberculose foi de cento e sessenta e oito diminuiu sensivelmente, número menor do que em 1920. Já, a mortalidade entre zero e dois anos manteve-se em elevação com quinhentos e sessenta e duas vítimas.



No relatório de 1923 constou a extinção<sup>89</sup> da Comissão de Saneamento Municipal. Criada em 1917 foi a responsável pela realização das obras de abastecimento de água e da criação do serviço de esgotos. Em seu lugar criou-se<sup>90</sup> a Diretoria de Obras e Saneamento da cidade do Rio Grande, que pretendia por em prática uma lei de 1921<sup>91</sup>, mas que ainda não havia entrado em vigor: o município ficou autorizado a emitir a quantia de mil contos de réis, dividido em apólices de cem mil réis cada, ao juro de 9% ao ano. Empréstimo destinado ao pagamento de instalação do serviço de água e esgotos, nos prédios cujos proprietários não tivessem recursos para executá-los. Para candidatar-se a tal benefício, o dono do imóvel deveria preencher as seguintes condições:

1<sup>a</sup>- provar através de documentação que o imóvel era de sua propriedade e que não estava hipotecado ou penhorado por qualquer outra dívida;

2<sup>a</sup>- estar em dia com o imposto da décima urbana e com a taxa de lixo e comprovar que não possuíam recursos pecuniários para a execução de tal obra;

3<sup>a</sup>- assinar contrato na secretaria do município, oferecendo como garantia o próprio prédio ou apresentar fiador idôneo;

4<sup>a</sup>- ficaria a cargo do interessado a escolha do instalador, que uma vez terminado o serviço deverá apresentar a Intendência a respectiva conta para ser paga pelo Tesouro Municipal (RCM:1923, p.16).

Fato que causou estranheza no Dr. Nascimento foi que *“apesar das vantagens oferecidas pela lei, nenhuma instalação foi solicitada até o presente pelos*

---

<sup>89</sup> A extinção ocorreu pelo Ato Municipal número 910, de 30 de dezembro de 1922.

<sup>90</sup> A criação ocorreu através do Ato Municipal número 911 de 30 de dezembro de 1922.

<sup>91</sup> A Lei entrou em vigor através do Ato Municipal número 154 de 29 de outubro de 1921.

*proprietários que não dispõem de recursos para dotar seus prédios com aquele melhoramento, o que obrigará esta administração a tomar outro alvitre para compeli-los a cumprir as exigências do Regulamento Sanitário em vigor” (RCM: 1923, p. 16).*

Quanto o estado sanitário da cidade, este foi considerado relativamente bom, tendo em vista que nenhuma doença infecto contagiosa atingiu o município. Pela tuberculose foram ceifadas duzentas e sete vidas, número que a municipalidade entendia como bom, pois mesmo sendo mais elevado do que o ano anterior, era menor do que em 1919.

Grande foi o número de óbitos de menores de dois anos de idade, que neste ano totalizaram quinhentos e cinquenta e uma vítimas. Foi a primeira vez a causa da mortalidade infantil, e conseqüentemente, doença que maior número de morbidade causava foi debatida, uma vez que:

...continua a ser elevada, persistindo como causa principal do fato, segundo a opinião do Sr. Dr. Diretor da Higiene e Assistência Pública Municipal, a alimentação defeituosa das crianças da primeira idade nas classes pobres, que, sem recursos para dar só leite aos pequeninos, começam desde cedo a misturar-lhes alimentos que não podem digerir, e daí uma série interminável e mortal de gastro-interite, e outras perturbações do aparelho digestivo, que este ano concorreu com 274 óbitos para a estatística demográfica sanitária da cidade (RCM: 1923, p.17).

Por este motivo, a taxa de mortalidade de crianças entre zero e dois anos, que atingiu em 1922 a quantia de quinhentos e sessenta e sete vítimas de um total de mil cento e setenta e sete óbitos, ou seja, 48,17% dos nascidos vivos em Rio Grande morriam antes de completar dois anos de idade (RCM:1923, p.18). Embora reconhecesse o problema, em momento algum relatou tratativas municipais no sentido de diminuir estes índices.

Já, no que se referia à fiscalização sobre os gêneros alimentícios à venda no comércio da cidade principalmente carne e leite, obtiveram bons resultados sanitários. Também foram fiscalizados, com finalidades de locação trezentos e vinte e cinco prédios, sendo que destes, em apenas onze seus proprietários foram notificados, pois necessitavam de reparos (RCM: 1923,p.19).

O serviço de Assistência realizou além dos serviços de rotina, apenas 154 vacinações. Atuação acanhada, devido à pequena verba destinada para esse serviço. Para o ano seguinte a subvenção seria aumentada, permitindo assim que os serviços fossem desenvolvidos como convinham as necessidades da urbe.

O Asseio Municipal foi reorganizado neste ano, passando assim a ser executado com regularidade. Tentando diminuir as dificuldades com que os trabalhadores executavam os serviços de despejo e lavagem dos cubos, foi reconstruído o trapiche, pois o antigo se encontrava em ruínas. Também a tarefa de limpeza da cidade, compreendida pela remoção do lixo e fiscalização da higiene das habitações, foi executado como previsto, sendo os detritos lançados à beira mar e no terreno em que estavam localizadas as coqueiras desta Seção Municipal (RCM:1923,p.20).

Visitou a cidade este ano, uma parte da Missão Rockefeller<sup>92</sup>, chefiada pelo Dr. Zenha Machado, em campanha de combate à uncinariose (verminose), também conhecida como mal da terra, iniciando seus trabalhos na Ilha dos Marinheiros. Serviço que iniciou em 21 de setembro de 1922 e culminou em 20 de janeiro de 1923. A região foi escolhida por ser *“bastante infestada, solo excessivamente contaminado, pelo fato das evacuações serem feitas à superfície”*, (RCM: 1923, p.

---

<sup>92</sup> Missão norte americana destinada a pesquisa e profilaxia de doenças contagiosas.

22) uma vez que, não havia sistema de esgoto na ilha.

Com o intuito de realizar defesa permanente contra o mal da terra, a campanha foi estendida posteriormente a todo município. Organizou-se trabalho com os funcionários da Companhia União Fabril, uma vez que feita pesquisa, revelou que 73% estavam contaminados pela doença. Verificou-se, porém que a profilaxia e o tratamento dessa doença só teria resultado satisfatório se ultrapassasse as cercanias da empresa e abrangesse toda a comunidade. Dessa forma, foi organizado um posto público de defesa contra a verminose, para que se estendessem aos mais longínquos distritos da cidade.

Para maior segurança deste programa, os praças do 9º Regimento de Infantaria, aquartelados na urbe, foram submetidos ao exame de verminoses, uma vez que em sua grande maioria procediam de zonas infectadas pela doença, dado comprovado pelos exames que mostraram que 46% do batalhão necessitavam de cuidados médicos. O serviço de profilaxia já havia iniciado também no Ginásio Lemos Júnior<sup>93</sup> (RCM: 1923,p.23).

O Relatório de 1924 foi o último apresentado pelo intendente municipal Dr. Alfredo Soares do Nascimento. Neste documento mostrou detalhadamente a seu sucessor, o engenheiro João Fernandes Moreira um esboço de todas as obras realizadas em sua gestão. Iniciou pelo saneamento da cidade, por entender ser este um dos maiores problemas do Rio Grande, tendo em vista seu aspecto econômico-social, além de ser uma antiga aspiração local, indispensáveis para uma cidade com quarenta e quatro mil habitantes.

Os serviços de higiene e assistência pública também mereceram destaque,

---

<sup>93</sup> Ginásio Lemos Júnior era maior grupo escolar de Rio Grande no período.

quando se referia à importância da medicina social, uma vez que

... os países cultos enveredaram pela política sanitária que lhes deu prestígio, força, e domínio nos departamentos da economia, da riqueza, das indústrias, do comércio, da agricultura científica, da organização social e do saber. Todos os países onde os problemas se resolvem com a imprescindível assistência dos preceitos adquiridos da medicina social, todos os que seguem a política sanitária progridem e se impõe ao respeito (PENNA APUD RCM: 1924, p. 85).

Desta forma, o entendia a cidade que administrava rumava ao progresso e a civilização, uma vez que sua administração tinha as questões de assistência pública e higiene como pauta principal e que nenhum problema administrativo deveria sobrepor-se ao da saúde, em seu ponto de vista.

Observando a fala do intendente vê-se que somente em 1924 a saúde pública apareceu como uma prioridade na administração de inspiração positivista. Essa mudança de pensamento, já em meados da década de vinte do século XX, mostra o quanto perdurou a filosofia inspirada em Augusto Comte que privilegiava a manutenção da ordem em detrimento de outros setores, como já relatado ao longo desse trabalho.

Quanto ao estado sanitário da cidade, afirmou que desde 1913 até a presente data, havia sido relativamente bom, e fez um retrospecto das principais doenças que grassaram no Rio Grande: como a varíola, que em sua gestão, o primeiro caso ocorreu em 1914. No intuito de debelar o mal, atuaram conjuntamente município e o Estado, representado pela extinta Delegacia de Higiene, uma vez que não cabia somente ao primeiro agir em casos de surto de epidemia; a gripe epidêmica (Espanhola) que em 1918 chegou à cidade pelos vapores que oriundos do Rio de Janeiro, tirou a tranqüilidade da cidade, alastrando-se com rapidez e dificultando a

assistência frente ao elevado número de doentes. A situação *“foi tão dolorosa e aflitiva, máxime para as classes sociais mais modestas, não podia a administração manter-se impassível...foram fornecidos gratuitamente medicamentos à pobreza e concedido auxílio à Associação de Caridade Santa Casa para tratamento de doentes que excediam sua lotação”* (RCM: 1924, p.86).

Outra doença pouco conhecida até mesmo pela comunidade médica foi o alastrim,<sup>94</sup> não podendo as autoridades municipais precisar o número exato de contaminados, porque somente as autoridades estaduais de higiene eram obrigadas a notificar os casos, e esses não existiam na municipalidade. Embora semelhante a varíola, vacina Janneriana utilizada na varíola não surtia efeito e sua cura ocorria sem cicatrizes.

Outra doença relatada foi a tuberculose, também denominada peste branca. Em outubro de 1923, o jornal oficial Rio Grande tornou público alguns números das cidades de Pelotas e Rio Grande, sendo respectivamente 5 (cinco) por mil e 4 (quatro) por mil habitantes, auxiliando para sua disseminação o alcoolismo, a sífilis, crises sociais, econômicas e políticas além das habitações insalubres. Conforme o jornal citado no relatório, dois eram os fatores que contribuíam para a disseminação da doença:

A falsa noção de hereditariedade e as desinfecções post-mortem. O espantinho da hereditariedade, além de semear o desânimo e a resignação ante uma doença sem recurso, por tempo dilatado obstou a generalização da noção do contágio, única salvadora. As desinfecções post-mortem, por seu turno, anulando a profilaxia e reduzindo as medidas de defesa e a providência de última hora, depois de desaparecido o perigo, poderosamente contribuíram e ainda estão contribuindo para dizimar as famílias no seio das quais

---

<sup>94</sup> O alastrim é uma moléstia infecciosa e transmissível pelo contágio, de pouca gravidade, descrita desta forma por Afrânio Peixoto em seu Tratado de Higiene: “Recentemente, há uns sete anos (1909), vem aparecendo, em vários pontos do interior, uma espécie de varíola mansa chamada pelo povo de alastrim” (RCM: 1924, p. 87)

irrompe a moléstia...É da defesa sanitária de cada família em particular que depende da salvaguarda da comunidade que ela faz parte (RCM: 1924, p. 89).

Ou seja, no entender do prócere municipal, mais do que do estado, era das famílias a obrigação do cuidado com a saúde em relação a tuberculose. O intendente afirmou ainda que a cada doente confirmadamente tuberculoso, contaminava sete pessoas. O município estava trabalhando no intuito de ter habitações higiênicas, gêneros alimentícios de qualidade, assistência aos tuberculosos com pouco poder aquisitivo, fiscalização e ensino da higiene nas escolas, exercícios físicos, combate ao alcoolismo e a sífilis e a distribuição de material impresso dos elementos de defesa, realizando assim uma cruzada contra tuberculose (RCM: 1924, p. 89)

Outro fator de preocupação era mortalidade infantil, por infecções gastro intestinais, que vinha aumentando anualmente, quase totalizando 50% dos óbitos. Para isso se aumentou a fiscalização sobre a carne e o leite. Interessante verificar novamente que a preocupação do leite não estava centrada na qualidade deste produto, mas na quantidade de água que era adicionada.

Próximo ponto abordado foi a profilaxia rural, empregada com sucesso nesta administração, pois a verminose era considerada neste momento como um dos maiores flagelos do país, exigindo combate rápido, tenaz e sistemático, uma vez que

não respeita região, arrasa as populações de todo o território e solapa a nacionalidade com a desvalorização do homem...A não ser a sífilis, outro flagelo terrível e igualmente dos mais degenerados da espécie humana, também largamente espalhado pelo Brasil, não há entre nós,

doença que contribua mais para a anemia nacional, tanto dos homens, quanto da economia, como a produzida pelos vermes intestinais (RCM: 1924, p. 91).

Outro ponto tratado foi a inspeção médica, visando assegurar a saúde dos estudantes, o que já ocorria nos centros mais industrializados do país. Na organização sanitária da cidade foi dedicada atenção aos estabelecimentos de ensino sob a responsabilidade do governo e do município, iniciando-se pelo Ginásio Lemos Júnior.

Instituída pelo decreto nº 46 de 26 de abril de 1922, justificava-se pelo fato de que a eficácia da medicina social estava justamente na difusão dos princípios e na aplicação dos meios que dispunha a medicina preventiva ou profilática; que era a infância o campo mais vasto e favorável da medicina; e que a idade escolar seria a mais indicada para a fiscalização sanitária sistemática e prolongada; numerosas eram as doenças, que descobertas ainda em fase inicial como por exemplo a hipertrofia das amídalas, vegetação das adenóides, casos de tuberculose incipiente e raquitismo, podiam ser combatidas. Levando-se em conta que as anomalias da audição nem sempre eram irremediáveis e que as da visão quase que em sua maioria corrigíveis e que ambas repercutiam desfavoravelmente no ambiente escolar (RCM: 1924, p. 97).

Além das doenças que podiam ser prevenidas, os defeitos físicos que normalmente refletiam de modo prejudicial na vida da criança, e que convenientemente atendidos podiam ser minorados ou até mesmo sanados. Também as lacunas mentais, que uma vez descobertas em tempo hábil seriam facilmente tratadas. Os exercícios físicos foram mencionados como indispensáveis



para o funcionamento tanto do corpo quanto da mente. Por todos estes fatores, o exame médico para o ingresso no Ginásio Lemos Júnior foi considerado pela municipalidade como *“um verdadeiro ensino prático dos princípios de higiene coletiva e individual”* (RCM: 1924, p. 97), que iniciou com os exames contra verminose quando da visita da Missão Rockefeller na cidade.

Asseio foi outro tópico abordado. A limpeza das ruas e a remoção de águas servidas dos proprietários que ainda não possuíam instalações sanitárias ou que residiam em zona ainda não abrangida pela rede de esgotos foram realizadas pelo município desde que a empresa que explorava este serviço suspendeu seu funcionamento. A intendência realizou reforma do material rodante (carroças) que estavam em péssimas condições de conservação, sem aumento de despesas para o município. Não podendo aumentar os salários exíguos dos condutores destes carros, foi criada uma gratificação de 100 réis por carroça de lixo recolhida diariamente.

Outra melhoria neste sentido foi a colocação de coletores de lixo nos pontos de maior movimento da cidade, que cumprirão a finalidade para que foram construídas, quando a população acostumar a usá-las *“uma vez habituado o público a deles se utilizar, muito contribuirá para a conservação e limpeza da cidade”* (RCM: 1924, p. 101). Não bastaria dotar a cidade com lixeiras, era necessária a educação para que a população as utilizasse.

Último ponto relatado foi a profilaxia da sífilis e das moléstias venéreas, que constituíam um perigo ao indivíduo (diminuição do trabalho e a interrupção de sua força produtiva), sua família (desunião do casal) e à sociedade (perturbação da capacidade social e o aumento das despesas improdutivas), sendo um dos

principais fatores de mortalidade (RCM: 1924, p. 105).

Por todas estas questões, em outubro de 1922 o Dr. Ulisses de Nonohay, Chefe do Serviço de Profilaxia da Lepra e Moléstias Venéreas, dotou Rio Grande com um dispensário para o serviço de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas.

Tal empreendimento foi intermediado pelo Deputado Federal pelo RS Lindolfo Collor, que contratou em nome do Município do Rio Grande, juntamente com o Departamento Nacional de Saúde Pública, o estabelecimento do dispensário, mediante as seguintes condições:

1º O Município fornecerá para o Dispensário a casa ou salas necessárias, mobiliário comum, luz, telefone, água, esgotos e uma subvenção anual de 10:000\$000 (dez contos de réis) paga em quatro prestações iguais de trimestre vencido, destinadas aos serviços de profilaxia anti-venérea no Município.

2º O serviço de profilaxia das doenças venéreas organizará um dispensário de 2ª categoria, fornecendo todos os medicamentos, material técnico e custeio com pessoal e material.

3º Quaesquer outras condições gerais do contrato referido poderão ser resolvidas por V. Exa. como procurador com plenos poderes deste Município, e a Direção do Departamento Nacional de Saúde Pública (RCM: 1924, p. 106).

Embora o município tenha festejado a aprovação de mais um centro para o tratamento da saúde pública, esse estabelecimento, pelo menos até 1929 nunca saiu do papel.

O Relatório de 1925 foi apresentado ao Conselho Municipal pelo Engenheiro João Fernandes Moreira, novo intendente. A rede de esgotos foi objeto de preocupação do novo intendente. Embora já houvesse passado cinco anos de sua inauguração, nem todas as residências estavam conectadas a ela<sup>95</sup>. Nestas localidades então o serviço era feito ainda por carroças de asseio, causando

---

<sup>95</sup> Até 31 de dezembro de 1924, três mil seiscentos e trinta e duas residências estavam conectadas a rede de esgotos, enquanto mil e sessenta e oito prédios careciam desse serviço.

desagradável impressão. A intendência estava mantendo vigilância severa e permanente, no sentido de que os proprietários providenciassem o mais rapidamente possível a construção deste serviço (RCM: 1925,p. 38).

O intendente qualificou como bom o estado sanitário da cidade, embora admitisse a existência de casos esporádicos de peste bubônica (onze), tifo (dez) e meningite (cinco). No que se referia à tuberculose, se limitou a repetir o que havia sido relatado no ano anterior e acrescentar que o numero de casos de tuberculose deste ano (duzentos e dezenove), superou os anos anteriores.

A mortalidade infantil, apareceu novamente em 1925, como um fator digno de maior preocupação, representando mais de 50% do número total de óbitos no Rio Grande, sendo fatores que contribuíram:

a miséria reinante nas classes desfavorecidas de sorte, o desconhecimento por parte delas dos mais rudimentares preceitos de higiene infantil, a alimentação imprópria e a verminose que infesta as criancinhas ainda menores de um ano, ... são ao nosso ver as principais causas da mortalidade infantil. Impõem-se, assim, medidas de defesa a fim de serem remediadas estas falhas, em benefício da saúde das criancinhas. Uma destas medidas, seria a meu ver, ministrar permanentemente às classes pobres ou não preceitos de higiene da primeira infância, que toda gente geralmente desconhece. Por meio de enfermeiras visitadoras habilitadas poderíamos por em prática essa medida salutar (RCM: 1925, p. 42).

O intendente enumerou motivos que para ele seriam os culpados dos altos índices: pobreza, falta de noções higiênicas, má alimentação e males oriundos da verminose. Até esse ponto, nenhum fato novo. Mas a novidade estava na proposição de cuidados à saúde. O que mostra uma pequena mudança no pensamento político, deve-se reconhecer que isolada onde a preocupação com a saúde pública paulatinamente passava a fazer parte da administração pública.

Referindo-se à inspeção dos gêneros alimentícios, a cidade possuía um regulamento bem organizado, anterior inclusive ao da capital do Estado. Fiscalização esta que ocorria principalmente nos produtos de origem animal como a carne<sup>96</sup> e o leite. Relata-se também a fiscalização sobre as frutas e legumes (RCM: 1925,p. 43).

No que tangia à fiscalização predial, foram visitados mil prédios, dos quais oitocentos e quarenta e sete apresentaram problemas quanto à limpeza e reparos. Tal cifra de proprietários que tiveram que efetuar obras em seus estabelecimentos há muitos anos não era tão avultada (RCM: 1925, p. 44).

O Relatório de 1926 retomou a remodelação do mercado, que iniciada em 1924, já havia sido concluída parte referente aos açougues, onde as paredes foram revestidas de azulejo, dando aspecto de limpeza. As próximas bancas reestruturadas seriam as das verduras.

A inspeção de gêneros e produtos alimentícios, como nos anos anteriores foi exercida principalmente na carne<sup>97</sup> e no leite, onde a preocupação da intendência estava centrada no estado sanitário, uma vez que não se encontrava de acordo com as exigências do código de construção e do regulamento de higiene. A solução encontrada foi estipular um prazo para que os proprietários satisfizessem as exigências sanitárias (RCM:1926,p.51).

---

<sup>96</sup> A fiscalização sobre a carne dava-se sobre as carnes cansadas, de coloração escura, secas e sem serosidade nas fibras; nas provenientes de gado enfraquecido pela velhice e oriundas de gado atacado por doenças do aparelho digestivo, infestadas por parasitas e atacadas por moléstias transmissíveis ao homem eram consideradas como prejudiciais à alimentação pública. Exigências consideradas excessivas pelos proprietários das fábricas de salame.

<sup>97</sup> Na tentativa de regulamentar este serviço, foi criado em 19 de fevereiro de 1925, através do decreto nº 54, o Regulamento dos Matadouros, Mercados, Industrias e Comercio de carnes verdes e seus derivados, ficando subordinados à esta diretoria o Mercado Público e o Matadouro Municipal.

Foi endossada a necessidade de reformas no Matadouro Municipal<sup>98</sup>, que necessitava ser mais bem aparelhado e dotado de iluminação que permitisse que o trabalho fosse realizado à noite nos meses de verão.

Os serviços de água funcionaram normalmente, embora a intendência percebesse a necessidade do aumento do fornecimento de água no verão, época de estiagens freqüentes. Conforme cálculo aproximado da Diretoria de Obras e Saneamento, computou-se o fornecimento diário de água em sete milhões de litros para uma cidade de aproximadamente quarenta e oito mil habitantes (RCM: 1924, p.44).

Já quanto aos serviços de esgoto passaram por uma verificação no número de instalações sanitárias, onde observou-se que faltavam quatrocentos e onze prédios para receberem este melhoramento. Ocorria que eram justamente estes pequenos casebres de madeira, situados em pontos extremos da cidade e pertencentes às pessoas de poucos recursos financeiros que não comportariam as novas instalações (RCM: 1926, p. 45).

O estado sanitário da cidade, de forma geral foi considerado bom, embora se tenham registrado nove casos de peste bubônica. Tal epidemia foi trazida para cidade pela farinha de trigo e outros cereais procedentes da Argentina. Já, o número de vítimas de tuberculose, chamada pelo intendente de "*flagelo social*" (RCM: 1926, p. 49) foi de duzentos e um casos, diminuindo em relação aos anos anteriores.

No que se referia aos serviços de higiene, a municipalidade reconheceu que era incompleta a organização deste, sendo necessária sua urgente remodelação do

---

<sup>98</sup> A última reforma no matadouro ocorreu entre os anos de 1903 1904 sendo alvo de críticas pelo ECS como pode ser verificado no próximo capítulo.

Hospital de Isolamento para que pudesse ser utilizado na possibilidade de um surto epidêmico atingir a cidade. Mais essa reforma dependia de recursos orçamentários. O intendente ratificou a necessidade de criação de um posto de profilaxia de verminoses, medida que se impunha frente ao grande número de pessoas infectadas.

No que tangia a inspeção sanitária durante o ano, foram vistoriados mil duzentos e quarenta e sete prédios desocupados e prontos para serem locados, dos quais menos de 10%, ou seja, cento e cinco estabelecimentos não se encontravam de acordo com as normas sanitárias. Novamente os cortiços foram citados: “*O proletariado sempre compelido malgrado seu e por forças das circunstâncias, a se sujeitar passivamente, começando pelo tétrico arremedo de casas de moradias que é obrigado a habitar com sua família*” ( RCM:1926, p. 53)

A fala do intendente mostra que desde o início do século XX os cortiços eram exemplos de má condição de moradia e higiene. Como seus moradores em via de regra, eram despossuídos economicamente, estavam também sujeitos as doenças, inclusive as crianças pequenas que por falta de alimentação e condições de salubridades adequadas acabavam aumentando as taxas de óbitos entre zero e dois anos.

Fato que mereceu destaque neste ano foi a taxa de mortalidade infantil, que na cidade atinge a astronômica cifra de vinte e cinco crianças por mil nascimentos<sup>99</sup>, sendo que

aqui, como fora daqui, é o proletariado que maior contingente fornece aos obituário, não se inferindo daí , entretanto que lhe caiba

---

<sup>99</sup> Segundo o intendente, naquele momento a taxa de mortalidade infantil nos Estados Unidos era de 11,7 e na Dinamarca era de 7,0 para cada mil nascimentos (RCM:1926, p. 53).

culpa ou seja isso resultante fatal de sua condição. Os remediados e com mais veras, os abastados dispõe de relativas rendas, para dentro de certa medida, ressarcirem em proveito próprio, atenuar ou mesmo anular as prejudiciais conseqüências oriundas da falta de higiene pública do centro em que habitam (RCM: 1926, p. 53).

Conforme se pode verificar na relato do intendente, já no início do século existia uma premissa que até hoje vale para a saúde pública: sobrevivia quem tinha condições financeiras para arcar com às custas de seu tratamento médico. O restante da população ficava a mercê do serviço público que em muito deixava a desejar, uma vez que o próprio chefe da municipalidade reconhecia sua carência.

Esse fato endossou a idéia de que o alto índice de mortalidade não só infantil, mas no geral estava relacionada à higiene, alimentação, habitação e educação. Enquanto essas questões não fossem solucionadas continuariam gerando um entrave ao desenvolvimento social do município.

Referindo-se a taxa de mortalidade geral, o intendente, fez uma retrospectiva destes primeiros vinte e cinco anos do século XX, observando que no Rio Grande chegaram, principalmente via porto, epidemias estranhas ao meio, ou seja, não características da região, como a varíola, febre amarela, peste bubônica e a gripe espanhola (RCM: 1926, p. 54).

Se não fossem por estas doenças o estado sanitário da cidade seria bem melhor. Reconhece, entretanto, que além destas moléstias de importação, como denomina, ingressaram na cidade outras contagiosas como, a coqueluche e a tuberculose doenças que além de terem caráter transmissível, geravam seqüelas nos infectados, que muitas vezes tinham que parar de trabalhar, gerando assim, mais despesas aos cofres municipais (RCM: 1926, p. 54).

O que ele não relatou, no entanto é que nem as doenças importadas, nem as endêmicas foram tratadas da forma adequada pela municipalidade.

Ao se referir ao grande número de crianças menores de 5 anos que faleciam principalmente por doenças gastrintestinais, revelou que a soma destes 25 anos chegou a cifra de 51,47% da mortalidade geral. Isto significava, que o município apresentava um excesso de 30% frente à mortalidade infantil do período, que naquele momento girava em torno de 20% e *“que conveniente organização de higiene pública local teria poupado esta coletividade”* (RCM: 1926, p. 54). Endossando novamente a idéia de que se estruturado um serviço de serviço de higiene pública municipal esses números seriam menores, como já foi referido anteriormente.

O relatório apresentado no ano de 1927 pelo intendente João Fernandes Moreira, afirmou quanto ao serviço de saneamento, que não havia muito que se referir, uma vez que não houve reparos de maior vulto, sendo que os principais serviços efetuados foram a limpeza e obstrução da canalização *“limitando-se aqueles aos reclamados pelas pequenas obstruções nos coletores de redes e ramais domiciliares, sempre inevitáveis, dado o mal hábito que há de suporem que os esgotos podem receber, imundície de qualquer sorte de detritos”* (RCM: 1927, p. 55). Novamente se observa a falta de educação sanitária da população que por ignorância e/ou desconhecimento jogava todo e qualquer tipo de detritos na tubulação de esgotos, que tanto clamou a municipalidade para a realização desse serviço.

Quanto à implantação da rede de esgotos em toda a cidade, lembrou que ainda estavam faltando, pelas contas do município cento e quarenta e sete



residências que ainda não possuíam este serviço. Embora a municipalidade continuasse insistindo junto aos proprietários na tentativa que regularizar esses imóveis, sabiam que era muito difícil, uma vez que essas construções não comportam esse melhoramento por serem prédios em situações precárias e na maioria das vezes cortiços (RCM: 1927, p. 61).

Referindo-se ao estado sanitário da cidade, o intendente classificou como bom, embora tenham ocorrido vinte e um casos de peste. A doença chegou à cidade via porto, trazida pela farinha de trigo argentina infectada, sendo a primeira vítima um operário do porto que havia manuseado tal alimento. (RCM: 1927, p. 63).

Era característica das populações de menor poder aquisitivo procurar mais tardiamente respaldo médico, quando o tratamento caseiro e a busca por outros profissionais já não surtiam efeito, o que em se tratando de peste bubônica significa na maioria dos casos a morte. Desta forma, os doentes só iriam procurar auxílio na Santa Casa de Misericórdia quando a doença estava em estágio avançado.

Comportamento este que pode ser explicado de duas formas: a primeira era o custo financeiro do tratamento de “oficial”, ou seja, aquele realizado por médicos diplomados era alto e que além dos honorários do profissional, havia ainda gastos com hospital e medicamentos, que excluía os mais carentes dessa forma de tratamento. Outro motivo era a forma como os médicos eram vistos perante a sociedade: *“de forma geral os profissionais que tratavam as doenças não eram muito bem vistos por seus pacientes. Afinal exerciam uma terapêutica que utilizava, basicamente, sangria e purgas, procedimentos dolorosos e agressivos para os que a elas se submetiam, sem garantia de resultados positivos”* (WEBER: 2003, p. 95).

Dessa forma, o auxílio médico em locais especializados só era procurado pela população quando já haviam sido esgotadas todas as demais alternativas, como a procura por profissionais licenciados.

A tuberculose nesse ano fez duzentas e vinte e três vítimas fatais no município. Além do número pequeno de acometidos de febre tifóide (cinco casos), ocorreram outras moléstias infecto-contagiosas na cidade, em número diminuto, que não mereceram, no entanto, referencia especial por parte do intendente. Quanto a mortalidade infantil, o intendente limitou-se a escrever: “*no Rio Grande continua a ser elevada a mortalidade infantil devido as causas já por demais conhecidas e referidas nos relatórios anteriores*” (RCM: 1927, p. 65). Novamente nenhuma alternativa foi levantada na tentativa de erradicação deste mal.

A única forma de tratamento preventivo de doenças realizada na cidade foi a inspeção sanitária no Ginásio Lemos Júnior, onde “*os pais dos alunos foram notificados das moléstias verificadas a fim de que providenciassem quanto ao tratamento. A inspeção da verminose feita em 228 alunos mostrou estarem isentos de parasitas 139...*” (RCM: 1927, p. 65). Embora aparecesse nesse momento uma educação no que tangia à saúde, essa era ainda muito incipiente, uma vez que estava concentrada no centro da cidade e em uma escola apenas.

O serviço de higiene, se não estava a contento, sofreu melhorias significativas nos últimos anos: “*si bem que muito melhorada, ainda não era completa a organização do serviço de higiene que pouco a pouco e de acordo com as forças orçamentárias, vão sendo completados*” (RCM: 1927, p. 64). Mas de essas melhorias estavam atreladas ao orçamento. Reconhecia, entretanto a falta de reforma do Hospital de Isolamento e a necessidade da compra de um veículo

aparelhado para transportar os doentes até o desinfectório.

Mereceu destaque neste ano o grande número de pessoas vacinadas contra a varíola. Foram realizadas entre setembro e dezembro quatro mil trezentos e cinqüenta e três imunizações devido à grande quantidade de linfa que o município recebeu.

O intendente relatou projetos que embora aprovados ainda não haviam sido executados, como o caso do posto de saúde para a profilaxia de verminoses, que se fazia necessário frente ao grande número de contaminação na cidade e do dispensário para o tratamento da sífilis, prometido pelo Governo Federal ao município desde 1924. Outra dificuldade ainda não solucionada pelo município era o destino do lixo, que tanto no Rio Grande, como em cidades de maior contingente populacional como Porto Alegre, era motivo de preocupação por parte dos administradores públicos

Atraída a nossa atenção para estudos feitos pela municipalidade de Porto Alegre no sentido de ser dada uma solução prática e econômica a esse problema, vimos que ela cogita do aproveitamento do lixo como combustível para o fornecimento de energia elétrica aos serviços municipais. O relatório então apresentado ao Intendente da nossa capital contém dados tão interessantes e tão animadores que julgamos conveniente esperar os resultados práticos que forem lá observados, para então nos firmarmos uma opinião a respeito (RCM: 1927, p. 74).

Enquanto a questão do destino do lixo não era solucionada, os detritos continuavam a ser incinerados ao ar livre exalando um forte odor e transmitindo doenças a população.

O último relatório a ser analisado, de 1928, foi apresentado pelo Vice-Intendente municipal Alcides Barcelos. Nesse ano, o município de Rio Grande, por

sua organização de higiene e assistência pública exemplar foi convidado a sediar o 1º Congresso Municipal de Saúde Pública, Medicina Social e Hospitais do Rio Grande do Sul (RCM: 1928, p.21).

Os serviços de saneamento ocorreram de forma tranqüila na cidade, sendo executados, nos sistema de água somente serviços de manutenção e conservação, assim como o de esgoto, que funcionou de forma regular, onde o *“estado da respectiva rede é bom e o aparelhamento mecânico da Usina Central e sub-estações, devido a conservação constante, mantém-se em boas condições”* (RCM: 1928, p. 76).

A tendência de enaltecimento da forma de governo positivista também é observada, na higiene e assistência pública, quando o intendente informa ao seu sucessor, o Engenheiro Antônio Rocha Meirelles leite que *“em 1927, foi bom, relativamente, o estado sanitário da cidade, e, como comumente, ótimo o da campanha municipal”* (RCM: 1928, p.83). Entretanto registrou-se na cidade a partir de março, um novo surto de peste bubônica com dezenove vítimas fatais.

Sobre o curso dessa epidemia na cidade o Diretor de Higiene teceu alguns comentários: iniciou relatando que em março mais um surto da doença eclodiu na cidade, sendo adotadas medidas preventivas e *“mais uma vez ficou demonstrada a excelência do pavilhão de isolamento da Santa Casa, onde foram recolhidos os doentes e as pessoas que entravam em contato com os mesmos”* (RCM:1928, p. 85). Nota-se, uma contradição, uma vez que no ano anterior foi explicitada a necessidade de reforma desse estabelecimento.

Continuou sua análise enumerando os vários navios que trouxeram a bordo

peessoas contaminadas de peste bubônica ao longo dos anos, e que todas essas embarcações atracaram anteriormente em portos argentinos: *“governo argentino nenhuma declaração oficial publicou a respeito da peste bubônica neste período. Contudo foram tomadas medidas para desinfectar os armazéns e as casas e cerca de 800 pessoas foram inoculadas com o soro preventivo”* (RCM: 1928:p. 87).

Embora o administrador critique o silêncio das autoridades argentinas, não mencionou também que nos anos de 1903 e 1904 no município de Rio Grande ocorreram também inúmeros casos de peste, onde sequer o governo estadual foi comunicado oficialmente dos fatos.

Porém, ao contrário do país vizinho, as autoridades de saúde local não distribuíram o soro antipestoso (que era fornecido gratuitamente pelo DGSP, bastando para isso notificação oficial) para a população que entrou em contato com os roedores. Continuou sua explanação:

Os fatos, porém revestirão caráter inteiramente normal quando se levar em conta que, na mesma ocasião existiu diversos casos de peste bubônica no Rio Grande e bem assim na cidade de Rosário de Santa Fé (República Argentina), e que os ratos mortos encontrados no depósito de farinha e cereais do armazém de fornecimento, foram quase que exclusivamente entre os sacos de farinha de trigo procedentes de Rosário (RCM: 1928,p. 87).

Ao contrário de seus antecessores, reconheceu já há muitos anos a peste bubônica fazia número considerável de vítimas na cidade. No entanto esses casos eram ignorados ou relatados sem a devida importância. Ocorria que reconhecer um surto epidêmico em uma cidade do porte de Rio Grande implicava em: primeiro tomar providências no sentido de não só isolar os doentes, mas de combater a doença e principalmente evitar novos contágios, o que acarretaria invariavelmente

em gastos para a municipalidade. Como, a saúde pública não implicava em uma prioridade no governo de inspiração positivista do município, principalmente no início do século, optou-se somente por isolar os infectados.

Segundo motivo era que ao reconhecer um surto epidêmico em uma cidade portuária, os navios deixariam de atracar no porto do município (o porto do Rio de Janeiro foi exemplo desse acontecimento). Por sua vez a cidade deixaria de arrecadar divisas com o movimento portuário e geraria desemprego por parte das pessoas que tinham sua renda atrelada direta ou indiretamente a ele.

Por esses motivos o caminho escolhido da municipalidade foi o silêncio que garantiu o não investimento de grandes somas em saúde e melhoramentos urbanos e ao mesmo tempo o porto funcionou normalmente. O interesse comercial se sobrepôs a salubridade pública.

Neste momento percebe-se que Alcides Barcellos entra em contradição: embora considerasse o estado sanitário do Rio Grande como ótimo, admitiu que o número de óbitos, que nesse ano atingiu a marca de mil quinhentos e cinquenta e três, foi maior do que o ano anterior. Também reconheceu ser elevado a percentagem da mortalidade infantil, que correspondeu a 56,24 % do total de vítimas fatais.

Pela primeira vez apareceu a introdução dos cuidados que as famílias deveriam ter para diminuir o número de óbitos durante a infância

Instruir as mães em assuntos de higiene infantil por inteligente propaganda de educação sanitária é tarefa que se impõe no sentido de minorar, pelo menos, esta triste situação, diz o relatório da Diretoria de Higiene, lembrando, para aquele fim a criação de enfermeiras visitadoras.... instruindo as mães em assuntos de higiene infantil, de modo a que sejam os seus filhos sadios e fortes,

as enfermeiras visitadoras servem ao mesmo tempo de portadoras de alívio aos que sofrem, e profícuas cooperadoras dos trabalhos dos higienistas no cuidar da saúde do povo, evitando a transmissão de moléstias como a tuberculose, considerada a peste branca, a sífilis, o maior flagelo social, e tantas outras de transmissão fácil, mais evitável (RCM: 1928, p. 84)

A educação, no sentido de instrução para cuidados com a higiene infantil e adulta, diminuiria o elevado número de óbitos em diversas moléstias como mortalidade infantil, verminoses e tuberculose só para enumerar algumas das doenças que preocupavam os próceres municipais.

Embora os RCM tenham mostrado ao longo dos anos de análise que o quadro de saúde pública estivesse bom, haviam controvérsias. O jornal ECS foi durante o início do século um opositor ao governo municipal. Utilizando a palavra como arma, mostrou as mazelas da cidade ao mesmo tempo em que criticava a filosofia, e conseqüentemente a postura dos governos municipais e estaduais, como será visto no próximo capítulo.

Como analisamos no presente capítulo, nos Relatórios anuais o governo municipal não negava a necessidade de melhoria nas estruturas urbanas para evitar as epidemias, no entanto, seu foco de investimento não era na Saúde Pública, mas, o isolamento dos doentes. Essa prática impedia maior alastramento da doença pela retirada dos doentes do convívio social, mas não impedia que outras pessoas também ficassem infectadas, pois os focos não eram erradicados. Sendo assim, no próximo capítulo analisaremos as denúncias, críticas e propostas do jornal Echo do Sul em relação ao trato político do cenário epidêmico na cidade de Rio Grande.

#### **IV CAPÍTULO: A SAÚDE PÚBLICA NAS PÁGINAS DO ECHO DO SUL – DAS CRÍTICAS ÀS PROPOSTAS**

A intenção deste capítulo foi discutir como o jornal apresentou para seus leitores as políticas municipais referentes a questão da saúde pública e quais as propostas.

A escolha por analisar essas questões através de um órgão de comunicação ocorreu porque o desenvolvimento da imprensa, entre os séculos XIX e XX, segundo HOHLFELDT, estava relacionado a dois fatores: o conflito político partidário que se desenrolou na província e a transformação da imprensa partidária em uma imprensa parcial (2007, p. 313). Esse processo pode ser visualizado com clareza no jornal Echo do Sul entre os anos de 1903 e 1904.

O jornal ECS não apresentava em suas matérias uma preocupação com a imparcialidade. Suas campanhas, contrárias a política do PRR eram declaradas de forma explícita, sem medir palavras. Nelson Werneck SODRÉ ao pesquisar o jornalismo concluiu que naquele momento específico, ele era praticado por um grupo de literatos e o resultado dessa mistura era uma linguagem estética empolada (Cf. SODRÉ: 1999).

A proposta dessa tese ao trabalhar com o agendamento do ECS ocorreu por *“trabalhar-se, portanto, com a hipótese de que a insistência de uma fala ritimada, empregando códigos e termos semelhantes em diferentes espaços do jornal construiu códigos que contribuíram para a elaboração de uma mentalidade coletiva a*



*respeito de um grande problema social antes já existente”* (BECKER: 2007, p. 15).

Assim, o embora o ECS tenha agendado a temática da saúde pública e da falta de melhorias urbanas entre os anos de 1903 e 1904, o tema não foi tratado da mesma forma. A insistência em determinados assuntos, passava ao leitor que o município de Rio Grande, neste período era extremamente frágil sanitariamente, constituindo-se em alvo fácil para o desenvolvimento de qualquer epidemia oportunista. Grande parcela de culpa teria os poderes públicos que assistiam inertes o alastramento de doenças.

Observa-se, no entanto que o ECS, nesse processo, colocava-se como defensor do povo que não tinha a quem recorrer, e que o jornal era o único órgão de comunicação que tinha a coragem de mostrar o real estado sanitário do município. No entanto, o que ficou implícito era a crítica a filosofia de governo arraigada nos pressupostos positivistas.

O Echo do Sul foi fundado na década de 50 do século XIX na cidade de Jaguarão, transferindo-se na década de oitenta para a cidade de Rio Grande, conforme esclarecem ALVES (2002) e SENNA (2006). Seu fundador e principal redator foi Pedro Bernardino de Moura, ex-militar carioca que se utilizou desse meio de comunicação para estabelecer embates políticos. Para ter idéia de sua abrangência, o jornal chegou a circular em Porto Alegre, Pelotas, Jaguarão, Bagé, São Gabriel, Alegrete, Uruguaiana, Santana do Livramento, Santa Vitória do Palmar e Caçapava (Cf. ALVES: 2002).

Durante sua existência, o ECS passou por fases distintas: a primeira, dentre os anos de 1858 à 1889, caracterizou-se pela passagem de “pasquim” a órgão

partidário; a segunda foi a transição de manutenção do partidarismo, rumo á uma postura independente, ou seja, entre o início da República até 1934, quando o jornal encerrou definitivamente suas atividades (Cf. ALVES 2002).

A escolha do ECS deu-se por dois motivos básicos: o primeiro, foi o longo tempo de sua existência. Conforme relatou ALVES:

O ECS constituiu-se numa das mais longevas publicações sul-rio-grandenses, tendo durado desde o final da década de cinquenta do século XIX até os anos trinta do século seguinte. As idéias e propostas expressas pelo jornal durante esse largo período de circulação foram de significativa importância no contexto gaúcho, mormente na zona sul da Província/Estado, convivendo a folha com marcantes momentos da evolução histórico-política do Rio Grande do Sul (2002, p. 271).

Seu longo período de existência fez com que participasse dos acontecimentos históricos do final do Império e do início e consolidação da República. Já em nível estadual o jornal presenciou a transformação de Província para Estado e também a implantação, consolidação e decadência do projeto político positivista implantado no Rio Grande do Sul pelo PRR.

O segundo fator foi que, especificamente no período estudado, ou seja, entre os anos de 1903 e 1904 o jornal iniciou um período de transição, passando de um órgão de oposição à apoio para política do PRR.

#### ***4.1 1903: O ECHO DO SUL E AS CRÍTICAS AO GOVERNO PELA FALTA DE INTERVENÇÃO NO ÂMBITO PÚBLICO***

Em 1903 no âmbito municipal, no que se referia a saúde pública, os casos de peste bubônica no jornal dividiram espaço com a construção do novo matadouro e melhorias urbanas como a falta de higiene, necessidade de inspeção e demolição

dos cortiços, a inexistência de uma rede de água e esgotos. Mas essa visão pessimista da estrutura citadina de Rio Grande que apontava necessidades urgentes, não era compartilhada pelos administradores municipais, uma vez que o serviço de assistência pública mereceu especial preocupação, tendo inclusive preferência frente a demais pastas, como relatado no capítulo anterior (Cf. RCM: 1903, p. 12).

Embora a municipalidade não tenha reconhecido a grande incidência de casos de peste bubônica como epidemia, foi aberto o Lazareto Estadual e dentro dele funcionou o Hospital de Isolamento Militar, que conforme dados do ECS iniciou suas atividades em 30 de março e fechou suas portas pela ausência de infectados em 1º de junho (Cf. ECS: 1º de junho de 1903, nº123).

A historiadora Beatriz WEBER sintetizou o estado geral da saúde pública no estado: *“As doenças que preocuparam os governos do Rio Grande do Sul, a partir de 1895, foram praticamente as mesmas até 1928, havendo quase todos os anos casos de difteria, peste bubônica, febre tifóide, varíola, varicela, sífilis e tuberculose”* (1999, p. 63). Observa-se que durante praticamente todo o período em que o PRR esteve no comando do Estado às doenças se repetiram, da mesma forma como a conduta dos administradores que negligenciavam essas questões.

Especificamente para o ano de 1903, para esse trabalho foram escolhidas as maiores recorrências sobre saúde pública veiculadas no jornal ECS. Por ordem de incidência foram: peste bubônica, construção do novo matadouro e a falta de melhoramentos urbanos, onde se destacou o estado sanitário dos cortiços.

## MATADOURO

Outro tema recorrente nas páginas do ECS foi a construção do novo matadouro municipal. Embora menos freqüente que a peste bubônica, essa questão permeou durante todo o ano de 1903. A obra que deveria ter seu início em 28 de julho (ECS 17 de julho de 1903, nº 162) já causava polêmica em março, meses antes do início de sua construção como foi noticiado pelo jornal: *“mais uma inconveniência surge à última hora, sobre a escolha do local para o novo matadouro. Guardamo-nos para depois revelar a mesma dificuldade, deixando sujeita a habilidade administrativa de quem compete prever e remediar. Depois falaremos”* (ECS: 27 de fevereiro de 1903 nº45).

A inconveniência estaria relacionada ao local de construção: na beira da praia, mesmo lugar onde estava localizado o antigo matadouro, e por isso alvo de críticas por parte do jornal, como pode ser verificado também em outra matéria sobre o assunto:

O matadouro - Quando o vice-intendente cogitou a idéia, já mil vezes sugerida pela maioria da imprensa e da população do Rio Grande, da construção de um novo matadouro, entendíamos que seriam satisfeitas cabalmente nossas aspirações gerais. Qual não foi, porém, nossa desilusão ao certificarmos-nos do lugar escolhido para tal fim... Dele se vê que o matadouro apenas fará a transferência de lugar, ficando em iguais ou piores circunstâncias das que atualmente se acha... Entretanto não acontece, pois fala-se em cobertura de zinco e outras calinadas que muito depõe contra o critério da medida adotada... (ECS: 7 de março de 1903, nº55).

O jornal teceu críticas novamente ao local de instalação da obra, a beira do litoral que representava perigo de contaminação. Já quanto á cobertura que pelo edital deveria ser de zinco, o ECS dizia que a construção estava em desacordo com o código de posturas do município que seria aprovado no final daquele ano e que

proibia que os prédios comerciais tivessem essa cobertura. Ou seja, a municipalidade financiaria uma obra que dentro de poucos meses estaria em desacordo com a nova lei administrativa da cidade.

A comemoração do lançamento da pedra fundamental da obra, que custou aos cofres públicos 117.000 \$000, foi noticiada no jornal em 29 de julho de 1903 (nº172). O evento contou com a presença de autoridades e convidados além do religioso Otaviano de Albuquerque que abençoou as novas instalações (Cf. ECS: 29 de julho de 1903 nº172).

Assim que a obra foi iniciada o jornal passou a tecer várias críticas quanto o material que seria empregado na sua construção. Para o ECS, o novo matadouro não diferia do antigo, uma vez que os materiais utilizados e o próprio local escolhido para a construção não seriam apropriados. Ao longo do ano, continuaram as notícias veiculadas sobre o andamento da construção, onde observa-se tom de censura:

O matadouro - Acha-se entre nós o Sr. J. Normanton, engenheiro inglês, que foi especialmente convidado pela intendência a vir de Bagé fiscalizar a construção do novo matadouro. Pomos de parte o papel triste em que fica colocado o engenheiro municipal, vendo-se preterido por um colega estrangeiro. Não menos triste é a situação dos demais profissionais da diretoria de obras, postos ridiculamente a margem... Trata-se, portanto de uma obra que já nasceu torta. E é preciso que o Sr. Dr. Normanton a endireite auxiliando-nos na obtenção de um edifício sólido, duradouro, aseado e higiênico, como exigem os altos interesses da cidade do Rio Grande (ECS: 13 de agosto de 1903, nº185).

Nessa reportagem observa-se uma dupla crítica: a primeira referia-se a contratação de um responsável técnico que não pertencia ao quadro funcional da municipalidade, para a realização de vistorias na obra, mesmo havendo um engenheiro responsável pago pelo município. A segunda questão que o ECS aventou novamente foi relativo a qualidade dos materiais adquiridos para a

construção do matadouro, já comentado anteriormente.

Além da construção do prédio, o jornal censurou também a forma como a carne era transportada: *“Aqui, do mesmo modo que na cidade vizinha, o transporte de carne do matadouro, para o mercado é detestável e repugnante... são usados enormes e pesados carretões sendo, que vem desde o matadouro à cidade envoltos em nuvens de pó e isso é sem duvida muito nocivo”* (ECS: 18 de agosto de 1903, nº 189). Segundo o jornal, Rio Grande e Pelotas tinham que rever e reestruturar o transporte de carnes que era feito de forma rudimentar e insalubre que pouco contribuíam para o precário estado sanitário da cidade.

O matadouro voltou a ser notícia no mês de novembro: *“Não condenamos jamais a construção do matadouro nem o empreendimento de qualquer natureza ... condenamos porém a maneira pela qual se projetava o mesmo edifício ... Tanto tínhamos razão que a municipalidade entendeu prudente substituir por telhas o material para a cobertura do matadouro”* (ECS: 30 de novembro de 1903, nº 275).

O ECS mostrou com essa reportagem que a cobertura do matadouro, que pelo contrato inicial seria de zinco não estaria apropriada para a construção. Fato esse que foi reconhecido pela municipalidade que acabou trocando a referido material.

Como se pode observar, as críticas em relação ao matadouro estavam centradas principalmente no local de instalação (uma vez que o município não possuía canalização de esgotos, todas as águas servidas no prédio seriam lançadas ao mar) e nos materiais utilizados (referindo-se a baixa qualidade). Já em 1904, poucos foram os comentários sobre o estabelecimento: em maio apenas foi

noticiado que já estavam praticamente concluídas as obras (Cf. ECS: 16 de maio de 1904, nº 109).

## MELHORAMENTOS URBANOS

No que se referiam aos melhoramentos urbanos muitas foram as queixas do ECS: “Ao que parece, estão suspensos no todo ou em grande parte os trabalhos do calçamento das ruas da cidade, dele tão necessitadas. Há uma completa paralisação na vida municipal e as poucas e raras demonstrações de iniciativa própria, tem sido deveras infelizes...” (ECS: 25 de fevereiro de 1903, nº46). Observa-se, na citação, que praticamente todas as críticas tecidas a municipalidade se referem a sua inércia frente aos problemas aos quais atravessa o município.

Outro item pertencente aos melhoramentos urbanos e alvo de constantes críticas do jornal foi a limpeza urbana. Esse serviço no município era terceirizado e entregue a empresa Asseio Rio-Grandense que não o realizava com presteza:

As ruas da cidade, voltadas ao esquecimento, permanecem no mais deplorável estado de imundície. A cada passo se encontram sujeiras e lixo acumulado, porque a vassoura a muito não passa pelo calçamento. As águas servidas continuam a ser despejadas diariamente nas ruas, determinando a exalação de miasmas insuportáveis. Os srs. Inspetores deviam reparar em tais coisas, porque elas contribuem para a insalubridade do Rio Grande (ECS: 4 de março de 1903, nº53).

Esse serviço no município terceirizado, hora entregue a empresa Asseio Rio-Grandense que, segundo matérias, não o realizava com presteza, sendo constantes as reclamações sobre ele. A falta de qualidade do serviço realizado pela empresa

será reconhecido pelo próprio intendente mais tarde quando vai sugerir que a municipalidade encampe o serviço como foi referido no capítulo anterior.

Mas, sem sombra de dúvidas, o 'carro chefe' das falta de ingerência pública estava na ausência da fiscalização das casas de alugueis, os cortiços, como pode ser observado na matéria que relacionava peste e cortiço:

Tal não aconteceria, se o sr. dr. Marciano Espíndola, delegado de higiene ordenasse as prescrições sanitárias indispensáveis, fazendo observar o maior asseio nos pardieiros existentes no Rio Grande... A inércia das autoridades sanitárias é monstruosamente comprometedora... Os cortiços reclamam a imediata atenção da delegacia de higiene, visto que são focos cruéis de infecção. Havendo, por conseguinte, boa vontade e critério, não diremos que o flagelo termine, mas recuará pouco a pouco, fazendo menos estragos (ECS: 28 de fevereiro de 1903, nº 58).

O jornal criticava a falta de fiscalização da municipalidade nessas habitações. Dessa forma, para os administradores do jornal era lícita a intromissão do poder público, sobre o cotidiano privado em casos de crise deflagrada pela carência de melhoramentos urbanos. Corrobora com essa afirmativa as matérias veiculadas sobre as condições em que se encontravam os esses estabelecimentos na da cidade do Rio Grande:

Nem todos conhecem bem, ou mesmo a maioria dos habitantes dessa cidade desconhece o cortiço do Grillo, do Grillo famoso que tem fornecido o maior contingente de criminosos ao tribunal do júri....Transporto o portão, qualquer um dos cinco, lá dentro ferve o Grillo: desde a entrada, a imundície é completa, ali não se respira, abafa-se, há um odor nauseabundo daquelas trinta ou quarenta casinhas de madeira, cobertas de zinco, dispostas irregularmente, formando becos e vielas sujas, lamacentas e infectas, pois todos os detritos, águas servidas, defecções são ali lançados....E a intendência consente que toda aquela esterqueira ali esteja, no centro da cidade, ao lado de uma fábrica, infeccionando uma população.... (ECS, 22 de abril de 1903, nº91).



Observa-se nessa citação a construção de uma fala de cunho moralizador tanto do corpo quanto do espírito vigente nas páginas do ECS. Conforme BECKER: "o exercício do poder nem sempre é tão visível e explícito...havia uma realidade filtrada, construindo estereótipos e preconceitos" (2007, p. 10).

Através da análise da citação, pode-se observar que para o jornal, a intervenção do Estado não era aleatória, como na matéria veiculada no jornal em 26 de novembro (nº271) em que "*são aconselhados visitas domiciliares, especialmente nos cortiços*". Interessante notar que o cortiço não era o endereço somente dos contraventores, dos mal remunerados, dos sem ocupação. Lá, também residiam os soldados de baixa patente do exército (ECS: nº271). Mas eram sempre relatados como focos de doenças físicas e morais onde deveria haver uma interferência dos poderes públicos. Sobre essa questão a historiadora Margareth RAGO escreveu:

A habitação popular passa a ser, no discurso dos especialistas, além de uma questão meramente técnica e prática que os saberes neutros e racionais da engenharia e da arquitetura devem resolver, uma questão de moralidade e eugenia (grifo da autora). A casa e a cidade aparecem como espaços totalitários de produção de novos comportamentos racionais e da instauração de relações utilitárias numa sociedade cuja forma básica de sociabilidade se funda na troca" (RAGO: 1985, p.192).

Conforme discorreu RAGO, enquanto que no discurso da modernidade a moradia popular deveria passar por uma remodelação baseando-se na racionalidade e na cientificidade, na cidade do Rio Grande, entre os anos de 1903 e 1904 essas moradias passaram por um momento de transição, ou seja, de focos de doenças físicas e morais, para locais de freqüente inspeção. Essa mudança pode ser verificada através das reportagens: se em 1903 as notícias veiculadas no ECS eram de crítica por suas condições, já em 1904 os cortiços foram alvo freqüente de vistoria por parte da municipalidade.

Ainda em relação aos cortiços é interessante observar que o jornal pedia providências da municipalidade, enquanto essa repassava aos proprietários a responsabilidade de manutenção dos estabelecimentos conforme mostra o relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1903:

Mandou-se providenciar ás visitas domiciliares... em relação a higiene dos cortiços fazendo por ela responsáveis os proprietários de tais habitações que deveriam ser fechadas, se no prazo razoável não fossem observadas as prescrições aconselhadas...Declarou-se também por edital, que nenhuma casa de moradia poderia ser novamente alugada sem que fosse previamente inspecionado pela Intendência para julgar das suas condições de asseio e segurança. (RCM: 1903, p. 12)

Mas, o relatório não forneceu dados sobre o fechamento das residências que não cumpriram as exigências impostas pela municipalidade. As únicas notícias a esse respeito foram duas matérias veiculadas no ECS no final do ano:

A lei deve ser inexoravelmente, sem condescendências ou contemplações, não sendo lícito admitir a existência desses pardieiros pelos quais os proprietários auferem lucros extraordinários. Quem transita pela rua Marechal Deodoro vê um corredor de madeira com dois metros de altura, coberto de zinco, divididos nas duas faces em cubículos, onde alojam-se em sua maioria os infelizes soldados da guarnição. De cada uma dessas habitações sórdidas, esburacadas, insalubres, recebe o senhorio dez a doze mil réis mensais (ECS: 28 de dezembro de 1903, nº 297).

Através da reportagem pode-se observar as precárias instalações físicas dos cortiços, principalmente se comparados ao alto preço de seu aluguel: para se ter uma idéia, o valor de uma assinatura anual do ECS custava 20\$000 (vinte mil réis) e a assinatura semestral 12\$000 (doze mil réis) (Cf. Alves: 2002, p. 479). O valor mensal do aluguel dessas residências equivalia a aproximadamente a assinatura semestral do referido jornal.

Dois dias após, o assunto voltou novamente á pauta: “*Cortiços - O sr. dr. Afonso de Oliveira, engenheiro municipal, mandou intimar os proprietários dos cortiços.... a demoli-los no prazo de 30 dias essas habitações infectas e insalubres*” (ECS: 30 de dezembro de 1903, nº299).

O que diferenciou as matérias do ano de 1903 e 1904 foi a forma como a municipalidade passou a tratar do assunto: a partir desse ano foram relatados no jornal as vistorias nos cortiços ao longo do ano. Não se sabe, porém se as desinfecções e demolições foram levados à cabo, uma vez que o jornal não trazia essa informação.

### PESTE BUBÔNICA

A peste bubônica teve ao longo de 1903, 104 matérias tratando da doença no jornal. Desse total, 93 ocorreram entre os meses de fevereiro a maio, conforme ilustra a tabela abaixo:

Ano 1903												
Número de matérias sobre a Peste Bubônica	jan.	fev.	mar	abr.	maio	jun.	jul.	ago.	set	out.	nov.	dez.
	2	6	35	29	21	1	0	0	0	4	4	0
<b>Total: 102</b>												

Tabela 01 - Número de matérias sobre a Peste Bubônica  
Fonte: ECS: 1903

Os dados apresentados na tabela permitiram a construção de um gráfico onde apareceram com maior clareza os meses de ênfase nas matérias sobre a doença:

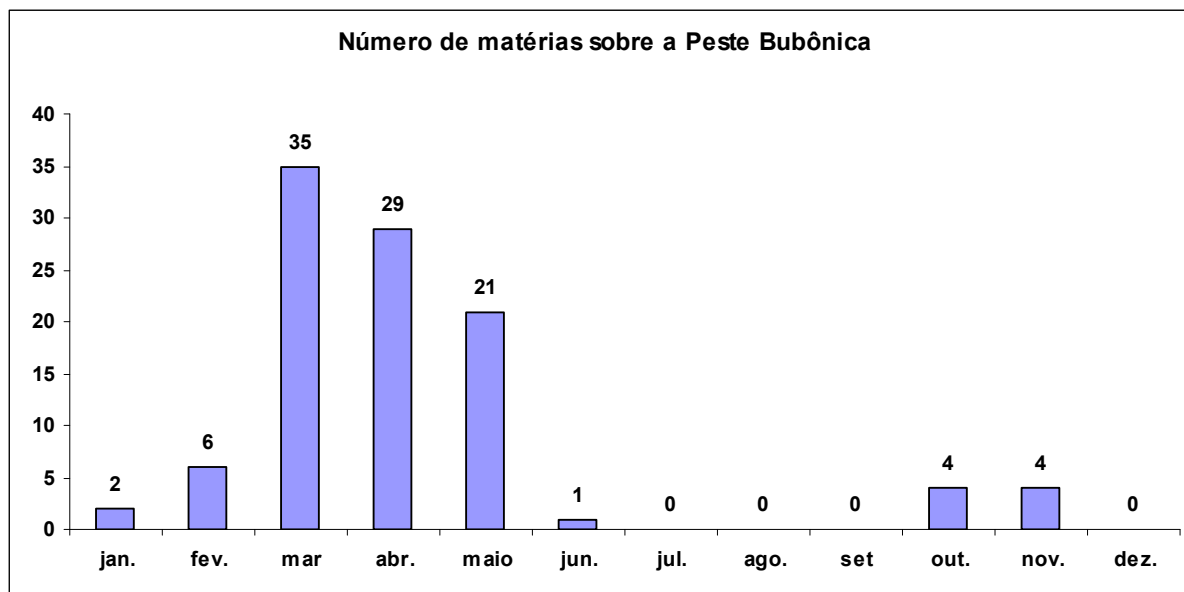


Tabela 05 - Número de matérias sobre a Peste Bubônica

Fonte: ECS: 1903

Analisando o gráfico pode-se observar que a maior incidência de matérias ocorreu entre os meses de fevereiro à maio, no auge do ciclo da epidemia no município. Interessante observar que os textos eram acompanhados pela crítica à falta de atuação governamental como se pode observar, na citação a seguir:

...Existem presentemente 15 pessoas atacadas de peste, em pontos distantes da cidade, entregues aos cuidados de vários clínicos. Até o presente nenhuma providência tem sido adotada pelas autoridades sanitárias estaduais e municipais. Todos os clínicos dessa cidade atestam hoje francamente, em casos de morte: - peste bubônica (ECS: 23 de março de 1903, nº 68).

A crítica do jornal centrou-se no fato da epidemia ter se alastrado por toda a cidade, já não estando mais circunscrita a uma determinada região ou bairro, o que demonstrava que nada havia sido feito para conter a epidemia. Outro ponto importante foi que a partir daquele momento havia um reconhecimento “oficial” da doença por parte do pequeno corpo médico uma vez que nos atestados de óbitos, a *causa mortis* não era mais omitida, mas continuava ainda ignorada pela Delegacia

de Higiene de Rio Grande. A epidemia continuava a se alastrar pela cidade como pode ser observado na matéria do dia seguinte:

A cidade está perfeitamente invadida, em todas as direções pela peste bubônica, a qual, só no domingo, fez três vítimas e ontem uma ou duas... Eis aí o resultado da inércia das autoridades sanitárias! Quando o mal estava circunscrito a uma determinada zona, portanto seria fácil dominá-lo, nada se fez nesse sentido, deixando-se a epidemia lavrar desassombadamente (ECS, 24 de março de 1903, nº69).

Como se verifica, a censura ao poder municipal estava centrada em sua falta de ação, para dirimir os efeitos da doença. A doença estando limitada a uma determinada região seria mais fácil o tratamento. Mas não adiantava culpar somente a municipalidade pelo estado sanitário do município, uma vez que cabia a ela seguir as diretrizes estabelecidas pelo partido, como foi abordado no segundo capítulo:

...Entretanto, o sr. dr. Protásio Alves, diretor geral de higiene, esquecido de que existe o Rio Grande e indiferente aos males que assoberbam a nossa população, não tomou providências de qualquer natureza para evitar a propagação da peste. O Sr. Dr. Marciano Espíndola, delegado de higiene, saldo de recursos, pois vê-se isolado do apoio do seu superior, que não atende as suas reclamações, nada pode fazer, visto que não dispõe do necessário prestígio e força moral para agir (ECS:04 de março de 1903, nº. 52).

Inércia que não estava atrelada somente aos poderes do intendente, mas fazia parte de uma doutrina em que a saúde pública não constava como prioridade governamental á nível Estadual. Outro fato envolvendo esfera estadual bastante explorado pelo ECS foi o telegrama que diretor de higiene enviou aos próceres municipais:

Consta-nos que o sr. dr. Protásio Alves, diretor de higiene estadual, por ironia ou defastio, telegrafou ao sr. Marciano Espíndola perguntando se nessa capital haviam ainda casos de moléstia suspeita. Agora já não se trata mais de exploração política do “Echo do Sul” e outras “amabilidades” com que fomos brindados pelos

colegas oficiosos. Toda a classe médica atesta a existência a existência da peste bubônica nesta cidade (ECS: 25 de março de 1903, nº70).

O questionamento, para o jornal deixou evidente que a diretoria de saúde estadual estava dando pouca importância aos casos da doença que surgiram na cidade. Essa correspondência foi relatada por vários dias pelo ECS: *“Enquanto dr. Protásio Alves manda indagar se ainda aqui aparecem casos de moléstia suspeita, no porto da capital fazem-se desinfecções nos navios e vapores idos dessa cidade...A peste mata, porém não oficialmente”* (ECS: 28 de março de 1903, nº73). O relato demonstrava que embora a diretoria de higiene não fosse sabedora do real estado sanitário do município, o porto da capital era conhecedor da situação uma vez que todas as embarcações que atracavam em Rio Grande passavam por desinfecção ao chegarem a Porto Alegre.

Ainda no mês de março o ECS voltou a se referir ao telegrama para criticar a postura estadual: *“A delegacia de higiene luta com todas as dificuldades para o desempenho dos importantes serviços que lhe são afeitos, pois não há verba para a menor despesa. O governo do estado nega dinheiro e o dr. Protásio Alves zomba e ri dos seus subordinados, passando-lhes uns telegramas adoráveis”* (ECS: 30 de março de 1903, nº74).

Nas citações supram relacionadas observa-se que o jornal sabia que não cabia atribuir somente à municipalidade a culpa pelo avanço da peste bubônica na cidade, uma vez que o âmbito estadual não dava devida importância aos acontecimentos. Pode-se afirmar que embora houvesse uma epidemia o jornal estava utilizando o precário estado sanitário da cidade para criticar o governo

castilhista de inspiração positivista.

Outro fato que corroborou com teoria do agendamento foi o anúncio de café veiculado no mês de maio:

A peste vai desaparecendo dia a dia, em vista de medidas adotadas pelo povo, sendo de notar que, a mais prática, consiste unicamente em tomar o café Moinho do Ouro. Consta que, entre milhares de pessoas que fazem uso deste café, ainda não se deu um único caso. A peste diminui enquanto as vendas do café aumentam - Padaria Santos (ECS: 05 de maio de 1903, nº101).

Ao verificar a propaganda observa-se que todos os preceitos higiênicos que o jornal pregou e tanto criticou a municipalidade por não intervir, não seriam necessários para prevenir a peste, bastaria apenas uma medida: tomar o Café do Moinho. Também mostra o agendamento do jornal: o tema elencado, a peste bubônica permeava todas as seções, inclusive seus anúncios publicitários, mostrando que a questão permeava todas as sessões do jornal.

Em maio, mês em que foram veiculados os referidos anúncios, a epidemia não havia terminado seu ciclo pela cidade, como mostrou o ECS:

Não há um dia que se não tenha a registrar um caso fatal ou não da terrível enfermidade. Entretanto, o que se tem feito para minorar a situação deste povo flagelado por uma moléstia tão perigosa. Nada, absolutamente nada. O flagelo maiores proporções não tem assumido, se mais vida não tem arrebatado, é por que o acaso ou a vontade superior de deus o tem impedido. Aqueles a quem está afeita a obrigação de zelar pela saúde pública, entregam-se a inércia, aceitando fleumaticamente o fato consumado... Por ventura a vida de um povo não merece os maiores sacrifícios da parte dos poderes competentes?...(ECS: 15 de maio de 1903, nº109).

O ECS entrou em contradição quando relatou no início do mês que o flagelo

estava desaparecendo com simples ato de se tomar café. Quinze dias mais tarde escreveu que continuavam aparecendo casos de peste bubônica e criticou a falta de atitude dos poderes competentes. Segundo ele, o município estava amparado somente pela providência divina, uma vez que os governantes estavam omissos frente a situação.

A reportagem que possuía um tom dramático, mostrou que o agendamento pode fazer *“parte de um sistema cultural permeado por códigos sociais, presentes na mentalidade coletiva. O processo acaba por legitimar uma hegemonia existente, sem que haja necessidade de uma coerção explícita para que determinadas ordens sejam aceitas”* (BECKER: 2007, p. 117).

Nada, absolutamente nada se tem feito em prol da saúde pública e, no entanto, a peste vai recrudescendo dia a dia! Na semana que hoje finda NOVE FORAM OS CASOS FATAES de peste bubônica que está ramificada por toda a cidade...Como se vê, a luz dos fatos lutosos, tristíssimos o flagelo vai tomando proporções assustadoras e alarmantes! A delegacia de higiene, porém, continua inerte, em criminosa apatia deixando em completo abandono a saúde pública, justamente em uma época que se vai tornando calamitosa. Providencie, pois, o chefe do governo local, uma vez que a delegacia de higiene nesta terra infeliz não passa de uma múmia. (ECS, 11 de abril de 1903, nº83).

Para o jornal, a inércia das autoridades fazia com que a doença se alastrasse para outros pontos da cidade. Na busca de outros jornais locais para poder contrapor sobre a epidemia, indícios foram encontradas.

Na mesma data o jornal O Intransigente teceu breves linhas sobre o mesmo assunto: *“A tal Peste Bubônica - Muitas mortes tem ocorrido por moléstia suspeita e muitos ratos mortos têm sido encontrados”* (11 de abril de 1903, nº83). Apesar de se referir ao problema que assolava a cidade, dedicou ínfimo espaço e não evidenciou a questão da mesma forma que o ECS. Além das poucas linhas dedicadas ao



assunto, a mortalidade não foi motivo de críticas pelo periódico, onde sequer foi relatado o número de óbitos. Outro ponto interessante é a relação que o jornal fez entre o surgimento da peste e o aparecimento de ratazanas: para o leitor despercebido, passava a informação que o número elevado de casos da doença ocorria pelo surgimento de roedores. Ocorre que era justamente a falta de sanidade pública que fazia com que os ratos se aglomerassem e a doença se multiplicasse.

Outro jornal que circulou no município, o *Diário do Rio Grande*<sup>100</sup> relatou em apenas uma linha o acontecido: “*Ratos mortos - ratos mortos foram encontrados no parque*” (Rio Grande: 12 de abril de 1903). Verifica-se que o periódico noticiou apenas o aparecimento de roedores em um bairro da cidade. Ignorou a relação entre o aparecimento das ratazanas com a peste bubônica e omitiu os óbitos.

As três matérias foram veiculadas no mês de abril, período de maior incidência da doença no município. Observa-se que os jornais tiveram posturas diversas: enquanto o ECS relatou que a falta de melhorias urbanas estava levando a óbitos e teceu crítica a municipalidade, O Intransigente afirmava que uma “moléstia suspeita” vinha ocasionando óbitos e relatou o aparecimento de ratos mortos, sem estabelecer uma relação entre os acontecimentos. Por último, o *Diário do Rio Grande* apenas relatou o aparecimento de ratazanas, sem fazer qualquer analogia ou sequer falar sobre a doença.

Conforme escreveu DELUMEAU (1985) e já relatado anteriormente, as doenças faziam com que houvesse uma ruptura no cotidiano. Em Rio Grande, não foi diferente, conforme mostrou o ECS:

---

<sup>100</sup> O periódico Circulou diariamente entre os anos de 1848 e 1910. Foi criado por Antônio José Caetano da Silva (MIRANDA; COSTA LEITE orgs.: 2008). Manteve-se alinhado com o pensamento da municipalidade nos primeiros anos do século XX. Era jocosamente chamado pelo ECS como “o alugado do Rio Grande”.

A peste mata, porém não oficialmente... Cumprindo ordens emanadas da vice intendência municipal, que proíbe encomendações nas igrejas e capelas, o que já não se fazia a muito tempo, o ver. Octaviano de Albuquerque foi ontem ao cemitério celebrar aqueles atos. Doravante estão proibidos os enterros a mão, os acompanhamentos feitos por crianças e os dobres de sinos (ECS, 28 de março de 1903 n.º 73)

A citação acima confirma que nesse período em especial, as ações rotineiras sofreram uma ruptura: a partir do momento em que foram suspensos os ritos funerários, era uma forte evidência de que a cidade passava por uma situação incomum. A proibição dos dobres de sinos, não era uma medida profilática da doença, mas uma ação visando à manutenção da ordem, uma vez que o número de óbitos não se tornava público.

Outro fator que deve ser levado em consideração é que embora a municipalidade ignorasse o medicamento para combater a peste bubônica, o *serum yersin*, o corpo médico da cidade já tinha conhecimento do soro anti-pestoso, como pode ser verificado em uma conferência em que o Dr. Duprat realizou em Pelotas sobre a doença:

O que mais interessante tem no assunto de que se ocupa, a comunicar seus dignos colegas é o resultado altamente benéfico obtido em injeções subcutâneas. Ele próprio na sua clínica ensaiou a aplicação do soro em proporções mais elevadas do que em geral são recomendadas e, como colhesse magnífico êxito, aumentou gradualmente a dose, sempre com o mesmo admirável sucesso, salvando vários doentes em circunstâncias gravíssimas... No conjunto dos casos, tratados no Rio Grande com a inoculação do soro, apenas sub-cutâneo, a mortalidade tem sido de 20 em 100- o que já é bastante lisonjeiro... (ECS: 09 de maio de 1903, n.º105).

Como mostrou a reportagem, o médico não só conhecia o soro como também o manipulava. Isso significava que para a população que tinha condições financeiras

para arcar com custas dos honorários médicos e do medicamento, havia cura para 80% dos casos. Dias mais tarde, o ECS publicou a trajetória da peste desde a antiguidade até as descobertas daquele período. Terminou o histórico relatando que *“antes da descoberta, pelo Dr. Yersin, da vacina anti-pestosa o tratamento da peste era ordinariamente ineficaz”* (ECS: 16 de maio de 1903, nº 110).

Como já era de notório saber, o tratamento da doença somente com desinfecção e isolamento (utilizado desde o aparecimento dos primeiros casos de peste na antiguidade, até a descoberta da vacina) tinha eficácia era nula. No decorrer do mesmo mês o jornal continuou mostrando a trajetória da doença pelo mundo: *“No Peru, o governo conseguiu em pouco tempo extinguir a epidemia de peste bubônica, que se manifestara na cidade de Lima, a capital....Aqui, o Sr. Dr. Protásio Alves, diretor de higiene estadual, que não enviou ao delegado um tubo de serum yersin, que não autorizou a menor providência em benefício da população...”* (ECS: 21 de maio de 1903, nº119).

Novamente o ECS mostrou o exemplo bem sucedido de providências tomadas em outros locais e teceu críticas ao governo estadual que nada fez para debelar a epidemia, não enviando para o município o remédio que inúmeras vidas poderiam poupar.

Com o passar do tempo e a chegada do inverno, os casos de peste foram diminuindo e o tom das reportagens também foi mudando conforme pode-se observar

A Bubônica - Não temos serviço de higiene e com semelhante proposição não vai um ataque aos funcionários incumbidos de zelar por esse ramo da administração. Reconhecemos a boa vontade do Sr. Marciano Espíndola, e assistimos as torturas por que passou o seu espírito ao ver-se impossibilitado de agir eficazmente no

platonismo do esforço que travou com a epidemia no princípio deste ano...Nada podia fazer, por que não tinha a seu alcance os recursos que todos os governos solícitos e providentes proporcionam aos delegados em tão graves casos de salvação pública...caminhamos para o verão, a cujo o sol tem germinado as duas recentes epidemias da febre amarela e peste bubônica, saibamos congregar os possíveis esforços, estabelecendo uma linha de combate que se estenda desde o governo até a fiscalização em matéria de posturas higiênicas (RCM: 06 de outubro de 1903, nº230).

O tom da matéria, como se pode verificar não é mais crítica, mas de alerta: caso não fossem tomadas providências, tanto a nível municipal, quanto a nível estadual a epidemia voltaria no próximo verão. Para que a doença não tomasse proporções tão assustadoras, seria necessário que delegacia e a diretoria de higiene congregassem esforços.

Para se ter uma idéia de como a administração castilhista, calcada nos pressupostos positivistas era rigorosa, o médico municipal, Dr. Marciano Espíndola solicitou auxílio para a construção de um desinfectório, tendo recebido como resposta: *“tratando-se de despesa não prevista na lei do orçamento, só o conselho municipal poderá resolver sobre o assunto”* (cf. ECS: 10 de outubro de 1903, nº234).

Observam-se dois fatos importantes nessa citação: o primeiro era que mesmo sem reconhecer oficialmente a epidemia, o médico pediu auxílio a seus superiores para a construção de um desinfectório. O segundo fator é que como não estavam previstas recursos para epidemia, somente o conselho municipal poderia autorizar a liberação de uma verba não prevista no orçamento. Mas vale lembrar que em maio do mesmo ano, para a manutenção da ordem pública foi aberto um crédito extraordinário, como foi relatado no capítulo anterior. Fato que mostrou novamente o peso dado para cada uma destas questões, pelas esferas públicas.

Ainda no mês de outubro o jornal publicou mais uma matéria sobre o assunto:

A peste: A higiene domiciliar- Quando no verão passado a peste do Oriente desenvolveu-se nessa cidade, a higiene domiciliar, diante da inércia das autoridades sanitárias, atingiu proporções extraordinárias e a ela, somente a ela, deve-se o desaparecimento daquele mal epidêmico... tudo quanto ao bom senso se apresenta como inicial em qualquer trabalho de proteção de saúde pública: o asseio do meio doméstico, remoção das imundícies, a limpeza da casa em que o homem mora (ECS: 31 de outubro de 1903, nº251).

Como pode ser observado, o jornal ao invés de tecer críticas a postura da municipalidade como fazia anteriormente, principalmente no período de maior virulência da epidemia no município, mudou seu discurso e passou chamar atenção para a higiene das residências, uma vez que o asseio domiciliar em muito contribuiria para o saneamento da cidade.

Ao analisar as reportagens a preocupação com a peste bubônica apareceu com frequência durante os meses de janeiro a maio, já nos meses de junho e agosto não foram veiculadas notícias sobre a doença, que se voltou a ser notícia nos meses quentes, ou seja, quando a epidemia aumentava seu poder de virulência.

Também, verifica-se que a saúde pública fizesse parte do agendamento do jornal, as matérias possuíam dois enfoques diferentes, estando divididas em dois momentos: as veiculadas entre janeiro e maio falavam sobre aparecimento de ratos mortos, pessoas doentes, lixo acumulado nas ruas, inércia dos poderes competentes e falta de melhorias urbanas, que acarretavam o incremento da epidemia. Já as notícias que circularam entre outubro e dezembro possuíam um tom de alerta: caso as deficiências urbanas não fossem sanadas, no ano seguinte a epidemia de peste bubônica retornaria a cidade. Como nenhuma providência nesse sentido foi tomada, em 1904 novamente a peste voltou a grassar no município.

Pode-se tecer uma estreita relação entre as matérias veiculadas no ECS e as críticas tecidas pelo jornal criticando a falta de benfeitorias. Analisando as matérias relacionadas á saúde pública pode-se afirmar que ao longo de 1903 o jornal ECS teve em suas páginas cento e sessenta e oito textos de crítica pela falta de intervenção pública no que se referia à melhoramentos urbanos relacionados com saúde pública, distribuídas da forma como demonstra a tabela:

<b>Ano 1903</b>												
<b>Número de matérias publicadas no jornal criticando a falta de intervenção pública</b>	jan.	fev.	mar	abr.	maio	jun.	jul.	ago.	set	out.	nov.	dez.
		0	9	24	62	22	10	6	9	6	11	5
<b>Total: 168</b>												

Tabela 02 - Crítica pela falta de intervenção do Estado  
Fonte: ECS: 1903

Fazendo uma análise qualitativa das matérias selecionadas, verifica-se que a maior crítica pela não intervenção da municipalidade, ocorreu justamente em momentos de epidemia de peste bubônica, ou seja, entre os meses de janeiro à maio. Apesar de o jornal prezar pelas liberdades, tanto quanto o Estado, diferentemente do mesmo ele defendia a intervenção em momentos de crise. Tais dados permitem a construção de um gráfico:

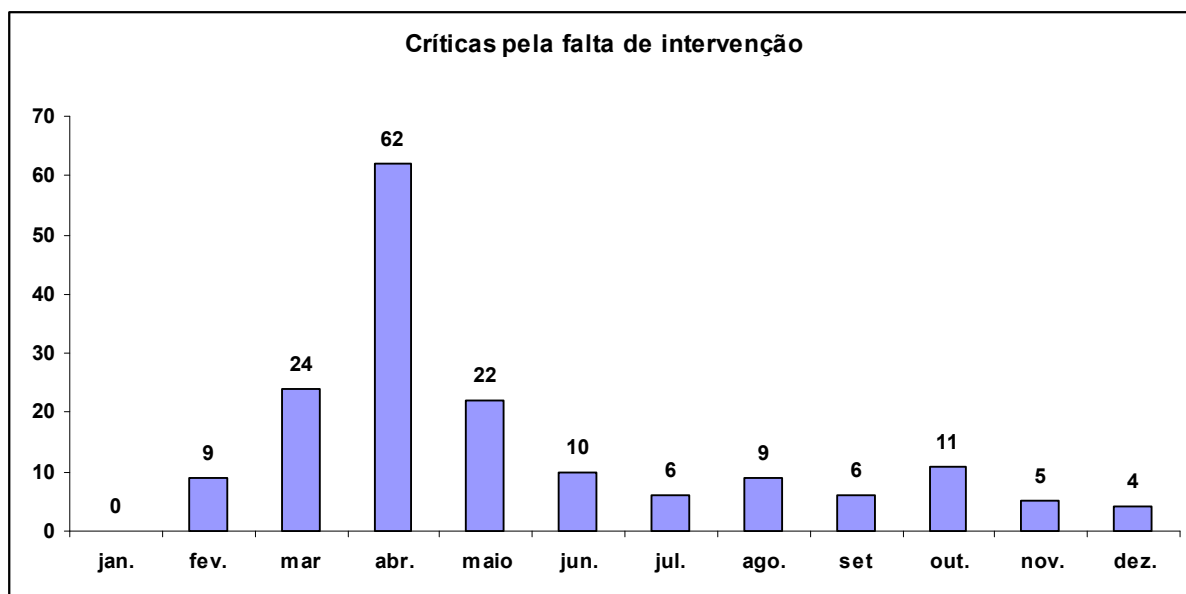


Gráfico 06 - Crítica pela falta de intervenção do Estado

Fonte: ECS: 1903

Verifica-se que os meses em que o ECS reclama pela falta de sanidade são os meses de fevereiro a maio, ou seja, justamente nos meses de epidemia de peste bubônica. A reportagem a seguir ilustra a forma de como a municipalidade era criticada:

Encontra-se atualmente em Jaguarão o sr. dr. Marciano Espíndola, delegado de higiene dessa cidade, tendo deixado acéfalo aquele lugar. Quem responderá pelo que de eventual se passar relativamente à saúde pública no Rio Grande? Justamente agora que se torna preciso a intervenção da delegacia de higiene é que esta encontra-se abandonada, contribuindo assim para o surgimento de epidemias graças á falta de providências tendentes a detê-la. Bom modo, não resta dúvida de zelar pela saúde de uma população como a nossa... (ECS: 11 de março de 1903, nº58)

Segundo o jornal, enquanto uma doença com a magnitude da peste bubônica fazia grande quantidade de casos no município, o diretor de higiene, o responsável direto pela saúde da população, viajou para outro município. Nesse sentido, o jornal questionava a municipalidade sobre quem responderia por essa pasta.

Durante todo o período de maior virulência da epidemia, o jornal criticou a falta de providências por parte da municipalidade, que atendendo a filosofia castilhista de inspiração positivista não entendia a saúde como uma prioridade governamental. Entretanto, uma vez que o ciclo da doença havia entrado em declínio sua censura tinham um teor de precaução:

O Echo do Sul tem cumprido o seu dever. Brada sem cessar pelas precauções que devem ser tomadas perante uma nova ameaça de invasão da peste bubônica... Um pouco de boa vontade por parte das autoridades sanitárias e municipais, e nós evitaremos o terrível flagelo que aí está de novo a ameaçar-nos com as suas lágrimas e infortúnios (ECS: 24 de outubro de 1903, nº 245).

Como mostra a reportagem, o ECS pautou-se no fato de que como nenhuma providência foi levada a cabo no próximo ano a epidemia voltaria à cidade em 1904, trazendo consigo um rastro de morte.

Pode-se afirmar que no geral as reclamações do ECS referiam a **inércia** com o poder público tratava essas questões. E essa falta de mobilidade foi a responsável pelo alastramento de doenças, como pode ser observado: “*O aterramento dos pântanos das macegas é uma questão de saneamento e uma questão comercial, que pouca importância tem dado a intendência. No dia em que aquele foco pestilencial, que se prolonga em toda extensão, por face da cidade, desaparecer, será esta uma das localidades mais salubres do estado...*” (ECS: 21 de junho de 1903, nº165).

Segundo o jornal, a pouca mobilidade dos poderes públicos não se refletia somente a peste bubônica. A falta de conservação e melhorias urbanas deixava os municípios volúveis à entrada de doenças oportunistas, além de prejudicar o comércio local.



De modo geral, pode-se dizer as críticas tecidas pelo ECS à municipalidade estavam calcadas na **inércia administrativa frente aos problemas de saúde pública**. Seria justamente essa falta de ação que tornaria o estado sanitário do município extremamente frágil e volúvel a qualquer doença que por ventura ancorassem (as epidemias sempre chegavam a bordo dos navios), no município. Mas essa relação vai se transformar drasticamente no ano seguinte, como pode ser verificado à seguir.

#### **4.2 1904: O ANO EM QUE A PESTE BUBÔNICA E A VACINAÇÃO OBRIGATÓRIA DIVIDIRAM ESPAÇO**

Já em 1904, pode-se ressaltar que a questão da salubridade pública foi tema recorrente uma vez tramitava para aprovação na Câmara dos Deputados o novo Regulamento Sanitário do país. Dentre as propostas do novo regimento, a mais polêmica era da vacinação compulsória contra a varíola. O jornal acompanhou todo esse processo que desencadeou a Revolta da Vacina, tema já abordado no primeiro capítulo.

Nesse ano, a peste bubônica dividiu a atenção da população com outra epidemia que eclodiu na cidade - a varíola. Embora as doenças tivessem ocorrido em períodos diferentes, a primeira entre janeiro e julho, e a segunda de junho à novembro, as críticas mostraram quanto o município estava desprotegido sanitariamente, como demonstrado na tabela número 3.

Entretanto, em 1904, o número de críticas relativo a falta de intervenção pública diminuiu sensivelmente, aparecendo somente em vinte e três matérias, distribuídas como mostra a tabela:

Ano 1904												
Número de matérias publicadas no jornal criticando a falta de intervenção pública	jan.	fev.	Mar	abr.	mai.	jun.	jul.	ago.	set.	out.	nov.	dez.
	2	1	3	2	2	0	0	3	3	1	3	3
<b>Total: 23</b>												

Tabela 03 - Crítica pela falta de intervenção do Estado

Fonte: ECS: 1904

Embora numericamente inferior a 1903, o pequeno número de ocorrências também estavam atreladas ao aparecimento de casos de maior incidência da peste bubônica. Assim como no ano anterior, se percebeu novamente a sazonalidade: o surgimento dessas críticas estava intimamente relacionado ao estado epidêmico do município. Dados que corroboram com a idéia de que entre os anos de 1903 e 1904 o jornal teve em suas propostas de agendamento que o precário estado sanitário do município estava atrelado á falta de mobilidade das esferas administrativas como pode ser visualizado no gráfico:

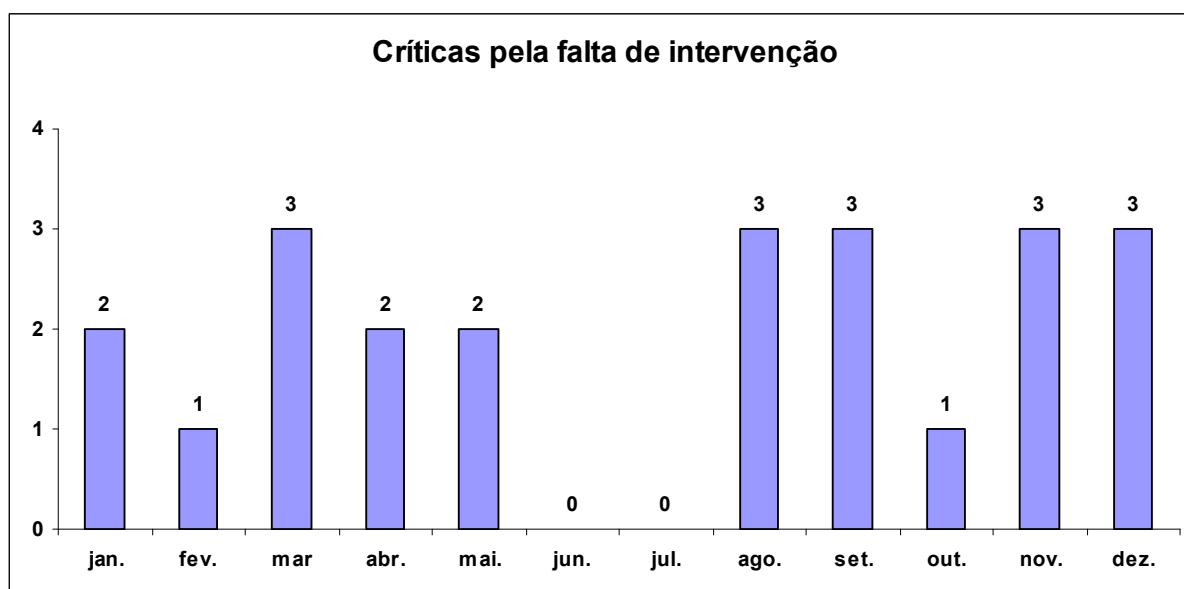


Gráfico 07 - Crítica pela falta de intervenção do Estado

Fonte: ECS: 1904

Observa-se que as críticas pela falta de intervenção ocorreram nos meses em que a cidade foi visitada pelas epidemias: entre janeiro e maio Rio Grande estava ás

voltas com a epidemia de peste bubônica. Já entre agosto e dezembro, o fantasma que assombrava o município era o da varíola.

As matérias veiculadas no ECS sobre o assunto a peste bubônica possuíam um teor crítico à filosofia governamental na esfera estadual e, por conseguinte municipal que não tinha entre seus interesses principais a questão da saúde pública:

A peste - A incompatibilidade da ortodoxia positivista com os interesses gerais é, sobretudo evidente quanto se trata das coisas da higiene. Baseados não sabemos em que princípios, decretaram Miguel Lemos e Teixeira Mendes que não existem micróbios; e Júlio de Castilhos, talvez por mera coerência, resolvera não tomar conhecimento das moléstias que o pedantismo médico costuma atribuir aos micro organismos. Assim é que nunca houve febre amarela no Rio Grande e muito menos peste bubônica em Porto Alegre ou Rio Grande. As moléstias epidêmicas não existindo, é claro que o governo estadual não tinha ou não tem que tomar medidas contra um mal imaginário gerado pelo cérebro doentio de um químico que se chamou Pasteur. Assim a linha de conduta deveria ser a que sempre foi: entregar os destinos da saúde pública a clemência do todo poderoso (ECS: 29 de fevereiro de 1904, nº48).

Em que pese o fato do ECS nesse momento ser um veículo de comunicação que estava passando por uma fase de transição entre a oposição e a aceitação ao governo positivista, essa crítica mostra como a doutrina positivista, e, por conseguinte, o PRR tratava da saúde pública: uma vez que não existia na imaginação positivista micróbios, as doenças causadas por micro organismos não existiam. Esse fator explicava em parte a inércia com que a municipalidade tratava as questões de saúde pública.

O saneamento das contas públicas e a manutenção da ordem também eram responsáveis pela forma como as epidemias foi abordadas, como pode ser verificado na mesma reportagem:

Devido mui provavelmente aos vínculos por vezes estreitos que

prendem certas questões de higiene pública, as relações internacionais, o governo federal, por intermédio do diretor geral de saúde pública, telegrafou ao governo deste estado para que o informasse da verdade, e o dr. Borges de Medeiros respondeu do seguinte modo: 'aqui não existe peste. Há simplesmente um mal infeccioso, mas benigno, sem caráter epidêmico (ECS: 29 de fevereiro de 1904, nº48).

Como a manutenção dos cofres públicos de uma cidade portuária como Rio Grande, estavam intimamente relacionada as questões higiênicas da localidade, uma vez que a existência de uma epidemia diminuiria a circulação do porto e, conseqüentemente, o movimento financeiro da cidade reduziria sensivelmente. Esse foi certamente mais um motivo pelo qual a municipalidade optou pelo silêncio.

Interessante também observar que até a DGSP já havia tomado conhecimento dos casos de peste bubônica no município e mesmo assim o governo estadual respondeu oficialmente que esses não se tratavam da referida doença, mas de uma infecção de caráter benigno.

Outra característica que aparecia com freqüência nas reportagens era que para o periódico a única salvação era a divina; uma vez que para os administradores municipais pautados em sua filosofia política essas doenças não existiam, somente com a interferência divina o estado sanitário melhoraria.

Em suas críticas à forma como a municipalidade estava tratando da marcha da doença, o ECS chegava a propor as medidas que deveriam ser adotadas: *“É preciso que a intendência municipal cuide mais da limpeza da cidade; que a população pratique mais cuidadosamente os preceitos da higiene domiciliaria, que se inicie a matança dos ratos”* (ECS: 26 de março de 1904, nº71).

Como pode ser observado na citação, o jornal além de indicar as melhorias

urbanas para a erradicação da doença, chamava à população para que também fizesse sua parte, cuidando da higiene no âmbito privado. Importante observar que o jornal trabalhava no sentido de prevenção, e higienização não propondo a distribuição do soro antipestoso, o único tratamento efetivo contra o mal.

Ainda tecendo críticas à postura municipal quanto ao estado sanitário do município, uma vez que ainda se verificavam casos de peste o jornal noticiou:

...Embora o pânico da população e as desgraças ocasionadas reclamem a intervenção dos poderes públicos, nada se fez até aqui de prático para combater o mal. Hoje infelizmente arraigado nessa cidade. O indiferentismo manifesto por parte das autoridades sanitárias, será a causa eficiente da disseminação do mal e, então dificilmente se conseguirá deter-lhe a marcha devastadora. A saúde pública, o bem mais estimável que possuem as coletividades, exige, acima de tudo a defesa que tem o direito de esperar das autoridades competentes (ECS:16 de junho de 1904, nº136).

Conforme a citação nenhuma medida profilática foi adotada para que a doença fosse debelada: a inércia dos poderes públicos, denominada pelo ECS como indiferentismo, fez com que milhares de pessoas fossem atacadas pela doença sem que os poderes competentes tomassem as providências cabíveis.

Como já foi relatado anteriormente o número de matérias com teor de crítica a falta de providências frente ao estado sanitário diminuiu sensivelmente em relação ao ano anterior. Não decresceu por ter melhorado o estado sanitário, muito pelo contrário: esse ano além da peste bubônica, a varíola infectou grande número de cidadãos como pode ser verificado na seguinte matéria:

O povo em sua ignorância científica, tem muitas vezes posto resistência a medidas sanitárias, que ferem cruelmente os seus preceitos afetivos...entretanto nosso público, perfeitamente sabedor disso, pois é do seu domínio teima em fugir da vacinação, recalitra,

torna-se imprudentemente perigoso perante as leis da humanidade, prefere sujeitar-se ao sofrimento...Um pouco de boa administração pública e privada, basta para deter o desenvolvimento terrífico da assustadora varíola (ECS: 7 de julho de 1904, nº 154).

No ano anterior as críticas quanto à salubridade pública recaíam sempre na inércia dos poderes públicos, o que se explicava pelo fato de existência de um remédio curativo distribuído gratuitamente por parte do DGSP, e que por fatores políticos filosóficos e financeiros não foi solicitado.

Mas no ano de 1904 a situação se inverteu: havia a vacina<sup>101</sup> e a população à exemplo do ocorrido no Rio de Janeiro mostrou resistência. A partir da aversão da população em aderir à vacinação, o ECS em suas matérias trabalhava com a teoria que era necessária uma remodelação tanto no âmbito público quanto no privado: a administração pública cumprindo com seus deveres de prevenção e em caso de manifestação da doença, prover condições de cura. Já no âmbito privado, a população deveria colaborar facilitando e incentivando a vacinação e cuidando dos preceitos higiênicos.

Mas a postura do jornal não era totalmente altruísta: basta lembrar que nos embates travados na Câmara dos Deputados pela obrigatoriedade ou não vacinação<sup>102</sup>, foram os deputados de orientação positivista, em especial a bancada do Rio Grande do Sul, contrários à vacinação compulsória uma vez que feria os preceitos de liberdade individual. Naquele momento estar criticando essa posição seria tecer críticas à filosofia positivista, inspiradora do governo do Rio Grande do Sul.

---

<sup>101</sup> Vacina antivariólica, também chamada de Jenneriana em homenagem ao seu descobridor.

<sup>102</sup> Interessante observar que a questão da obrigatoriedade ou não da vacinação se tornou muito mais importante do que todo o projeto em si.

Enquanto defendia a vacinação obrigatória, aproveitava para criticar o estado:

A varíola – O sr. dr. Marciano Espíndola, delegado de higiene nesta cidade, apenas pode exigir o isolamento, mas não obrigar que se recolha ninguém ao lazareto, onde, entretanto encontrariam mais e melhores recursos de assistência... cada uma das famílias alcançadas pela medonha moléstia, procura alugar casa onde trate os seus doentes, podendo por conseguinte, espalhar por onde quiserem focos de germens... Infelizmente a lei, numa liberdade que não se justifica, pois só deve ser defendida aquela que representa um benefício geral, não permite providências seguras e fica a população sujeita aos caprichos dos doentes e de suas famílias, a quem, na maioria dos casos, falta necessário escrúpulo para salvaguardar os semelhantes da mesma desgraça que os infelicitos (ECS: 26 de julho de 1904, nº169).

Nesse sentido criticou a falta de intervenção pública no âmbito privado, uma vez que a recusa pelo medicamento de algumas pessoas estaria interferindo na salubridade de toda uma população. Em outras palavras, significa dizer que embora o ECS fosse um jornal de oposição ao governo Municipal e Estadual e defensor das liberdades individuais, aceitava, inclusive solicitava a interferência pública em casos de necessidade - caracterizado no período pelo aparecimento de epidemias como a peste bubônica e a varíola, como bem pode ser notada na seguinte matéria:

Existe um lazareto destinado ao recolhimento de pessoas acometidas de varíola, ... Entretanto, a delegacia de higiene, porque não tem poderes para tal, não pode obrigar a remoção dos variolosos para aquele estabelecimento, pois segundo nos informam a inspetoria geral de higiene, determinou de sejam transferidos apenas os doentes que assim o quiserem. De sorte que a saúde pública está a mercê da vontade dos variolosos, não havendo para quem apelar (ECS: 29 de outubro de 1904, nº 248).

Conforme a reportagem, mesmo que a municipalidade tomasse medidas cabíveis quanto ao isolamento dos doentes, essas esbarravam em outra dificuldade: o livre arbítrio dos infectados, uma vez que só iriam para os estabelecimentos de

isolamento os enfermos que consentissem.

Como pode ser observado, um dos fatores que prejudicou o estado sanitário do município segundo o ECS foi o respeito ao extremo das liberdades pessoais, garantidos de forma legal através da Constituição Estadual de 1891. Preceito esse, que segundo o jornal deveria ser ignorado em função da manutenção do bem comum.

Como foi relatado o número de críticas relativas a falta de intervenção do estado decresceu em 1904. Essa diminuição considerável no número de críticas corrobora com o pensamento de ALVES: “*Entre 1904 e 1907, ocorreu uma considerável diminuição na quantidade de pronunciamentos político-partidários expressos pelo Echo, num prenúncio da nova fase na qual ele brevemente entraria*” (2002, p. 346). Esse período, segundo o autor iniciado em 1904, pode ser considerado como de transição entre a fase de oposição e de apoio governamental.

### **PESTE BUBÔNICA**

Em 1904 a epidemia de peste alastrou-se pelo país: o ECS noticiou casos da doença no Rio de Janeiro (Cf. ECS nº 58, 75, 79, 91 e 112), Porto Alegre (Cf. ECS nº 61, 66 e 70), São Paulo (Cf. ECS: nº 72), Pará (Cf. ECS: nº 100) e Bahia (Cf. ECS: nº 157). A doença oficialmente estava instalada no país. Em todos esses locais onde foi reconhecido o estado de epidemia legalmente, a União, através do DGSP enviou **o soro anti-pestoso**, conforme o decreto nº 1151 de cinco de janeiro de 1904 que reorganizou o serviço administrativo da União, conforme se observa: “*O Instituto [Soroterápico Federal] é obrigado a fornecer gratuitamente aos Estados e municípios que os solicitarem os soros e as vacinas que prepara não incluída no número destas*



*a vacina anti-varfólica...*” (ATOS do poder legislativo: 1960, p. 4).

Entretanto não se tem notícias que o medicamento tenha chegado ao município por intermédio do governo estadual uma vez que não foi reconhecida oficialmente a epidemia de peste. Mas o remédio chegou através de iniciativas particulares como a oficina Maçônica Henrique Valadares que encomendou o soro no Rio de Janeiro. Conforme o jornal, a mesma medida foi adotada pela instituição no ano anterior (Cf. ECS: 17 de março de 1904, nº 63).

Os casos de peste bubônica em Porto Alegre não foram noticiados oficialmente, da mesma forma que no município de Rio Grande:

O dr. Oswaldo Cruz, diretor geral de saúde pública, recusa terminantemente, satisfazer qualquer solicitação de soro, declarando que não mandará para Porto Alegre nem um tubo de vacina enquanto o governo do Estado não declarar a existência de peste bubônica em Porto Alegre, e não forem aqueles preparados requisitados oficialmente como tem feito as administrações do Pará, Amazonas, Maranhão e Pernambuco ( ECS: 02 de abril de 1904, nº 75).

Essa citação mostrou que mais do que uma atitude municipal, a forma como era tratada a saúde pública era uma filosofia partidária, que permeava todo o território do Rio Grande do Sul. Essa postura adotada pelo PRR, fez com que muitas pessoas fossem à óbito uma vez que o único remédio eficaz contra a peste só era remetido em caso de reconhecimento oficial da doença, fato que não ocorreu aqui.

Em 1904, houveram cento e quatro reportagens sobre a peste bubônica. Desse total, cinqüenta e nove matérias ocorreram durante os meses de janeiro à maio, época de calor intenso e por isso, período de maior virulência da doença:

CUIDADO - Podemos garantir que em vários pontos da cidade, especialmente nas proximidades desta tipografia tem aparecido muitos ratos mortos... As autoridades sanitárias, enquanto é tempo podem e devem tomar medidas preventivas, tendentes a opor

resistência a uma invasão qualquer de moléstia suspeita. Ao povo recomendamos a necessária cautela, pois bem viu, da vez passada, que não pode confiar nas providências emanadas das autoridades superiores de higiene, que o abandonaram por completo deixando-o a mercê do acaso e entregue a seus próprios cuidados... (ECS: 08 de janeiro de 1904, nº6).

Como não haviam ainda nenhum caso confirmado da doença, somente o aparecimento de ratos mortos, o que já era o indício de que a peste estava prestes a eclodir, o tom continuava sendo de alerta, tanto por parte das autoridades municipais e estaduais que deveriam tomar providências cabíveis no sentido de tentar eliminar a doença do município, fato que não ocorreu em 1903; quanto da população que teria que se precaver com os poucos meios que possuía:

A matéria relatou o aparecimento de ratazanas mortas em um bairro do município. Embora pedisse medidas profiláticas de desinfecção, em nenhum momento o jornal criticou a municipalidade pela falta de ação ao contrário da matéria que circulou no jornal dois dias após:

Assim o quiseram, assim o tiveram. O ECS nestes três últimos meses não tem cessado de clamar contra o perigo da peste bubônica. O governo não deu o passo mais significativo para acudir as prevenções da imprensa. Deixou-se ficar absolutamente quieto e inerte, fazendo crer que tais boatos não passavam de fantasia da imprensa (ECS: 18 de janeiro de 1904, nº 14).

Ainda em janeiro, o ECS noticiou que a doença estava alastrada na capital do Estado: *"A peste, com crueza dolorosa, devasta a capital do Estado, sem que o governo tenha coragem de enfrenta-la, já pelo emprego de medidas inadiáveis, já pela declaração oficial de sua existência ...O silêncio em tais casos é um crime. Se há vinte famílias que acreditam na invasão do flagelo, porque tem o coração a*

*sangrar pelo luto...*" (ECS:16 de janeiro de 1904, n °13).

Pode-se observar na citação que a administração pública, tomou na capital as mesmas medidas adotadas em Rio Grande, ou seja, o silêncio. Esse fato mostra que essa não era uma medida própria da administração Rio-Grandina, mas uma política da administração positivista, conforme já foi abordado anteriormente.

O dr. Ramiro Barcelos é partidário do emprego do soro, nos casos de peste bubônica. A dose mínima deverá ser de 30 centímetros cúbicos (30cc)...Aqui no Rio Grande, o dr. Duprat Filho chegou a infectar 500cc de soro num enfermo, que já se achava em estado gravíssimo, e que no entanto se restabeleceu (ECS:14 de março de 1904, n°60).

Como já havia sido relatado no ano anterior pelo jornal, o soro já estava sendo manipulado no município pelo corpo médico diplomado, não licenciado. A cura da doença estava mais próxima, mas infelizmente somente ao alcance da população que possuía condições financeiras de arcar com seu tratamento. Faltava apenas vontade política.

No início do mês de março, o tom das matérias ainda era o mesmo: *"Temos denúncia de que estão aparecendo ratos mortos, em grande quantidade, pelas bandas do Parque. Urge tomar imediatas providências, tratando de desinfetar aquele bairro, a começar pela graixeira onde a epizootia é alarmante."* (ECS: 8 de março de 1904, n°. 55).

Um tom crítico mais agressivo apareceu dias mais tarde, no auge da epidemia:

A benignidade dos casos isolados de peste bubônica, no mês de fevereiro cede lugar a sérias preocupações, com o agravamento do

estado sanitário... A bubônica, com todo seu cortejo de dores, aí está... Os médicos começaram a aplicação do *serum* em doses elevadas como aconselha o sr. dr. Augusto Duprat, no seu relatório ao instituto Pasteur. Cumpra a Intendência o seu dever! Acautele-se a população! (ECS: 16 de março de 1904, nº62).

Embora o jornal pedisse providências à municipalidade e cuidado à população, a reportagem não se constituía de uma crítica aos poderes públicos, uma vez que não atrelava o aumento do número de casos à sua inércia como ocorreu no ano anterior.

Ainda nesse mês o ECS teceu questionamentos sobre a salubridade pública: *“Porque motivo nessa cidade a Delegacia de higiene não promoveu o emprego de qualquer medida tendente a atenuar e impedir o desenvolvimento do mal epidêmico por meio de uma ação enérgica, bem combinada?”* (ECS: 25 de março de 1904, nº70)

As reportagens sobre a doença nos meses de abril e maio, embora fossem em grande quantidade relatavam o estado sanitário da Capital Federal, onde a epidemia estava alastrada (Cf. ECS: nº 81, 95,103 e 112). A mesma medida foi adotada para os casos da doença em Rio Grande, onde eram relatados os casos, sem que houvesse um comentário crítico. Exemplo foi a notícia do falecimento de um jovem de apenas 19 anos. Segundo o ECS: *“seu médico assistente, sr. Dr. Lopes Rodrigues, atestou como causa da morte infecção ataxico-adinâmico. O sepultamento do cadáver teve lugar ontem mesmo, às 11 horas do dia. Condolências”* (ECS: 14 de maio de 1904, nº108). Como pode-se observar, o jornal limitou-se a noticiar sobre a morte, sem tecer maiores críticas. O tom da matéria era informativo, não opinativo, como ocorreu no ano anterior.

Nos meses seguintes as prevaleceu nas reportagens o tom informativo como pode ser observado: *“Em uma casa da rua Paraguaçu, próximo a praça sete de setembro, existe um doente de peste bubônica”* (ECS: 02 de junho de 1904, nº 124). Não aparecendo como se pode observar a crítica, embora essa conotação não tenha desaparecido de todo:

Mais um caso fatal de peste bubônica vem hoje aumentar a estatística, cruelmente dolorosa daquele flagelo, que parece ter-se implantado no Rio Grande do Sul... a saúde pública, o bem mais importante que possuem as coletividades, exige, acima de tudo a defesa a que tem o direito de esperar das autoridades competentes. Sirvam nossas palavras de apelo à delegacia de higiene (ECS: 04 de junho de 1904, nº 126).

Conforma a citação, o ECS estava “apelando” para que a municipalidade tomasse providências visando a extinção da doença no município. O jornal não pede simplesmente, “suplica” pela saúde de toda uma população.

Em julho, um fato pitoresco levou o ECS a tratar da doença de forma crítica: *“um doente atacado de peste bubônica, atualmente restabelecido, mudou-se de um quarto existente num porão... sem que até agora tenha sido feita a desinfecção que se impunha como uma necessidade imediata. Cumpra as autoridades sanitárias tomar providências, sem perda de tempo pois está em jogo a saúde pública”* (ECS: 06 de julho de 1904, nº153).

A citação trouxe à tona um fato curioso: famílias com recursos financeiros, quando tinham um ente atacado de peste bubônica, não querendo enviá-lo para um hospital, alugavam peças em porões ou em cortiços. Essa medida de “isolamento alternativo”, representava uma incoerência, pois, ao mesmo tempo que impedia que a doença se propagasse na residência, o doente era tratado nos locais mais

propícios para o alastramento de moléstias.

Aos poucos, o ciclo da doença começou a declinar e os casos de pessoas infectadas a diminuir. Embora não relatasse mais casos da epidemia no município, trazia informações sobre o estado sanitário da Capital Federal (cf. ECS: nº 136, 140, 142,153) o que ratifica a teoria do agendamento uma vez que o assunto não saía da pauta do jornal. Na falta de relatos sobre a doença no município, buscavam-se notícias de longe, mas sem nunca perder o foco na questão da falta de salubridade pública.

O segundo tema relacionado à questão da saúde pública que permeou as páginas do ECS, foi a Regulamentação do Código Sanitário que será analisado à seguir.

### **REGULAMENTAÇÃO DO CÓDIGO SANITÁRIO LEIA-SE VACINAÇÃO OBRIGATÓRIA**

Com relação à vacinação obrigatória, que foi motor do levante popular, da Regulamentação do novo Código Sanitário, a primeira notícia vinculada no ECS data de 19 de abril de 1904 (nº 89), momento em que estava havendo um acalorado debate na Câmara a respeito a obrigatoriedade ou não da vacina, sendo inclusive a bancada rio grandense contrária ao projeto.

Interessante observar que a totalidade dessa nova lei nunca foi abordada nas páginas do ECS. Todas as notícias estavam vinculadas à questão do ato compulsório da vacinação. Esse fator está relacionado ao fato de que os maiores opositores ao projeto era a bancada gaúcha na Câmara dos Deputados (de orientação positivista). Ao estabelecer censura à essa medida, ainda que em âmbito

nacional, o jornal estava criticando a postura dos administradores estaduais. Ou seja, o ECS não estava tecendo críticas ao estado sanitário do município de Rio Grande nem do Estado, mas continuava criticando a filosofia positivista.

No mês seguinte, o jornal anunciou que medidas judiciais estavam sendo tomadas para que fosse proibida a vacinação compulsória: “*O advogado desse foro, Duque Estrada, requereu junto ao Supremo Tribunal Federal habeas corpus em favor da população fluminense*” (ECS: 17 de maio de 1904, nº 110)

A questão das liberdades individuais estava no centro das discussões jurídicas: para os magistrados ninguém poderia ser vacinado de forma compulsória.. Passado algum tempo, em julho, foi veiculada no jornal, uma reportagem extensa intitulada “A vacinação” onde lê-se:

Infelizmente, pelo que temos observado, o nosso povo prefere sujeitar-se aos estragos desta moléstia terrível e horrível, que destrói vidas e formosuras- a varíola- que perder alguns momentos indo e levando seus filhos a vacinarem-se. É um perronismo que não se explica, um crime que não se pode perdoar... Entretanto, por inexplicável teimosia, por espírito de rebeldia às sábias prescrições médicas, por uma infeliz orientação, permanecem imunes, entregam-se por assim dizer, de mãos amarradas, ao execrável mal que todos os invernos nos visita... Terrivelmente o confessamos; é um sinal bem pouco honroso da nossa civilização esta rebeldia (ECS: 02 de julho de 1904, nº 150).

Somente no fato de apoiar a obrigatoriedade da vacinação já diferenciava o Echo do Sul de seus pares. Segundo Darci Ribeiro (1991) a luta contra Oswaldo Cruz foi apoiada por quase toda a imprensa participando como pode ser verificado no primeiro capítulo com as charges estampadas nas páginas de jornal. Também percebe-se que a crítica do jornal extrapolava a esfera pública, no tocante ao seu comportamento e atingia a questão política. Não é segredo sua oposição política

contrária ao governo do Estado, quando revelava a:

Perniciosa campanha levantada no Congresso Nacional, contra a vacinação, pelos representantes deste Estado incompetentes cientificamente para apreciarem a questão, e suspeitos por todos os motivos sobre o assunto, porque sendo em sua maioria positivistas, combatem por sistemas, em obediência às suas doutrinas filosóficas (ECS: 02 de julho de 1904, nº 150).

Terminava chamando a atenção da população para os riscos a que estão sujeitos se não se precaverem da doença, cuidando principalmente das crianças.

Ainda no mesmo mês, as páginas do jornal foram dedicadas a um artigo extenso referente a vacinação obrigatória. Onde, mais uma vez foram tecidas críticas á forma de governo vigente no Estado:

Os positivistas, que são, sistematicamente, contrários a todos os processos de soroterapia, que não se cansam de combater o que eles denominaram- despotismo sanitário- tem impugnado fortemente a adoção dessa medida. Ainda há dias, na câmara, o Deputado Barbosa Lima<sup>103</sup> a combateu vigorosamente, em nome da liberdade individual (ECS: 13 de julho de 1904, nº159).

A mesma discussão foi retomada dias depois quando o jornal comentou a violenta linguagem utilizada pelo político gaúcho, quando criticou o governo na implantação da referida lei, chegando inclusive a insuflar a população à revolta. A imprensa também estranhou o fato do deputado não mais considerar Cassiano do Nascimento seu líder. Motivo: ser ele favorável à obrigatoriedade da vacinação. Observa-se então que a vacinação provocou uma cisão na bancada sulista.

A celeuma que se forma sobre a posição a favor ou contra o projeto foi tamanha que até o presidente do Estado, Borges de Medeiros se manifestou, uma

---

<sup>103</sup> Alexandre José Barbosa Lima (1862-1931). Eleito Deputado Federal pelo Ceará à Assembléia Constituinte de 1891. Eleito Deputado por Pernambuco, Rio Grande do Sul e Distrito Federal e Senador pelo Amazonas e Distrito Federal (Cf. FLORES:2001).



vez que “entende que a divergência política na bancada rio-grandense, sobre a obrigatoriedade da vacina, não passa que uma questão aberta no seio daquela corporação, estando porém de acordo com o modo de pensar dos representantes que votaram a favor do projeto.” ( Echo do Sul, 22 de julho de 1904, nº166). Projeto esse, que finalmente foi aprovado em 22 de julho de 1904.

A crítica do periódico ao modelo político positivista continua nas páginas do periódico, quando dizia que

Continua, o que custa a acreditar, incessantemente, tenaz e violenta a propaganda do positivismo contra a prática da vacinação da varíola, a que prestam mão forte os adeptos daquela seita no próprio recinto das duas casas do congresso.

Doloroso é registrar o fato, tanto mais que esta temível campanha encontra sempre apoio nas massas populares, mais confiantes no poder divino que nas práticas higiênicas, que nos conselhos refletidos dos profissionais (ECS: 28 de julho de 1904, nº171)

Continuou a reportagem lembrando que países desenvolvidos como a Alemanha, onde a vacinação é obrigatória, poupa milhares de vidas com esta simples prática, enquanto outros países (inclua-se ai o Brasil) não adotam essa medida. Outro exemplo mostrado de avanço na área científica foi a Argentina, onde, tanto a vacinação quanto a revacinação (no primeiro ano e no décimo ano de idade respectivamente), eram obrigatórias.

Na mesma data foram vinculadas mais duas notícias referentes ao mesmo tema: a primeira refereria-se a Reunião da Academia de Medicina, que aprovou uma declaração comprovando a eficácia da vacinação; a segunda, ao fato do Advogado Duque Estrada impetrar junto ao Supremo Tribunal uma ordem de *Hábeas Corpus* em favor da população fluminense, que sentia-se ameaçada pelo constrangimento ilegal motivado pela decretação da vacinação.

As notícias de 4 de agosto ( ECS: nº 177) relatam que no Rio de Janeiro foi apreendida uma grande quantidade de boletins incitando a população a reagir contra a vacinação obrigatória, não sendo possível reconhecer seus autores. Outra manifestação contrária ao fato foi relatada quatro dias após, (ECS: nº 181) quando alunos do Ginásio de Campinas anunciaram que redigiriam memorial ao congresso protestando contra esse ato.

O clima de tensão na capital ia se agravando, e o jornal acompanhava os fatos. Outra matéria contra a vacinação obrigatória chega à Rio Grande pelo vapor Itaúna, e o Echo do Sul reproduz alguns trechos:

#### Cidadãos

O atual regulamento de higiene, cognominado o código de torturas, é uma agressão a dignidade humana, é um ataque a probidade médica, é um atentado a nossos brios, é uma violação insólita de vossas câmaras conjugais, é um desacato grosseiro aos nobres melindres de vossas esposas, é finalmente, um bote selvagem aos santos aposentos de vossas filhas púberes. Enquanto se praticam tantas e tão grandes violências, as ruas, as estradas, as praias, as valas, os riachos e os canos, até a própria rua do Ouvidor estão pesados de imundícies.... (ECS, 10 de agosto de 1904, nº 182)

Como se pode observar, todas as críticas à medida sanitária ficavam na esfera da proteção das liberdades individuais, não sendo negada a eficácia do tratamento. Já no dia 15 de agosto ( ECS nº 186), em uma pequena nota o jornal relatou a intenção do Deputado Teixeira Brandão em apresentar a câmara dos Deputados um substitutivo à lei já aprovada, restringindo a obrigatoriedade da vacinação somente ao Distrito Federal. Dois dias depois (ECS: nº 188), o jornal editou o parecer do deputado que trata da vacinação nos aspectos científico, jurídico e políticos, segundo ele da ótica médica, não haveria objeção que prevalecesse contra a imunização, como medida profilática da varíola; do jurídico, demonstrava

que a coação imposta pela vacinação não diferia das que eram estabelecidas por todas as outras medidas de higiene; Por último, do ponto de vista jurídico discutia o dever moral que tinha todo o cidadão de prevenir-se contra uma doença, cujos efeitos poderiam afetar toda a coletividade.

Embora estivesse convicto quanto à necessidade desta medida profilática, dizia “não acreditar na eficácia da propaganda quando se tem de influir no espírito público para fazer adotar científico”. Em outras palavras, acreditava ser necessário, além das campanhas educacionais, o uso da força para que fosse realizado este intento.

Foram inúmeras as representações apresentadas na Câmara contra este projeto governamental: pelos habitantes da capital gaúcha (Echo do Sul, 24 de agosto de 1904, nº194); “representantes do proletariado”<sup>104</sup> (Echo do Sul, 29 de agosto de 1904, nº198)

O relato da sessão da Câmara do início do mês de setembro mostrou dois fatos interessantes: o primeiro foi o início da participação popular mais ativa, o que culminou com o enfrentamento físico de populares com a polícia no início de novembro; o outro foi uma preocupação dos deputados com o efeito que a lei geraria junto à população, do que com a saúde da mesma que é contrária a este ato governamental:

O deputado Barbosa Lima continuou, na Câmara, seu ataque contra a vacinação obrigatória, terminando por antever que aquela corporação será maldita no conceito popular caso vote a lei em discussão....Causou profunda impressão o discurso pronunciado na câmara pelo deputado Barbosa Lima. O povo, que enchia as galerias, rompeu em aplausos quando aquele deputado assim se expressava (ECS: 03 de setembro de 1904, nº203).

---

<sup>104</sup> O ECS não trouxe nenhuma informação sobre quem eram os “representantes do proletariado”.

A contenda na Câmara dos Deputados continuou nos dias seguintes: *“Esteve muito animada a sessão da Câmara. Barbosa Lima pronunciou cinco discursos, Brício Filho falou três vezes, Germano Hasslocher duas... Ninguém o defendeu. Hoje será encerrada a discussão, esperando-se como certa a queda do projeto, contra a qual já existem 53 votos conhecidos”* ( ECS: 05 de setembro de 1904, nº 204).

A preocupação com o fato de ter seu nome relacionado a esta medida tão impopular fez com que deputados mesmo sendo favoráveis a este procedimento não quisessem ter seu nome atrelado aos fatos.

Uma vez encerrados os debates, passou-se para a votação do projeto que contou com 22 votos a favor e 35 contrários. Como não poderia deixar de ser, até por sua opção político partidário, a bancada rio-grandense votou contrária ao projeto. Exceção à regra foi o deputado Victorino Monteiro, que foi favorável ao projeto.

Ninguém contesta a eficácia da vacina, mas a imposição desse processo e nesse sentido se repisa o argumento da liberdade individual. No entanto, quase todos os povos do mundo, ciosos de sua liberdade aceitam a vacina obrigatória: Em França, a vacinação tornou-se obrigatória pela lei de 15 de fevereiro de 1902. na Itália, existe uma obrigatoriedade desde 1888. Na Alemanha, existe desde abril de 1875 e, desde então, pode-se dizer-se que a varíola desapareceu.... (ECS: 14 de setembro de 1904, nº 211).

O jornal enumerou novamente uma série de países desenvolvidos que em prol da coletividade, optaram por abrir mão do direito de não vacinação. Mostrando mais uma vez o princípio do ECS que embora prezasse as liberdades individuais considerava lícita a intervenção em situações especiais.

Posição que foi defendida pelo jornal durante todo período em que tramitou na Câmara dos Deputados o projeto de vacinação obrigatória:

O povo rebela-se, não querendo submeter-se aquela imposição cujo autoritarismo desaparece em face do objetivo que visa, e os próprios deputados, que dizem interpretar os sentimentos das massas populares que os elegeram, são os primeiros a levantar a grita infernal... E esquece-se o benefício que da vacina obrigatória pode resultar, para dar ouvidos a voz da vaidade que se revolta contra a imposição dum preceito utilíssimo, aconselhados pelos mais eminentes médicos do mundo (ECS: 04/10/1904, nº 227).

Cabe aqui uma novamente uma observação à postura do ECS: enquanto o jornal tecia críticas aos Deputados que eram contrários à obrigatoriedade da vacina havia uma crítica velada a bancada gaúcha, de inspiração positivista, defensora das liberdades individuais. Nessa perspectiva, segundo Beatriz Teixeira WEBER *“não cabia os órgãos oficiais estabelecer o que seria competência dos médicos, pois a população moralizada e instruída era que deveria apreciar tanto a moral a de quanto a capacidade técnica desses profissionais..”* (1998, p.10). Sendo assim, não cabia ao Estado impor uma metodologia científica de tratamento, mas deixar que a população escolhesse qual a melhor forma de tratamento. Então, enquanto o jornal criticava uma ação no âmbito Federal, na realidade estava criticando o governo de inspiração positivista, que enquanto discutia pela obrigatoriedade ou não da vacinação deixou a doença se alastrar pela cidade. E, ao mesmo tempo em que mostrava os fatos ocorridos na Capital Federal, criticava a postura dos administradores municipais.

Em artigo datado de 04 de outubro intitulado “Contradição”, foi defendida a idéia da vacinação, mesmo sendo compulsória, pois, para o ECS, era uma medida:

de utilidade pública, ditada unicamente pela necessidade de

acautelar a saúde alheia, contra a ação cruel da varíola, são gerais os protestos, tendo a discussão de tal assunto levado o tumulto ao seio da câmara dos deputados. O povo rebela-se não querendo submeter-se aquela imposição, cujo autoritarismo desaparece em face do objetivo que visa, e os próprios deputados, que dizem interpelar os sentimentos das massas populares que os elegem são os primeiros a levantarem-se a grita infernal... e esquece-se o benefício que da vacina obrigatória pode resultar, para dar ouvidos a voz da vaidade que se revolta contra a imposição dum preceito utilíssimo, aconselhado pelos mais eminentes médicos do mundo (ECS: 04 de outubro de 1904 nº227).

O confronto entre governo e populares começava a tornar-se eminente, o que ficou evidenciado em nota no dia 10 do mesmo mês onde,

O governo da República está disposto a agir pronta e energicamente contra os que procuram alterar a ordem sob o pretexto da obrigatoriedade da vacinação. Para isso tomou providências de modo a achar-se aparelhado para agir contra os promotores de tais planos subversivos. O governo conhece os aliciadores das referidas desordens (ECS: 10 de outubro de 1904, nº 232).

No final de outubro, como a pressão contrária era muito grande, governo tinha pressa em regulamentar a lei da obrigatoriedade. Precisava sanear o Rio de Janeiro o mais rápido possível, para que o dinheiro voltasse a circular na capital. Como os debates na Câmara não evoluíram, Rodrigues Alves, presidente da República sancionou a lei que estabeleceu a obrigatoriedade da vacinação em 02 de novembro de 1904. Por esta lei, não poderia casar, assumir emprego público, hospedar-se em hotel, viajar quem não estivesse com a carteira de vacinação em dia. Esta lei gerou um confronto que durante aproximadamente quinze dias desestabilizou a capital do país com confronto entre a polícia a manifestantes, depredação de patrimônio público prisões e mortes, já comentado no primeiro capítulo.

Com referência as reportagens veiculadas no jornal Echo do Sul sobre a discussão da obrigatoriedade da vacinação contra a varíola pode-se tecer algumas considerações:

Fato explícito ao ler as reportagens apresentadas era a postura do jornal de apoio ao ato compulsório. Seu argumento principal eram as novas descobertas científicas e o benefício da vacinação para a coletividade. O periódico chegou até mesmo classificar como irracional, não civilizado aceitar as novas descobertas da medicina. Citou inclusive países onde a vacinação já era uma realidade e conseqüentemente os baixos índices de mortalidade pela febre amarela. Reconhecia entretanto, que o ato compulsório feria os preceitos constitucionais, mais estes deveriam ser suprimidos visando o bem da coletividade.

Pode-se afirmar então que o jornal aproveita-se de uma situação externa para tecer críticas ao projeto político vigente no estado do Rio Grande do Sul, o que corrobora com a teoria do agendamento. Embora o ECS estivesse atravessando uma fase de transição entre a oposição e a aceitação do modelo político positivista, diminuindo consideravelmente o número de críticas a essa administração, encontrou uma forma ainda que indireta de mostrar sua contrariedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho algumas considerações se fazem necessárias: o estado sanitário do município do Rio Grande entre os anos de 1903 e 1904 não mostrava apenas a falta de planejamento da administração municipal, mas antes disso, fazia parte do projeto político positivista, do qual a saúde pública não representava uma prioridade naquele momento.

A administração Castilhista, calcada nos preceitos de Augusto Comte e de sua filosofia positivista, gerenciou o governo do Estado até 1929. Sua filosofia política era pautada por três pilares básicos: obediência cega aos preceitos do partido, administração sem dívidas (utilizavam o *slogam* “conservar melhorando”) e a manutenção da ordem. A intervenção do Estado sobre a população, não ocorreu, ao contrário de Estados como Rio de Janeiro e São Paulo através de um projeto higiênico-saneador-moralizador, muito utilizado naquele período.

Essa administração, prezando as liberdades individuais, preceito constitucional estabeleceu, que fosse livre o exercício profissional no Estado. Qualquer pessoa estando habilitada (pagando o imposto profissional) poderia exercer qualquer profissão, inclusive as artes de curar. Em que pese o fato dessa medida ter sido adotada devido aos poucos profissionais com nível superior no Estado, a realidade é que os positivistas não viam com bons olhos o saber médico.

Ao procurar esses profissionais que tinham seus honorários inferiores aos médicos oficiais, a população optava por uma medicina alternativa, que para os casos de peste bubônica não tinha eficácia. O médico diplomado só era procurado



quando as outras opções já haviam se esgotado.

Como a constatação oficial de vários casos de peste bubônica, doença com alto índice de mortalidade, levaria a alteração da ordem pública, além do aumento de gastos, a municipalidade optou por atuar em duas frentes de trabalho: a primeira foi a desinfecção de casas, prédios e localidades onde comprovadamente existiam casos da doença; a segunda foi o isolamento dos doentes, que poderia ser realizado tanto no pavilhão de isolamento da Santa Casa de Misericórdia do município, quanto através da abertura de Lazaretos por parte do governo estadual.

Ambas medidas tinham apenas poder paliativo e não curativo, uma vez que a desinfecção ficava restrita a determinada circunferência, e o isolamento não tratavam efetivamente do doente, apenas o retirava do convívio social.

Também deveria ser levado em consideração o fato de que o reconhecimento por parte dos órgãos administrativos de um estado de epidemia faria com que o movimento do porto diminuísse consideravelmente. Como um dos motores da industrialização era o porto, sua baixa operacionalidade acarretaria prejuízos financeiros ao município e ao Estado. E como o saneamento financeiro constituía-se prioridade sobre o urbano, a municipalidade optou por ignorar não só os casos de peste bubônica, mas de muitas outras doenças como a varíola que por ventura surgiam, e alegar que o estado sanitário do município era bom ou satisfatório como pode ser verificado nos RCMs ao longo dos anos.

Esses fatores sobrepuaram-se a existência da cura para a peste bubônica (*serum yersin*), o soro ser fabricado no Brasil desde 1900 e distribuído de forma gratuita pela União através do Departamento Geral de Saúde Pública aos municípios

que decretassem estado de epidemia, fato que não ocorreu.

O silêncio e a inércia por parte das autoridades fez com que as pessoas que não tivessem condições financeiras de arcar com as custas de seu tratamento ficassem à mercê dos cuidados da municipalidade, que conforme relatado anteriormente, trabalhava com ações paliativas e não preventivas, aumentando sensivelmente o número de óbitos.

Também deve ser levado em consideração o fato de que durante toda a administração do Partido Republicano Riograndense, que percorreu desde o final do século XIX até a terceira década do século XX, a saúde pública não representou prioridade durante toda a extensão do governo, como pode ser verificado nos RCMs entre os anos de 1902 e 1928.

Como as políticas municipais eram submetidas aos ordenamentos estaduais (não esquecer da obediência severa aos preceitos castilhistas), os próceres municipais tinham restrita mobilidade de ação política.

O jornal ECS, mesmo mantendo entre os anos de 1903 1904 uma postura de censura à administração da municipalidade, era conhecedor dessa submissão. Como foi visto no quarto capítulo, em várias reportagens relatava que o Delegado de Higiene do município fazia o possível dentro de suas limitações.

Utilizava, entretanto, o precário estado da saúde pública de Rio Grande como uma ferramenta para seus embates críticos frente ao governo municipal, sob a administração do PRR.

O confronto entre a municipalidade e o jornal ECS representava muito mais do que o enfrentamento e entre um meio de comunicação e o poder municipal local:

Ambos representavam dois projetos políticos antagônicos no que dizia respeito a higienização e saúde pública do município de Rio Grande.

O primeiro, o positivista, que se auto intitulava liberal, principalmente no que dizia respeito saúde, quando se observa que a constituição de 1891 garantia o livre exercício profissional. No Rio Grande do Sul, a interferência do poder local tinha um cunho político centralizador, onde a higiene e a saúde pública não representavam prioridade.

Já para o jornal, cabia a intendência tomar providências no sentido de viabilizar melhorias urbanas (a principal seria a saúde pública), nem que para isso fosse necessária a interferência do poder público na propriedade privada, além da educação de preceitos básicos de higiene.

Tais evidências corroboram a tese de que o trato com a saúde pública no município de Rio Grande, nada mais era do que o reflexo da administração positivista à nível estadual que não via a saúde pública como uma primazia governamental. Já o ECS, opositor político da administração positivista encontrou na frágil condição da saúde pública um mote para tecer críticas a administração municipal, e, por conseguinte, Estadual.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES

- Jornal ECHO do SUL: 1903 e 1904.
- RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal do Rio Grande. Rio Grande: Tipografia do Diário do Rio Grande, 1903.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRÃO, Janete Silveira. Banalização da morte na cidade calada - A Hespanhola em Porto Alegre, 1918. Porto Alegre, Edipucrs, 1998.
- ALVES, Francisco das Neves. O Discurso Político-Partidário Sul- Rio-Grandense Sob o Prisma da Imprensa Rio-Grandina (1868-1895). Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2002.
- ALVES, Francisco das Neves. Sociedade e saúde pública no Rio Grande do Sul: ensaios históricos. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2005.
- ALVES, Francisco das Neves. A pequena Imprensa Rio Grandina no século XIX. Rio Grande: Editora da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1999.
- ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luis Henrique. Visões do Rio Grande. Rio Grande: URG, 1995.
- ANDRADE, Rosane de. Fotografia e Antropologia-Olhares Fora Dentro. São Paulo: Edições Liberdade/PUCSP: 2002.
- A PESTE bubônica em Santos. Revista Médica de São Paulo. São Paulo: v. 2, 1899.
- ARRAES, Monte. O Rio Grande do Sul e suas Instituições Governamentais. Rio de Janeiro: Typographia do Anuário do Brasil, 1925.
- ATOS do poder Legislativo. Decreto nº 1.151 de 5 de janeiro de 1904. in: Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil, 1904, v.1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.
- AXT, Gunter. Política portuária e de navegação e a formação do Estado do Rio Grande do Sul (1900-1930). In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits (org.). Breve inventário de temas do sul. Porto Alegre: UFRGS: FEE; Lajeado: UNIVATES, 1998.
- BECKER, Gisele. A Construção da Imagem da Prostituição e da Moralidade em

Porto Alegre Pelo Jornal A Gazetinha. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS: 2007.

- BENENSON, Abran (editor). El Control de las enfermedades trasmissibles em el hombre. Organzacion Panamericana de La Salud: Washigton D.C. 1992.

- BITTENCOURT, Corrêa. Saúde Pública In: Década Republicana. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1986.

- BOEIRA, Nelson. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sérgio (org.). RS: Cultura e Ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

- CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados - O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

- DIDONET, Zilah Cercal. O Positivismo e a Constituição Rio-Grandense de 14 de julho de 1891. Santa Maria: Imprensa Universitária, 1977.

- ESPIRITO SANTO. Miguel Frederico. Julio de Castilhos e Fernando Gomes. IN: AXT, Gunter; SEELIG, Ricardo Vaz et all. Júlio de Castilhos e o Paradoxo Republicano. Porto Alegre, Nova Prova, 2005.

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Constituições Rio-Grandenses: 1843-1947. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1963.

- FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. A Arte de Curar – Cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

- FLORES, Moacyr. Dicionário de História do Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

- FONTOURA, João Neves. Memórias - Borges de Medeiros e seu tempo. Porto Alegre: Editora do Globo, 1958.

- FONTOURA, Edgar Braga da. Sinopse da História do Rio Grande: 1737-1822. Rio Grande: Editora da Fundação Universidade do Rio Grande, 1985.

- FOUCAULT, Michel. O nascimento da clínica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

- FRANCO, Sérgio da Costa. Júlio de Castilhos e sua época. Porto Alegre: Globo, 1967.

- GUNN, Philip; CORREIA, Telma de Barros. O Urbanismo: a medicina e a biologia nas palavras e imagens da cidade. In: BRESCIANI, Maria Stella. Palavras da Cidade. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001.

- HOHLFELDT, Antônio. A imprensa. IN: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. História Geral do Rio Grande do Sul. República Velha. Passo Fundo: 2007-v 3 t. 2.

- IGREJA E APOSTOLADO POSITIVISTA DO BRASIL. Liberdade Espiritual no Brasil. Rio de Janeiro: Sede Central da Igreja Positivista do Brasil, 1913.

- LOPES, Myrian Bahia. Porto, Porta, Poros. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.) Imagens da Cidade. São Paulo: Marco Zero, 1993.
- LOPES, Myriam Bahia. O sentido da vacina ou quando prever é um dever. História, Ciências, Saúde- Manguinhos, III (1), Mar-Jun, 1996.
- LOVE, Josep. O Regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 30. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.
- McCOMBS, Maxwell. The evolution of agenda-setting reseach: Twenty-five years in the marketplace of ideas. In: Journal of Communication, 43 (2), Spring 0021-9916, 1993.
- MIRANDA, Márcia Eckert; COSTA LEITE, Carlos Roberto Saraiva da. Jornais Raros do Musecom: 1808-1924. Porto Alegre: Comunicação Impressa, 2008.
- MIRCO, Carmem Helena Braz. Textos para o estudo da história do Município do Rio Grande XVI-XVIII. Rio Grande: FURG, 1987.
- NASCIMENTO, Maria Regina do; TORRESINI, Elisabeth. Modernidade e Urbanização no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- NOSSO Século. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- PICCINI, Andréa. Cortiços na Cidade: Conceito e Preconceito na Reestruturação do Centro Urbano de São Paulo. São Paulo: Annablume, 1999.
- PINTO, Celi Ribeiro. A Política Rio Grandense na República Velha - A percepção das oposições. Análise Econômica. Mar, 1987. Ano 5 nº 8.
- RAGO, Luzia Margareth. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal do Rio Grande pelo capitão Carlos A. Ferreira de Assumpção. Rio Grande: d'O Intransigente, 1904.
- RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal do Rio Grande pelo capitão Juvenal Octaviano Miller. Rio Grande: Oficinas d'O Intransigente, 1905.
- RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal do Rio Grande. Rio Grande: Tipografia do Diário do Rio Grande, 1903.
- RIBEIRO, Darci. Aos trancos e barrancos: por que o Brasil deu no que deu. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. História Sem Fim...Inventário da saúde pública São Paulo 1880-1930. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.
- ROSEN, George. Uma História da Saúde Pública. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- RODRIGUES, Sued de Oliveira. Santa Casa do Rio Grande - A Saga da Misericórdia. Rio Grande: Editora da Fundação Universidade do Rio Grande, 1985.

- RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. Castilhismo: uma filosofia da República. Brasília: Senado Federal, 2000.
- SANTOS, Nádia Maria Weber. Práticas de Saúde, Práticas da Vida. IN: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. História Geral do Rio Grande do Sul. República Velha. Passo Fundo: 2007-v 3 t. 2.
- SCLIAR, Moacyr. Do Mágico ao Social. A trajetória da Saúde Pública. Porto Alegre: L&PM Editores, 1987.
- SENNA, Adriana Kivanski de. As tentativas de Implantação do Divórcio Absoluto no Brasil e a Imprensa Rio-Grandina (1889-1916). Tese de Doutorado. PUCRS: 2006.
- SOARES, Mozart Pereira. O Positivismo no Brasil. Porto Alegre: AGE: Editora da Universidade, 1998.
- STEPAN, Nancy. Gênese e evolução da ciência brasileira: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.
- WEBER, Beatriz Teixeira. As artes de curar - Medicina, Religião e Positivismo na República Rio Grandense-1889-1930. Santa Maria: ed. da UFSM; Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.
- WEBER, Beatriz Teixeira. Médicos e Charlatanismo: Uma História de Profissionalização no Sul do Brasil. In: SILVA, Mozart Linhares (org.). História, Medicina e Sociedade no Brasil. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.